

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Julia Maria Borges Anacleto

Conhecimento e desejo nas formulações
infantis

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Julia Maria Borges Anacleto

Conhecimento e desejo nas formulações infantis

Versão Revisada

Tese apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de
doutor Educação
Área de concentração: Psicologia da
Educação
Orientador: Prof. Titular Leandro de
Lajonquière

São Paulo
2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37.046 Anacleto, Julia Maria Borges
A532c Conhecimento e desejo nas formulações infantis / Julia Maria Borges Anacleto; orientação Leandro de Lajonquière. São Paulo: s.n., 2018.
154 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Psicologia da Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Psicanálise 2. Educação 3. Conhecimento 4. Desejo I. Lajonquière, Leandro de, orient.

Elaborado por Nicolly Leite – CRB-8/8204

Nome: ANACLETO, Julia Maria Borges

Título: Conhecimento e desejo nas formulações infantis

Tese apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de doutor Educação

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição _____
Julgamento _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____
Julgamento _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____
Julgamento _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____
Julgamento _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____
Julgamento _____

*Às crianças – Miguel e Antônio,
especialmente; mas também às nossas
todas –, na esperança de que ainda
possam ter um futuro.*

Agradecimentos

Na pressa dos prazos, sempre é difícil incluir o tempo necessário para poder expressar a importância de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estiveram envolvidos em meu processo de investigação e dar o devido valor ao fato de que – ainda bem! – nunca estamos sozinhos nessa jornada. Espero poder fazer isso, na medida do possível, olhando nos olhos de cada um e de maneira pessoal. Porém, não se pode deixar de registrar pelo menos alguns desses agradecimentos, mesmo que na pressa de concluir.

Ao mestre Leandro de Lajonquière, pela aposta incansável nesses dez anos de trabalho conjunto, mesmo nos momentos de grandes turbulências ou nas tantas vezes que me vi num barco à deriva. Pela disponibilidade em ler, com rigor e quantas vezes fosse necessário, minhas produções escritas e pela energia contagiante para o trabalho. Ainda, por ter deixado a “peteca” ali onde me foi possível tomá-la para mim.

Ao Rinaldo Voltolini, pela interlocução cada vez mais próxima. Pelas diversas leituras e apontamentos, bem como pelo encorajamento. Também pelo empenho em sustentar os seminários mensais do LEPSI_USP que têm sido espaços muito proveitosos de trabalho coletivo.

A todas as colegas e os colegas de LEPSI_USP também pelas contribuições ao longo de minha pesquisa e pela parceria de trabalho tecendo a cada vez mais um ponto nessa rede de pesquisas em psicanálise e educação.

À Andreia Tenório dos Santos, parceira no mestrado e cuja pesquisa, de alguma forma, inspirou os rumos que tomei no doutorado. Esta tese está mais interligada à sua dissertação que à minha própria.

Ao Ivan Estevão, pelas contribuições feitas na ocasião de meu exame de qualificação, especialmente pelos apontamentos daquilo que em minha investigação insistia em se colar ao discurso pedagógico.

À Creche e Pré-escola Central da USP na figura de cada um de seus funcionários, por ter acolhido meus dois filhos e me possibilitado encarar, ao mesmo tempo, essas duas aventuras radicais. Também por ser exemplo de educação, cultura, ética, tudo junto e misturado.

Aos funcionários da Faculdade de Educação da USP, especialmente àqueles da Seção de Pós-graduação, sempre prontos a dar o suporte necessário para que o trabalho de pesquisa aconteça.

À Maria Lucia Araújo, por suportar os caminhos tortuosos dos (meus) significantes e conduzir com paciência os deslocamentos que me possibilitaram sustentar subjetivamente a escrita dessa tese.

Ao André Telles (*in memoriam*), infelizmente tarde demais, por contribuir de forma determinante para que minhas leituras de Lacan fossem possíveis: seja com seu belíssimo trabalho de tradução, seja por facilitar meu acesso a esses trabalhos, seja ainda por incentivar vivamente meu mergulho nesse universo lacaniano. Certamente será para sempre uma referência de entusiasmo, alegria e paixão pela letra.

Aos amigos, tantos e tão queridos, nesse vínculo infinito que tão cedo soubemos cultivar e que fazem da vida uma jornada mais leve e mais segura: Carol Catini, Carol Vecchia, Daniel, Erick, Fabio, Luis, Luiza, Mamá, Mônica, Paulinha, Renatinha, Tetezinha, Tereza e, agora, a pequena Diana, assim como todos os que vêm se agregando e só aumentando essa “grande família”.

À família, sempre e, no fim das contas, por tudo: ao meu avô que já se foi mas que está sempre presente como exemplo de paixão pelo pensamento; à minha avó querida que é também exemplo de mulher forte, guerreira e determinada; ao meu pai e à Milita, pelo respeito e pelo suporte incondicional; à minha mãe, que é exemplo de incompletude e de busca incessante pelas causas, mesmo onde elas não cessam de faltar; à Mari, por ser para mim exemplo de como viver junto às crianças e endereça-las verdadeiramente a palavra.

Ao Cássio, pelo carinho de sempre, pela paciência, pelo incentivo e principalmente por lançar-se comigo nessa louca aventura de viver junto.

Por fim, ao Miguel e ao Antônio sempre, por encherem minha vida de sentido.

* * *

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

RESUMO

ANACLETO, Julia Maria Borges. **Conhecimento e desejo nas formulações infantis**. 2018. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

De que modo a psicanálise pode incidir sobre o debate acerca do que impulsiona o pensamento às novidades epistêmicas? De um lado, vemos estudos de psicologia do desenvolvimento que adotam a psicanálise como teoria da afetividade capaz de integrar-se aos pressupostos psicológicos juntamente com a epistemologia genética. A partir dessa montagem teórica, tomam o enunciado da criança como meio de verificação empírica dos aspectos cognitivos e afetivos do desenvolvimento do sujeito psicológico. Apresentam-se inicialmente, nesta tese, os pressupostos que embasam tais pesquisas, o modo como integram a psicanálise a esses pressupostos e como, a partir dessa montagem teórica, sustentam o objetivo de fazer do pensamento da criança a verificação empírica de um processo evolutivo. De outro lado, considera-se o retorno lacaniano à experiência freudiana como fornecendo as bases conceituais para considerar o enunciado da criança como efeito da dialética intersubjetiva da demanda e do desejo. A psicanálise aí se apresenta como recolhendo o que os estudos antes apresentados deixam de lado: a diferença, a discordância ou o desvio que a formulação infantil preserva face à expectativa teórica. Problematizando a naturalização da criança como sujeito em desenvolvimento, surge a brecha para a noção de causa estrutural articulando a diferença e o impulso à emergência de novidades.

Palavras-chave: psicanálise; educação; conhecimento; teorias sexuais infantis; desejo

ABSTRACT

ANACLETO, Julia Maria Borges. **Knowledge and desire within child's formulations.** 2018. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

How could Psychoanalysis get into the debate over what pushes thought towards knowledge's novelties? In one hand, there are studies within the field of Psychology of Development which adopt Psychoanalysis as an affectivity theory capable of integrating itself to Psychology assumptions as well as to the genetic epistemology. From this theoretical construction, they grasp children narratives as a means of empirical verification of the cognitive and emotional aspects of the Psychological subject development. We here present the assumptions of such researches, the way they integrate Psychoanalysis to those assumptions and how from this theoretical construction they sustain their intention to build the child's taught as the empirical verification of a evolutionary process. In the other hand, we consider the Lacanian return to the Freudian experience as an alternative source to consider child's narratives as effects of the intersubjective dialectics between demand and desire. Psychoanalysis presents itself as recovering what other studies put aside: the difference, the disagreement or the detour that infant formulations preserve in front of theoretical expectations. Putting in doubt the naturalization of the child as a subject in development, the notion of structural cause appears as a possibility to articulate the difference and the creation of epistemic novelties.

Keywords: psychoanalysis; education; knowledge; child's sexual theory; desire

Sumário

Introdução.....	19
1. A incorporação da afetividade aos estudos piagetianos.....	29
1.1. Emergência de novidades epistêmicas: do sujeito epistemológico ao “sujeito psicológico”	29
1.2. Da particularidade à afetividade: a sujeição do problema aos pressupostos psicológicos.....	32
1.3. Integração da psicanálise aos pressupostos psicológicos.....	35
1.4. Psicologia como ciência da verificação empírica: a apreensão do processo evolutivo de desenvolvimento cognitivo e afetivo a partir dos enunciados da criança	38
1.5. Da afetividade à causalidade	41
2. A estrutura do significante e o efeito sujeito	45
2.1. Divisão subjetiva teorizada a partir do estágio do espelho.....	48
2.2. Da ciência do homem à ciência da letra	52
2.3. Ciência da letra: a estrutura da linguagem como estrutura significante.....	56
2.4. O sujeito como efeito da estrutura.....	63
2.5. Do sujeito-efeito à sua causa	67
3. “Pulsão de saber” e causalidade	69
3.1. Teorias sexuais infantis e pulsão de saber.....	69
3.2. Hans: articulações entre teorias sexuais infantis, angústia e castração.....	74
3.3. O “encontro” com a castração e os impasses na reconsideração da angústia	80
3.4. A leitura lacaniana do caso Hans	84
3.5. Nome-do-Pai: lei da incompletude e causa de desejo	94
3.6. Angústia: efeito do perigo de que a falta venha a faltar	104
3.7. Desdobramentos da leitura lacaniana do caso Hans na consideração das teorias sexuais infantis	108
3.8. A estrutura paranoica do conhecimento e a “resolução” edipiana	113
4. Discussão: Da integração entre o cognitivo e o afetivo à dialética intersubjetiva da demanda e do desejo	117
4.1. Ampliação do princípio de equilíbrio e verificação empírica como operadores da anulação da diferença.....	117
4.2. O infantil como tempo de transição e sua persistência como disfunção.....	118
4.3. Estruturalismo e crítica radical ao substancialismo.....	121
4.4. O método de verificação empírica e a expectativa teórica do experimentador	123
4.5. Da influência da expectativa externa à causalidade estrutural.....	126

4.6. Causalidade estrutural: a experiência freudiana entre a expectativa de verificação e a escuta dos efeitos de subjetivação	130
4.7. A transmissão da castração nas entrelinhas da demanda.....	134
4.8. Do desenvolvimento do sujeito ao percurso do significante	138
Considerações finais.....	143
Referências bibliográficas	149

Introdução

Dado que “o saber da ciência [...] se desenrola num mundo onde a verdade só pode falar do lado das coisas, como nos poderíamos espantar que, nos termos deste saber, para obter a verdade daquele mesmo que interroga as coisas seja preciso transformá-lo primeiro numa coisa que responda?” (Milner, 1967, p. 225). É dessa forma que Milner, em *Que é a psicologia?* introduz o paradoxo próprio a essa disciplina que, no interior da ciência moderna, toma como objeto a subjetividade senão de todo excluída do campo científico, no mínimo reduzida “ao impacto de uma pontualidade”.

Ávida por ter seu lugar ao sol nessa racionalidade moderna, a psicologia visaria, então, “dar ao seu objeto a função das coisas – o homem é um instrumento – e a sua permanência: o homem é um lugar fixo numa rede de relações”. Buscando evidenciá-lo como tal na figura de “um eu de domínio e de síntese [...]”; o sujeito da ciência, condensado, está apto a ser manipulado pela própria ciência, certa desde agora de que nada há no que ela exclui de que não possa tudo saber à sua vontade” (Milner, 1967, p. 226).

Contudo, afirma o autor que “se na verdade a psicologia é esse estranho retorno da ciência ao que ela exclui” a unidade de seu objeto se constrói “percorrendo as margens da fenda de exclusão onde a psicanálise deve inserir a sua relação com a ciência – relação que Freud, devido ao seu ‘cientísmo’, marca com insistência, mas para nos lembrar a excentricidade que nela há” (Milner, 1967, p. 226). Milner conclui esse seu pequeno excerto afirmando que é na dimensão de seus silêncios que a psicanálise é chamada “a reconhecer a psicologia como um discurso. Analisar este discurso será delimitar nele o elemento que suscita o silêncio, e faz que ele seja desconhecido; especificar esse elemento como eu de síntese e de domínio é uma tarefa a partir de agora necessária” (Milner, 1967, p. 227).

* * *

A investigação que esta tese narra teve como pergunta norteadora: como a psicanálise possibilita pensar o que está em causa na emergência de novidades epistêmicas? A questão do saber e da transmissão inquieta, há tempos, pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Não apenas esses, mas também educadores em geral tomados pelas dúvidas e inseguranças quanto à sua função ao se lançar nisso que se chama educar. Tanto uns quanto os outros se veem às voltas com o discurso mais ou

menos hegemônico de que educar é contribuir com o desenvolvimento e que ensinar é proporcionar situações em que a criança possa descobrir por si mesma. Se de um lado tal discurso suscita desconfianças necessárias no que diz respeito aos perigos da renúncia dos adultos ao ato de educar (Lajonquière, 1999), por outro lado, abre caminho para indagar acerca da importância da valorização do objeto de conhecimento e, com isso, da transmissão de um fascínio. Algo parecido com aquilo que acontece quando experimentamos uma comida deliciosa e então dizemos para quem está conosco: nossa, você precisa experimentar isso!

Foi partindo das inquietações que a vida junto às crianças suscita que teve início a construção de um projeto de investigação que as encaminhasse levando em conta o que a psicanálise procura articular à sua maneira, conformando um campo de pesquisa denominado Psicanálise e Educação. Campo amplo e variado no qual comparecem diversas temáticas e não poucas polêmicas e que inclui os esforços em pensar sobre o que é da ordem da aquisição (no sentido de tomar para si) como algo determinado por certas leis que não podem ser orgânicas na medida em que o conhecimento é algo que diz respeito à cultura, mas que também não se reduz a ser o efeito de uma relação de comunicação, da informação que passa de um a outro. Inserida nesses esforços, a investigação aqui apresentada toma como discurso – naquele sentido amplo sustentado por Milner – aquilo que alguns estudos de psicologia do desenvolvimento que se inspiram na psicologia genética piagetiana sustentam ao perseguir os elementos que impulsionariam o pensamento à criação de novidades epistêmicas.

Piaget (1976) se dedica a investigar de que modo a ação está sujeita a uma legalidade estrutural que ele denominou equilíbrio majorante que impele o organismo à adaptação através de um jogo com o meio na forma de assimilações e acomodações levando à gênese da inteligência. Contudo, o estruturalismo piagetiano não abarca o que escapa a essa legalidade na forma de uma resposta singular. Seu interesse era pelas regularidades das condutas visando isolar os mecanismos comuns presentes nos diferentes indivíduos estudados, compondo o que ele denomina sujeito epistemológico.

Partindo da constatação de que esse sujeito piagetiano não seria capaz de recolher por inteiro o “sujeito psicológico” o qual, conforme afirma Milner, a psicologia empreende todos os seus esforços por recortar devidamente, essa disciplina se lança a buscar aquilo que a teoria piagetiana teria deixado de fora para, enfim, vir a encontrar

de fato o sujeito em sua completude de coisa. Toma, então, o caminho de interpretar esse “algo” responsável pelos efeitos discordantes da determinação própria ao sujeito epistemológico piagetiano como sendo a expressão de um sujeito psicológico dotado de intencionalidades, interesses, motivações.

Inspirando-se nesses estudos de psicologia genética, nasce uma linha de investigação pautada pelos pressupostos da psicologia do desenvolvimento e que pretende ampliar o paradigma de origem pela inclusão do tema da afetividade. Sustenta, assim, que a diferença presente nas estratégias singulares de criação de novidades epistêmicas que levam às reestruturações no modo de pensamento se explicaria pela presença de outros fatores envolvidos no que seria o desenvolvimento psíquico geral de um sujeito psicológico. Nessa incansável cruzada, terminam por reeditar o “sonho platônico” de unir as duas metades da alma dividida, postulando a “interdependência entre inteligência e afetividade” (Lajonquière, 1992/2010).

Visando reintroduzir, por fim, a parte de sujeito que faltaria àquele dito do conhecimento, os estudos citados não só submetem aquilo que pareceria escapar à determinação racional das condutas às mesmas leis que o produziu como resto, como se lançam ainda a articulações teóricas visando retirar de cada qual aquilo que falta às demais. Nessa justaposição de referências teóricas, a psicanálise comparece nesses estudos como complemento capaz de dar notícias da tal afetividade, tida como responsável pelo interesse do sujeito em apreender os objetos em forma de conhecimentos.

É nesse contexto que a pesquisa que aqui se apresenta lança-se a intervir problematizando a forma própria com que a psicanálise pode incidir nesse debate, orientando-se pelos fundamentos que Lacan extrai da experiência freudiana e que marcam precisamente a linha divisória com a psicologia. Linha divisória que, contudo, não as faz destacadas uma da outra. Antes, faz com que sejam verso e reverso da mesma problemática que decorre de que o sujeito humano é, conforme sintetiza Laplanche (1989), um ser que teoriza a si mesmo.

No primeiro capítulo do presente trabalho, apresentam-se as características principais das pesquisas psicológicas que se desenrolam na intersecção entre inteligência e afetividade. Nessa apresentação, optou-se por um cotejamento de alguns trabalhos específicos ao invés de um panorama mais amplo. O foco se deu naqueles que mantinham como principal referência a teoria piagetiana e recorriam, dentre outras, à

psicanálise como complemento possível a fim de apreender o sujeito em sua totalidade. Também é importante salientar que não é intuito dessa investigação estabelecer um debate com a teoria piagetiana propriamente dita, mas tomando-a a partir da apropriação feita pela psicologia do desenvolvimento.

Lajonquière (1992/2010) se ocupou, em sua tese, em deslindar uma teoria piagetiana da inteligência afastada do substancialismo ao reafirmar o compromisso do epistemólogo com os princípios estruturalistas, estabelecendo portanto uma leitura contrária àquela que predomina no campo da psicologia do desenvolvimento. Assim, lhe interessou explorar as potencialidades do pensamento piagetiano ligadas à formulação de uma legalidade própria aos processos epistêmicos, a qual permitiria pensar “os embates de uma criança com os conhecimentos socialmente compartilhados” (Lajonquière, 1992/2010, p. 28). Inclusive, viu nesse aspecto central da epistemologia genética pontos que a aproximavam, em certo sentido, das reflexões freudianas, dado que ambos partiriam do reconhecimento de uma legalidade estrutural presidindo os processos psíquicos.

Por esse caminho, Lajonquière (1992/2010), assim como Inhelder (1992/1996), se depara com limites do paradigma piagetiano quando se trata de considerar a singularidade dos processos epistêmicos. No entanto, ao invés de encaminhar-se na mesma direção que os estudos de psicologia genética, ou seja, para a consideração de um sujeito psicológico dotado de intenções e valores, propõe um atravessamento de fronteiras em direção à consideração de um sujeito do desejo.

Segundo ele, Piaget negaria a possibilidade de irrupção de uma outra ordem de determinação do pensamento se contrapondo à lei da equibração majorante dado o que considera “um sonho piagetiano” de ver a efetivação, mesmo que assintoticamente, de um mundo epistêmico formado tão somente pelos conhecimentos historicamente validados. É com vistas ao reconhecimento de uma dupla legalidade que Lajonquière (1992/2010, p. 51), de seu lado, sustenta que “o pensamento está duplamente articulado entre conhecimento e saber”. Enquanto os conhecimentos são plurais e dizem respeito ao mundo simbólico onde habitam, o saber é irreduzível ao simbólico, é um enigma insolúvel que diz respeito ao desejo.

A tese em questão é contemporânea ao início dessa linha de investigação em psicologia do desenvolvimento voltada à interdependência entre cognição e afetividade que viria incorporar a psicanálise como teoria complementar ao paradigma piagetiano.

Já nessa ocasião, Lajonquière (1992/2010) alertava que a perspectiva integrativa, abandonando o estruturalismo em favor do fatorialismo e do pressuposto desenvolvimentista, não levaria à consideração estrutural da diferença.

Assim, a tese de Lajonquière (1992/2010) da dupla legalidade do pensamento não se confunde com os fatores cognitivo e afetivo de um sujeito psicológico. Essa confusão é resultado de que ao invés de integração, o que a psicologia faz é “anexar” a psicanálise. É em oposição a essa anexação que o autor afirma que tal tese da dupla legalidade necessita ser entendida dentro do espírito estruturalista.

É Althusser (1964/1985, p. 58, nota 3), expoente do estruturalismo filosófico, quem, ao saudar a renovação que o ensino lacaniano então operava no meio psicanalítico, acusa a psicologia e a sociologia de tentarem “anexar” a psicanálise, reduzindo-a “a uma técnica de readaptação ‘emocional’ ou ‘afetiva’, a uma reeducação da ‘função relacional’, que nada têm a ver com seu objeto real”. Em oposição a essa tentativa, estabelece um paralelo entre o “retorno a Freud” empreendido pelo psicanalista francês e aquilo que ele mesmo pretendia no que diz respeito à teoria marxista, considerando que em ambos os casos tratar-se-ia de uma retomada a partir dos pressupostos do estruturalismo, possibilitando o “reencontro com a verdade crítica de um pensamento” (Liu, 2016) em oposição aos movimentos revisionistas que, no que diz respeito à psicanálise, seriam responsáveis por uma aproximação equivocada do biologismo, do psicologismo e do sociologismo. Em oposição a essa revisão, Lacan é saudado como capaz de estabelecer ao mesmo tempo as bases para uma crítica ideológica e uma elucidação epistemológica no interior do campo psicanalítico (Althusser, 1964/1985).

Passados 25 anos, é possível, focando a análise nesses estudos integrativos visando a interdependência entre cognição e afetividade, verificar de que modo operam a reiteração da anulação da diferença. O objetivo almejado ao abordar esses estudos é justamente o de poder apontar para aquilo que ele silencia. Ou seja, trata-se de explicitar como os pressupostos adotados por essas pesquisas determinam uma operação de anulação da diferença e, conseqüentemente, o silenciamento quanto à problemática da causalidade no que diz respeito ao impulso do pensamento à criação de novidades epistêmicas. Com isso, considera-se que a psicanálise em sua vertente estruturalista, ao se construir no avesso da psicologia, possibilita atrelar a problemática da distância entre a determinação estrutural e a resposta singular e a problemática da causa.

Tomar a psicanálise como teoria – capaz de retorcer o debate psicológico em torno dos elementos determinantes do impulso do pensamento à criação de novidades epistêmicas – implica um risco constante de pisar fora de seu domínio: risco de se servir dela como teoria rival, aderindo a uma especularidade perigosa porque implica operar na mesma lógica que aquela da ciência psicológica. Inúmeros são os exemplos desses desvios dos quais o ensino de Lacan nos alerta a todo instante. Talvez justamente a insistência desses exemplos sirva para reiterar os limites de um ensino.

A presente tese não está imune a esses riscos. Porém, ao pretender justamente explorar essa zona de fronteira entre o verso e o reverso da problemática do sujeito, procura extrair desse campo conceitual lacaniano as ferramentas para a delimitação, sempre renovada, dessa linha divisória, que não deixa de ser aquela mesma que faz do sujeito o efeito de uma divisão própria ao fato de que somos seres de linguagem.

É nesse sentido que a investigação aqui apresentada passa pelo desafio – nada pequeno – de ler Lacan, tomando como ponto de referência seu esforço por separar psicanálise e psicologia, e dessa forma possibilitar encaminhar a questão da diferença nos processos de pensamento no sentido da causalidade. Esse esforço lacaniano está atrelado à leitura da experiência freudiana pautada pelos pressupostos do estruturalismo. Foi a partir do estruturalismo linguístico de Saussure e Jakobson, bem como se apoiando também no estruturalismo antropológico de Levi-Strauss que Lacan postula sua tese do inconsciente estruturado como uma linguagem.

Segundo Japiassu (1998), Freud funda uma nova ciência ao constituir um novo objeto de análise: o inconsciente enquanto “positividade” cujas leis de funcionamento ele se propõe desvendar. O inconsciente se apresentaria em Freud como a ordem de determinação fundamental da vida psíquica. Isso faz com que “o discurso consciente, cuja mais alta expressão reside no discurso da ciência, está inteiramente impregnado e invadido pelos mecanismos inconscientes” (Japiassu, 1998, p. 42). Nesse sentido, a cientificidade da psicanálise se coloca como problemática. Evitando fazer de sua invenção um “sistema”, uma “cosmovisão” ou um “conhecimento acabado”, Freud possibilita que, ao invés de se afirmar como ciência das ciências, ela se enverede a ser uma “contra-ciência”, operando numa (contra)posição frente àquela, procurando recolher aquilo que a objetivação científica necessariamente produz como zona de exclusão no que diz respeito à ordem do subjetivo.

Mesmo assim, afirmar a psicanálise como ciência do sujeito ainda seria, segundo Japiassu (1998), impreciso, justamente porque a faria pender para aquilo que caracteriza seu reverso: a psicologia. Jacques Lacan, dedicando-se a uma redefinição do campo psicanalítico que ele considera um “retorno” aos fundamentos da experiência freudiana, direciona à própria psicanálise de sua época uma crítica contundente por sua adesão aos pressupostos da psicologia. No que diz respeito ao lugar da psicanálise no campo da ciência, ao invés de falar em uma ciência do sujeito, prefere dizer que ela seria uma *teoria* do sujeito, entendido esse não como uma essência, mas como “lugar de toda enunciação” (Japiassu, 1998, p. 59). Essa teoria do sujeito se sustenta, então, sobre uma ciência que vai ter como objeto aquilo que Lacan considera ser a causa material do sujeito: o significante ou, mais propriamente, a letra.

O segundo capítulo explora o percurso lacaniano de delimitação do que Nancy e Lacoue-Labarthe (1991) definirão como “ciência da letra” erigida sobre a articulação de uma teoria da linguagem e uma teoria do sujeito. A leitura estruturalista que Lacan faz da experiência freudiana incide justamente nessa problemática de como dar aos desvios um lugar estrutural. Isso porque ao mesmo tempo em que adota um espírito estruturalista, ele assume a tarefa de afirmar essa ordenação da estrutura como assentada num ponto de impossibilidade. Ou seja, Lacan encontra na experiência freudiana um modelo de estrutura paradoxal que visa o fechamento totalizante, porém que ao mesmo tempo alimenta-se de uma força de abertura de onde o sujeito emerge como efeito. Essa seria propriamente a dupla legalidade que sustenta a noção de estrutura significante.

É essa concepção *sui generis* da estrutura determinante da vida psíquica que Lacan desdobra a partir da problemática da diferença presente nas respostas subjetivas em relação a uma ordem de determinação que vai se desenhando na investigação lacaniana como uma ordem simbólica, presidida por uma legalidade própria ao funcionamento do significante. É nessa chave que se compreende que a problemática da diferença que a psicologia anuncia como sendo aquela que separa o sujeito epistemológico e um sujeito particular pode ser interpretada como própria ao caráter desviante do sujeito em relação às determinações teóricas normativas. Por fim, na medida em que o próprio sujeito se afirma como efeito estrutural discordante, Lacan atrela a problemática da diferença àquela acerca da causalidade.

É importante aqui destacar que ao longo do segundo capítulo optou-se por retrair um caminho de teorização com suas etapas sucessivas de formulações a fim de destacar como Lacan vai dando um tratamento novo a problemas que se colocavam no meio psiquiátrico em que ele estava inserido e como encontra limites conceituais que exigem novos esforços teóricos. Essa escolha se justifica principalmente porque se trata de polêmicas que se atualizam no campo das pesquisas psicológicas sobre o desenvolvimento humano em torno da questão da causalidade psíquica. Assim, acompanhar com cuidado o embate empreendido por Lacan com os psiquiatras e, mais adiante, com a psicologia, fornece as ferramentas necessárias para estabelecer um debate fecundo com os estudos psicológicos em torno da causalidade dos processos cognitivos.

Feito esse percurso, pretende-se clarear o entendimento de que falar em anulação da diferença, no interior da teoria psicanalítica, é o mesmo que falar em anulação da palavra, resultando ou em uma concepção de estrutura onde não há espaço para o que é da ordem de um sujeito singular, ou no abandono do estruturalismo em favor de uma perspectiva fatorialista por onde a questão da causa é ofuscada pela verificação de como os elementos pré-estabelecidos se relacionam.

Elucidando essa questão a partir de uma concepção estrutural paradoxal que Lacan (1953a/1998) denomina “campo da fala e da linguagem”, a investigação se direciona, então, no terceiro capítulo, para a interpretação do que está em jogo nas formulações infantis e naquilo que Freud extrai de suas observações como pulsão de saber¹. Se a psicologia, ao anexar a psicanálise, vê no caráter desviante das teorias sexuais infantis em relação ao esclarecimento uma evidência de um modo particular de pensamento próprio à infância, acompanhando os textos freudianos descortina-se uma indagação incansável em torno daquilo que em sua escuta singular se apresenta como além da verificação de suas teses. Isso se mostra em toda sua força no caso do pequeno Hans (Freud, 1909/1996), levando Freud à articulação entre teorias sexuais infantis, angústia e castração. É em torno da problemática da angústia que se mostra o lugar dos afetos na teoria freudiana. É a emergência desses que faz questão e convoca o psicanalista a desvendar o que seria propriamente da ordem da causa.

¹ Ver-se-á como, dentro do vocabulário lacaniano, essa noção freudiana se desdobrará em demanda de saber e desejo de saber.

Se a angústia, enquanto afeto, é uma manifestação consciente, a tarefa do psicanalista é indagar de que causa ela seria o efeito. Perseguindo esse enigma, Freud constrói a noção de complexo de castração. Reiterando a experiência freudiana como experiência de palavra, Lacan avança naquilo que se apresenta como impasse na teoria freudiana da angústia de castração entre interno e externo, desembocando, por sua releitura do caso Hans através da qual constrói uma teoria da constituição do sujeito, na formulação de uma dialética intersubjetiva da demanda e do desejo. Essa remete ao próprio paradoxo que rege o funcionamento da estrutura significante. Gira, portanto, em torno de um ponto de impossibilidade que diz respeito à própria instabilidade da reunião entre significante e significado. Ao mesmo tempo, não deixa de indicar como essa dinâmica, que não é propriamente a do sujeito, mas do significante, se dá num contexto de interlocução. O termo formulações infantis toma o sentido daquilo que, caracterizado pelo desvio – diferença, discordância, resistência – em relação ao esclarecimento e onde o que está em questão é um deslocamento de posição daquele que enuncia, aponta para o caráter infantil presente em toda enunciação.

No quarto capítulo, retoma-se a discussão com os estudos apresentados no primeiro visando justamente, a partir do percurso feito através da psicanálise freudolacanianiana, apontar através de quais operações eles procuram anular aquilo que é da ordem da diferença entre determinação estrutural e manifestação subjetiva. Destaca-se a conjugação que esses estudos realizam entre uma ampliação totalizante do campo de atuação do princípio de equilíbrio, confundido com um princípio evolutivo, e o foco na verificação empírica, onde os enunciados das crianças extraídos de situações experimentais e de entrevistas funcionam como indicadores de um processo de gênese determinado previamente.

É importante frisar que a teorização lacanianiana aqui apresentada abrange aquilo que o psicanalista desenvolveu até meados da década de 1960, visto ter-se priorizado a discussão entre estruturalismo e desenvolvimentismo. Assim, não se levou em conta, na presente investigação, os desdobramentos subsequentes da teorização lacanianiana, em especial as modificações quanto à discussão sobre o saber a partir do foco maior dado por Lacan, em período posterior, à noção de gozo.

Por fim, pretende-se que, tendo estabelecido os elementos fundamentais da diferença entre a interpretação desenvolvimentista da teoria freudiana sustentada pelos estudos psicológicos em debate e a leitura estruturalista lacanianiana, possa-se desvelar

uma consideração das formulações infantis em termos causais, o que implica o abandono de uma perspectiva evolutiva, possibilitando a emergência daquilo que é da ordem de um percurso significante tendo como causa o vazio estrutural da linguagem e como efeito a emergência tanto de um sujeito como de novidades epistêmicas.

1. A incorporação da afetividade aos estudos piagetianos

1.1. Emergência de novidades epistêmicas: do sujeito epistemológico ao “sujeito psicológico”

Uma das principais referências quando se trata de investigar os processos cognitivos – especialmente no Brasil – é a de Jean Piaget, cuja teoria sustenta que o conhecimento implica sempre um processo de construção. Piaget adota o estruturalismo como modo de abordar os processos epistêmicos enquanto submetidos a leis estruturais. No entanto, além de estruturalista, ele é também construtivista e, assim, sua teoria afirma que o conhecimento é resultado de uma atividade do sujeito na medida em que as estruturas são concebidas como totalidades fechadas, mas também abertas. Ou seja, trata-se de sistemas em transformação, pois as estruturas novas se constroem a partir dos limites das anteriores, levando ao aparecimento de novidades não contidas de antemão no conjunto dos possíveis.

Apesar de dar destaque à atividade do sujeito como aquela que possibilita a emergência de novidades, as ações não são atribuídas a um sujeito consciente comandando o processo. O sujeito epistemológico piagetiano é, antes, um “centro de funcionamento” (Piaget, 1968, p. 57) do princípio de equilíbrio, postulado como lei estrutural que orienta os processos epistêmicos no sentido de uma reconstrução contínua das estruturas cognitivas. Quando fala em atividade do sujeito, frisa, então, tratar-se de “um sujeito epistemológico, isto é, dos mecanismos comuns a todos os sujeitos individuais de mesmo nível, ou ainda, do sujeito ‘qualquer’” (Piaget, 1968, p. 57). Assim, a emergência de novidades é pensada na chave das reestruturações contínuas orientadas pela equilíbrio majorante (Piaget, 1976), ou seja, por uma lei de coerência interna que impõe à atividade um jogo de assimilações e acomodações.

A concepção piagetiana de estruturas de conhecimento ao mesmo tempo fechadas – porque possuindo uma coerência interna – e abertas – na medida em que possibilitam a emergência de novidades – suscita a questão da relação entre a estrutura e seu funcionamento, de tal modo que esse não seja a eterna reiteração do mesmo, mas se oriente justamente para a emergência de novidades. Segundo a teorização piagetiana, é a própria lei estrutural de regulação que impõe a passagem de um patamar a outro de conhecimento, a partir do momento em que as perturbações aos esquemas consolidados exigem novas acomodações. No entanto, a pergunta que Piaget não se coloca nessa

explicação é acerca do que faz com que a perturbação afete o pensamento, sendo sentida como tal e causando a gênese de novas formas de conhecimento.

Tendo-se dedicado em boa parte de sua obra à definição das formas próprias aos diferentes níveis da estruturação cognitiva, a questão funcional não esteve, contudo, ausente das pesquisas em psicologia genética. Inhelder (1992/1996, p. 8) localiza nessas pesquisas, principalmente as anteriores à década de 1970, uma ênfase maior na definição de uma “arquitetura geral do conhecimento” em concordância com a circunscrição de Piaget daquilo que era o “centro de interesse de seus estudos”: as “categorias fundamentais do conhecimento, sem as quais nenhuma adaptação à realidade e nenhum pensamento coerente seriam possíveis”. Afirmar ainda (Inhelder, 1992/1996, p. 8) que: “É nesse sentido que surge o sujeito epistêmico, sobretudo como o sujeito de um conhecimento normativo” e que, com isso, a psicologia presente nos estudos piagetianos “se põe, de certa maneira, a serviço das normas, e utiliza, para esse fim, modelos escolhidos do pensamento científico”.

Conforme relatam Coll e Gillieròn (1995), Piaget e sua equipe, em seus estudos mais tardios, se voltam mais especialmente aos mecanismos de transição de um nível a outro da organização do conhecimento, enfatizando a questão do funcionamento. Inhelder (1992/1996), considerando a trajetória de investigação piagetiana, afirma que a questão funcional se encontra marcadamente presente nos primeiros estudos sobre a linguagem e o pensamento, tendo sido em seguida subordinada “ao programa das pesquisas estruturais”, voltado a delimitar a arquitetura da construção do conhecimento. No entanto, no período final da obra piagetiana, a questão funcional seria retomada nas pesquisas acerca dos mecanismos da construção do conhecimento, com destaque para o princípio de equilíbrio. Para ela, são esses estudos os que sustentam a afirmação de uma epistemologia construtivista centrada nos processos funcionais de um sujeito ativo.

No entanto, chama a atenção de Inhelder o fato de, nessas pesquisas, deparar-se com a particularidade das estratégias de resolução de problemas, constatando que, a despeito da noção de sujeito epistemológico como aquele que congrega “os mecanismos comuns a todos os sujeitos individuais de mesmo nível” (Piaget, 1968, p. 57), esses “sujeitos individuais”, em seus processos cognitivos, não revelariam apenas “mecanismos comuns”, mas seriam marcados por algo de singular. A partir disso, a autora afirma a importância de distinguir o sujeito epistêmico do “sujeito psicológico

individual”, distinção que “reflete as formas de elaboração complementares do conhecimento do sujeito, que tende tanto ao conhecimento normativo quanto ao conhecimento pragmático e empírico” (Inhelder, 1992/1996, p. 9). Com isso, propõe complementar a “análise categorial do sujeito epistêmico” com uma “análise funcional do sujeito psicológico” (Inhelder, 1992/1996, p. 9).

Por esse caminho, o construtivismo epistemológico poderia ser completado com um construtivismo psicológico, capaz de atrelar a criação de novidades aos procedimentos particulares. Enquanto a fecundidade estrutural seria dada por sua tendência majorante, ou seja, pela própria lei de coerência interna, a pluralidade dos procedimentos é o que permitiria “a criatividade na descoberta de heurísticas novas” (Inhelder, 1992/1996, p. 21). Afirma, então, que o construtivismo psicológico poderia se desenhar como uma “teoria da inovação” (Inhelder, 1992/1996, p. 16).

A partir desse desafio, o que Inhelder (1992/1996, p. 15) propõe é a retomada de aspectos de “psicologia funcional” subjacentes à psicologia genética. Sem recusar a dimensão epistêmica do funcionamento, define a especificidade da perspectiva funcional pelo interesse nas intenções e valores que acompanham o sujeito psicológico em sua atividade cognitiva. Em suma, afirma (Inhelder, 1992/1996, p. 9): “Trata-se, pois, de visualizar o sujeito com os fins a que se propõe e os valores que atribui. Esses aspectos nos parecem constitutivos do que poderíamos chamar de um processo de individualização do conhecimento”.

Ao sustentar a passagem “do estudo das finalidades gerais da evolução explicadas pela equilíbrio” ao “estudo das finalidades particulares a que se propõe um sujeito”, Inhelder aponta para a existência de uma “orientação intencional e hermenêutica” da psicologia genética, alinhada com a tradição da psicologia funcionalista do início do século XX que teria influenciado sobremaneira os estudos piagetianos. Apesar dessa influência e da confluência entre a psicologia piagetiana e as “correntes das ciências cognitivas americanas, especialmente da cibernética e da Inteligência Artificial” (Inhelder, 1992/1996, p. 18), predominaria, ao longo do século, nas orientações teóricas da psicologia, as perspectivas estruturalistas. Seria a partir do “aparecimento de um novo interesse pelo indivíduo, favorecido por certas incompletudes do estruturalismo” que as correntes funcionalistas encontrariam a possibilidade de retorno, com destaque para a reaproximação entre as abordagens cibernéticas e uma “psicologia da vontade” (Inhelder, 1992/1996, p. 19). Trata-se de um resgate do que tinha sido originalmente

expulso das investigações piagetianas através das modificações propostas no interior da psicologia genética pelos estudos em torno dos procedimentos e descobertas.

1.2. Da particularidade à afetividade: a sujeição do problema aos pressupostos psicológicos

Ao chamar a atenção para as intenções e valores de um “sujeito particular”, esses estudos piagetianos servem de inspiração para aqueles que, no interior da psicologia do desenvolvimento, engajam-se numa série de esforços teóricos visando questionar a dicotomia entre razão e emoção que predominaria nos estudos psicológicos herdeiros da filosofia clássica (Arantes, 2002). Ou seja, os estudos de Inhelder sobre os processos funcionais, ao vincular a construção do conhecimento a contextos particulares, suscitam no interior da psicologia – sem tomar parte, eles próprios, nesse rumo – indagações sobre outros aspectos determinantes da organização do pensamento em consonância com o movimento de questionamento da redução dos estudos sobre o desenvolvimento humano à dimensão cognitiva.

Na passagem da preocupação com a relação entre determinação estrutural e resposta particular para o foco na relação entre inteligência e afetividade, vê-se desenhar três pressupostos centrais: uma concepção de sujeito como unidade psicológica; a ideia de que essa unidade é composta de diferentes dimensões indissociáveis, mas de naturezas distintas; e que essa unidade, em suas diferentes dimensões, se desenvolve.

Esses pressupostos são partilhados por diversos estudos que, no escopo da psicologia do desenvolvimento, tematizam a relação entre inteligência e afetividade, recorrendo a uma pluralidade de perspectivas teóricas. Assim, Leite (2006) afirma que a cognição e a afetividade se entrelaçam na conformação do ser humano como unidade; Martinelli (2001) sustenta a necessidade de pensar o ser humano como totalidade e, assim, incluir nas reflexões a afetividade; Souza (2006) considera que o indivíduo, enquanto entidade psicológica, pressupõe a integração entre razão e emoção; para Arantes (2013, p. 51), pensar, agir e sentir devem ser considerados como “dimensões indissociáveis do psiquismo humano” compondo “um complexo entrelaçado de relações” (Arantes, 2002, p. 170).

Dentre esses estudos, há aqueles que tomam como ponto de partida as reflexões de Piaget acerca daquilo que considerou ser o papel da afetividade no funcionamento mental. De acordo com Bearison e Zimiles (1986/2014), Piaget não negligenciou nem a

interação social nem a afetividade e, portanto, essa aproximação dos estudos piagetianos desses campos demonstra um momento de maturidade dos estudos cognitivistas.

Segundo Souza (2007), no deslocamento de foco do sujeito epistemológico para o sujeito psicológico os estudos piagetianos se deparariam com a necessidade de encontrar explicações mais integradas sobre o funcionamento psicológico. Visando “estudar o indivíduo enquanto entidade psicológica” (Souza, 2006), haveria a necessidade de um movimento de expansão do paradigma piagetiano. Nesse caso, a expansão se dá pela incorporação do tema da afetividade, ao qual Piaget faz referência como dimensão da conduta do sujeito que, no entanto, não estaria no centro de suas preocupações investigativas. Mesmo assim, o afetivo se desenha como ponto capaz de atar a intenção de considerar os processos cognitivos em seu aspecto psicológico e o movimento de questionamento da dicotomia entre razão e emoção no sentido de modelos mais integrados.

O afetivo assume a forma de uma nomeação possível para aquilo que particulariza a construção do conhecimento e como dimensão do sujeito psicológico responsável pelos interesses e motivações que impulsionam o sujeito à criação de novidades. Segundo Schimith, Queiroz e Murta (2017), Piaget considera a afetividade como energética que impulsiona a ação. Tratar-se-ia então de um princípio subjetivo que faria com que a ação só ocorresse se determinada por uma vontade.

Para Piaget a participação da dimensão afetiva no funcionamento mental se restringe ao ritmo, não integrando a dimensão propriamente estrutural. Ou seja, o interesse pelo objeto seria responsável pela aceleração ou atraso na estruturação do conhecimento. Portanto, afetividade e inteligência, embora indissociáveis, possuem papéis bem diferentes e delimitados. Enquanto fonte de energia da cognição (Piske; Stoltz, 2012), a afetividade passa a ser considerada responsável pelo direcionamento das ações a partir do impulso aos objetos (Souza, 2005). Souza (2004) afirma que a afetividade fornece uma carga afetiva a determinados objetos, na medida em que lhe são atribuídos valores positivos, tornando-os objetos de interesse e motivando a conduta e a construção do conhecimento (Souza, 2011; Souza, 2006). Os objetos investidos afetivamente resultariam em metas mais significativas (Souza, 2002), incentivando a assimilação de perturbações (Garbarino, 2012). Assim, considera-se que enquanto a inteligência determina as formas do conhecimento, a afetividade definiria os conteúdos

sobre os quais incidem essas formas. Nas palavras de Souza (2005, p. 209), a “inteligência é responsável por organizar estruturalmente as condutas e a afetividade por conferir-lhes conteúdos, apresentando-lhes metas para suas escolhas”.

Nessa consideração sobre a dimensão afetiva das condutas e de que modo elas influiriam na estruturação cognitiva, os estudos em questão se voltam para o aspecto dinâmico da afetividade e a necessidade de considerá-la como também em desenvolvimento. La Taille (2007), dedicando-se a estudos de psicologia moral numa perspectiva piagetiana, afirma que também nesse campo a relação entre afetividade e razão é um problema central. Segundo ele, a ação moral implica tanto uma dimensão cognitiva, responsável pelo saber-fazer, quanto uma dimensão afetiva que delimita um querer-fazer a partir da motivação (La Taille, 2002). Fazendo referência aos trabalhos de Kohlberg, o autor destaca como também no campo da moralidade aponta-se um limite dos estudos piagetianos no que diz respeito à consideração da conduta particular. Em Piaget, o sujeito moral seria correlato do sujeito epistêmico (La Taille, 2007) e, portanto, ele não levaria em conta que saber não é necessariamente querer e que, portanto, a conduta implica algo mais que seria a vontade (La Taille, 1992a). A diferença entre juízo moral e comportamento moral imporia considerar a possibilidade de confronto entre afetividade e razão. Para La Taille (1992a), o fato de Piaget não cogitar que a afetividade pudesse servir como obstáculo à ação racional decorre da premissa de que a ação está necessariamente orientada por uma racionalidade. Porém, isso significa, segundo o autor, que o desenvolvimento moral implica uma regulação racional da afetividade.

Souza não se ocupa preponderantemente da questão da moral, porém reitera a premissa piagetiana de uma racionalidade intrínseca à ação, definindo-a como uma premissa de desenvolvimento tanto cognitivo quanto afetivo. Assim, a autora parte da consideração da necessidade do desenvolvimento da afetividade a fim de que ela seja efetivamente motor do processo cognitivo. Mantendo a referência piagetiana como central e, ao mesmo tempo, adotando pressupostos da psicologia do desenvolvimento, acaba por ampliar o escopo da equibração afirmando-a como um princípio regulador das condutas, as quais possuem aspectos cognitivos, afetivos e sociais. Essas diferentes dimensões se integrariam por estarem submetidas ao princípio de equibração, tendo como resultado que os desenvolvimentos cognitivo, social, moral e afetivo ocorrem concomitantemente e se influenciam mutuamente. Com isso, retoma o paralelo

estabelecido por Piaget (1953-54) entre desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento afetivo. O princípio de equilíbrio se apresenta, nesse contexto, como um princípio evolutivo capaz de reger as condutas dos indivíduos no sentido de uma maior regulação racional do comportamento e do pensamento.

1.3. Integração da psicanálise aos pressupostos psicológicos

Dado o limite claro estabelecido por Piaget ao papel da afetividade em seu modelo explicativo do desenrolar da inteligência, os estudos sobre essa temática tendem a deslocar-se na direção de outros referenciais teóricos onde a afetividade ocupa um lugar de maior destaque (p. e. Leite, 2006; Dantas, 1992; Arantes, 2013). Souza, por seu lado, conforme apontado, mantém a teoria piagetiana como referência central, recorrendo, contudo, a ampliações e incorporações de outras teorias visando melhor adequação do paradigma aos pressupostos psicológicos assumidos. Isso porque a perspectiva integradora, visando dar conta desses aspectos de naturezas diferentes que comporiam o pensamento e as condutas do sujeito psicológico, necessitaria adotar uma “visão epistemológica plural”, dada a necessidade de reflexões teóricas também integradas (Souza, 2011).

É nesse contexto que, dentre os muitos esforços de complementação entre teorias bastante diversas, destaca-se, nesse campo de estudos, a junção da epistemologia genética com a psicanálise. Essa iniciativa não é nova. O sonho de unir Freud e Piaget insiste há pelo menos meio século e não deixa de ser tributário das polêmicas em torno da linha que divisa psicologia e psicanálise. As tentativas de junção das teorias freudiana e piagetiana visam, nesse caso, tanto uma psicologia geral do desenvolvimento quanto uma psicologia da criança-como-um-todo de fatores articulados, valendo-se dos comentários de Piaget (1972) sobre as potencialidades dessa aproximação e do “viés empiricista e instintivista que tomou conta da ortodoxia psicanalítica, em particular de tradição kleiniana” (Lajonquière, 1992/2010, p. 14).

Essa complementação se efetiva, no campo da psicologia do desenvolvimento, a partir da ideia de que a psicanálise seria uma teoria da afetividade (Souza, 1999, 2002, 2003, 2005, 2011; Garbarino, 2012; Sisto, 2001; Parga, 2001; Martinelli, 2001 dentre outros). Integrada à perspectiva desenvolvimentista, ela aparece como suporte à psicologia, compartilhando com essa o viés adaptativo ao estar amarrada aos termos psicológicos do problema. Convocada como complemento capaz de fornecer mais elementos que indiquem em que consiste o desenvolvimento afetivo, ela reiteraria a

importância dos critérios morais – travestidos de princípio evolutivo – como direcionadores dos afetos na direção de uma adaptação que garanta a unidade psicológica.

A leitura desenvolvimentista da psicanálise gira em torno do eixo da integração, harmonia ou sintonia entre os diferentes fatores que compoem o ser humano “como um todo”. Assim, Souza (2007, p. 65) se interessa pela psicanálise por considerar poder extrair dela “contribuições relevantes sobre os relacionamentos entre os indivíduos e seus objetos”. Para tanto, recorre a autores que ocupam lugares variados no movimento psicanalítico pós-freudiano sem se deter numa análise aprofundada do contexto teórico próprio a cada um deles.

Apresentando a construção do Self em Winnicott como decorrente do amadurecimento psíquico a partir das relações do indivíduo com um “ambiente ‘suficientemente’ bom”, Souza (2007, p. 66) afirma que esse modelo explicativo possuiria “os elementos necessários a uma teoria do desenvolvimento psicológico, sobretudo a ideia da evolução em momentos distintos e sucessivos rumo à integração do self”. Por estar interessada em precisar como a afetividade direciona a atividade do sujeito para objetos de interesse favorecendo a construção do conhecimento, se apoia no trabalho de Gouin-Dècarie (1968) que teria buscado estabelecer “relações entre o desenvolvimento cognitivo do esquema de objeto permanente e a evolução das relações objetais, no sentido freudiano do termo” (Souza, 2007, p. 74). Para falar em evolução objetal, Gouin-Dècarie teria se baseado, segundo Souza, nos trabalhos de Rapaport, Hartmann, Kris e Loewenstein – autores da Psicologia do Ego, desdobramento da psicanálise pós-freudiana principalmente no contexto norte-americano (Roudinesco; Plon, 1998) – para concluir por um paralelismo genético entre a evolução da noção piagetiana de objeto e das relações objetais. Souza, M. T. (1999) recorre, também, à concepção de mundo interno de M. Klein o qual seria composto de objetos “afetivos” que se caracterizariam por serem “mais ou menos sintônicos com as necessidades do ego da criança” e, portanto, “mais ou menos facilitadores à integração pela criança das dificuldades encontradas no seu desenvolvimento” (Souza, M. T. 1999, p. 204).

Nessa incorporação de conceitos extraídos da teoria psicanalítica, o dito desenvolvimento afetivo é apresentado como coincidindo com o chamado desenvolvimento do Ego, apresentado por Sisto (2001) como responsável por um funcionamento psíquico sadio e pela integridade do indivíduo e identificado por

Garbarino (2012) com a suposta adaptação progressiva do funcionamento psíquico ao princípio de realidade.

O estudo de Garbarino (2012) é um bom exemplo do modo como a psicanálise é incorporada pela psicologia do desenvolvimento e adaptada aos seus pressupostos. Sua investigação situa-se na “linha de pesquisa que se ocupa da interação entre inteligência e afetividade no desenvolvimento da criança” (Garbarino, 2012, p. 2)². Alinhada ao esforço integrativo desse programa de pesquisas, propõe, como forma de considerar e valorizar a “complexidade do sujeito” nos estudos do desenvolvimento humano, uma pesquisa que valide uma “dupla concepção de sujeito: epistêmico e do inconsciente” (Garbarino, 2012, p. 167). Aponta, portanto, para uma maior incorporação da psicanálise aos estudos psicológicos sobre a interação entre inteligência e afetividade.

Tomando como referência tanto a teoria piagetiana quanto a psicanálise, essa última comparece como teoria do dito desenvolvimento psicosssexual, na qual a vida sexual humana seria construída em fases progressivas apoiadas em “funções somáticas vitais” (Garbarino, 2012, p. 44). Isso implica um raciocínio desenvolvimentista no interior da psicanálise, o qual postula a constituição do sujeito como efeito da sucessão temporal que vai da satisfação à proibição e, portanto, à substituição do processo primário pelo secundário.

Garbarino (2012) toma como objeto de investigação as crenças das crianças sobre a origem dos bebês, inspirando-se nas teorias sexuais infantis isoladas por Freud e a partir das quais ele concebe a noção de pulsão de saber. Para a autora, aquilo que Piaget denomina afetividade, a psicanálise abordaria a partir dos conceitos de libido, pulsão e desejo. Assim, localiza na noção de pulsão de saber a chave para articular a teoria freudiana e a teoria piagetiana visando considerar a construção do conhecimento em termos psicológicos. Isso porque considera que em ambos os autores estaria em pauta a presença de “resistências estruturais” impondo “deformações” do percebido de acordo com os modos de assimilação que, segundo ela, seriam orientados tanto pelos esquemas cognitivos quanto pelas organizações psicosssexuais.

A “resistência estrutural” é entendida pela autora como resistência interna a incorporar a influência externa e, portanto, como a prevalência de “fatores individuais”.

² Suas pesquisas de mestrado e doutorado foram orientadas por Souza, seguindo, portanto, o mesmo padrão de investigação.

Segundo ela, ambas as teorias postulam a irredutibilidade das construções das crianças à influência externa, apontando para resistências à incorporação da lógica adulta. Em Piaget, tratar-se-ia de resistências cognitivas e em Freud de resistências pulsionais. Em ambos os casos, as formulações infantis estariam submetidas a um princípio de desenvolvimento – seja cognitivo ou psicossexual –, entendido como processo de gradual apreensão dos conflitos que os fatores externos colocam ao pensamento da criança, levando às reestruturações que permitam acomodar essas perturbações.

Os fatores externos são considerados como problemas apresentados pelo meio e “que precisam ser resolvidos” (Garbarino, 2012, p. 18) como modo de adaptação e sobrevivência. Apresentado nos termos psicanalíticos, o dito desenvolvimento decorreria do encontro de problemas colocados pelo meio, na forma de restrições à plena satisfação narcísica, com um princípio adaptativo, na forma de um “Ego”. O desenvolvimento do Ego seria, assim, um processo construtivo e de sobreposição gradual do processo secundário sobre o primário como forma de encaminhar o conflito entre o interno, na forma de desejos ou de tendências pulsionais (a autora não precisa a diferenciação entre ambas as noções) e o externo representado pela repressão cultural desses impulsos.

1.4. Psicologia como ciência da verificação empírica: a apreensão do processo evolutivo de desenvolvimento cognitivo e afetivo a partir dos enunciados da criança

Os pressupostos que embasam essas pesquisas acerca da relação entre desenvolvimento cognitivo e afetivo se aliam a um método de pesquisa empírica que coloca esses pressupostos em funcionamento. Souza (2014) afirma que enquanto a epistemologia forneceria a explicação da estruturação do conhecimento, a psicologia ficaria responsável pelas evidências empíricas desse processo de transformação. Dado que o princípio de equilíbrio majorante é afirmado como lei que rege não somente a construção do conhecimento, mas o desenvolvimento psicológico em geral, a pesquisa psicológica toma como parâmetro as noções epistemológicas piagetianas e se dedica a acompanhar esse processo de desenvolvimento seguindo “a qualidade das ações do sujeito desde o nascimento até a idade adulta” (Souza, 2007, p. 106). Com isso, se converte em um “estudo evolutivo” (Delval, 2002) tendo como principal objetivo analisar como o pensamento muda com a idade.

Tendo como referência o método clínico piagetiano, vemos em diversos estudos (Tortella; Assis, 2017; Souza, 1999, 2002, 2005, 2006; Garbarino, 2012; Piske; Stoltz, 2012 dentre outros) como a metodologia é desenhada no sentido da construção de indicadores empíricos do desenvolvimento em seus variados aspectos através da coleta de dados junto às crianças, seja através da observação ou de entrevistas semi-estruturadas. Esses dados são organizados a partir de certas regularidades, o que permite sua categorização e tabulação. A idade aparece como categoria central, orientando a delimitação das regularidades em estágios de desenvolvimento.

Segundo Souza (2007, p. 109), Piaget teria reconhecido o papel fundamental da afetividade para o desenvolvimento psicológico, porém a teria considerado “de difícil verificação empírica”. Partindo, portanto, da correspondência entre desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento afetivo (Piaget, 1953-54), seu objetivo é o de construir “indicadores empíricos” deste último e relaciona-los com aqueles que marcam o primeiro. Para tanto, toma como objeto de investigação as representações de contos de fadas por crianças onde seria possível relacionar aspectos cognitivos – ou seja, as formas de estruturação interpretativa relacionadas às estruturações do pensamento da criança – e aspectos afetivos, dados a ver pelas valorizações de certos elementos na montagem dessas interpretações, ou seja, relacionado aos conteúdos que compõem as representações dados “pela ressonância do mundo interno da criança sobre o conto de fadas” (Souza, 2007, pp. 142-3).

Souza (1999, p. 201) justifica a escolha desse recorte pela importância dos contos de fadas para o desenvolvimento psicológico das crianças. Apoiando-se em Bettelheim, afirma que “os contos representariam [...] o desenvolvimento humano, e tornam tal desenvolvimento atraente para o engajamento da criança nele”. De certa forma, assim como no caso das teorias sexuais infantis, trata-se de analisar como as crianças formulam, à sua maneira, narrativas que dizem respeito a temas fundamentais da vida humana. Contudo, preocupada com a construção de indicadores da afetividade, a autora não se detém na análise do que faz com que esses temas exerçam essa atração priorizando a discussão sobre os aspectos admiráveis das personagens, aproximando-se dos estudos sobre as virtudes (p. e. La Taille, 2002).

Tomando como parâmetro de qualidade a capacidade de justificar a valorização das personagens pelas virtudes identificadas nelas, Souza (2007, p. 131) não se centra na “elaboração pessoal de significados” a partir das histórias, e sim na análise das

“qualidades” das justificativas das valorizações. Ou seja, deixa de lado a questão daquilo que nas respostas particulares não se reduz às regularidades. Alcança, com isso, a verificação de que as escolhas e suas justificativas evoluem conforme a idade no sentido de uma maior qualidade. Ou seja, os resultados de suas pesquisas apontam que o desenvolvimento afetivo é marcado pela evolução daquilo que justifica as valorizações de certos personagens de aspectos mais materiais e concretos para aspectos mais abstratos, corroborando a ideia de que a “qualidade dos valores” seguiria a evolução psicológica da criança (Souza, 2007, p. 132). Portanto, suas análises dos dados empíricos confirmam a tese da interdependência entre desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento afetivo pela verificação de que o avanço nas capacidades cognitivas seria acompanhado pelo avanço na capacidade de “se posicionar diante de sua afetividade, isto é, fazer escolhas e expressar com maior clareza seus interesses e valorizações” (Souza, 2007, p. 151).

Garbarino (2012) também sustenta sua investigação sobre uma base empírica: visa apreender as mudanças nas crenças infantis sobre a origem dos bebês através de entrevistas verbais e semi-estruturadas inspiradas no método clínico piagetiano. Incluindo sua pesquisa no campo dos estudos evolutivos, compreende que essas mudanças se dão num sentido progressivo no que diz respeito à adequação do pensamento à “realidade”.

A análise dos dados é apresentada como composta de um aspecto qualitativo, pela extração de categorias gerais evidenciadas nas diversas respostas que permitem a construção de níveis de crenças e, posteriormente, de forma quantitativa, pela classificação das respostas nos diferentes níveis, confrontando-as com a categoria idade. Com isso, visa-se a recomposição do processo evolutivo por meio do estudo dos cortes correspondentes a cada idade.

A organização dos dados em tabelas que confrontam os níveis de crenças e a faixa etária das crianças revela que o desenvolvimento segue uma transição progressiva do concreto ao abstrato, do subjetivo ao objetivo, do egocêntrico ao descentrado e do difuso ao preciso, levando à conclusão de que “os dados estão de acordo com a expectativa teórica piagetiana da progressão genética do conhecimento por estágios e com as apreciações freudianas gerais acerca dos aspectos psicodinâmicos do pensamento e das fases do desenvolvimento psicosssexual” (Garbarino, 2012, p. 149). Ou seja, constata-se

que a “progressão genética do conhecimento” se dá em “concordância com as formas e os ritmos impostos pelo desenvolvimento cognitivo e afetivo” (Garbarino, 2012, p. 36).

1.5. Da afetividade à causalidade

Segundo Lajonquière (1992/2010), a incorporação ao paradigma piagetiano do tema da afetividade visa reconsiderar aquilo que havia sido deliberadamente deixado de lado por Piaget em seu recorte investigativo, mas que de alguma forma reclamava atenção apontando os limites próprios a todo paradigma. Visando expandir esses limites, tais estudos operariam, contudo, uma articulação pouco cuidadosa de teorias distintas ignorando os riscos de interpretar conceitos diversos desvinculados do contexto teórico ao qual pertencem.

Assim, na busca pela apreensão dos tais aspectos afetivos envolvidos no desenvolvimento psicológico do sujeito, convoca-se a psicanálise como tendo algo a dizer sobre o assunto. Essa convocação ignora, contudo, toda uma linha de investigação que justamente afirma que enquanto teoria das formações do inconsciente ela não se confunde com uma psicologia dos afetos (Lajonquière, 1992/2010, p. 191). Isso não quer dizer que Freud não se utilize do termo, extraído da psicologia alemã (Laplanche; Pontalis, 1996). Pelo contrário, é uma noção que aparece ao longo de toda sua obra, caracterizada como uma das formas de expressão da pulsão junto com a representação. Segundo Laplanche e Pontalis (1996), trata-se também de um termo genérico para as diversas manifestações de sentimentos e, portanto, algo da ordem do consciente. É nesse sentido que Kupfer (2003, p. 36) afirma que os afetos são, para a psicanálise, “a dimensão fenomênica, aparente, do que está em transcurso em outra dimensão, mais propriamente a dimensão inconsciente”. Portanto, o afeto é efeito e não causa.

Tendo como ponto de partida a indagação em torno daquilo que, nos processos de conhecimento, escapa às regularidades que conformam a noção de sujeito epistemológico, as conclusões dos estudos integrativos de aspectos cognitivos e afetivos do desenvolvimento mostram como eles tomam um caminho que os afasta de tal problemática, reiterando a anulação da diferença. Isso se dá na medida em que aliam a ampliação do escopo do princípio de equilíbrio – que passa a ser apresentado como uma legalidade que orienta os processos psicológicos em geral – e a afirmação da psicologia como ciência da verificação empírica tendo como meta alcançar a realidade objetiva do sujeito. Como resultado, concluem que a suposta realidade empírica confirma a expectativa teórica.

Nesse contexto, a aproximação entre as teorias piagetiana e freudiana a partir da submissão de ambas aos pressupostos da psicologia do desenvolvimento deixa em aberto a questão acerca de um possível elemento causal responsável pela afetação do pensamento, impulsionando-o à emergência de novidades nos processos de conhecimento. Tomando a afetividade, também confundida com a pulsão, como fonte de objetivos e metas, os estudos psicológicos em debate se dedicam à verificação da correspondência entre um desenvolvimento da afetividade entendido como adequação dos interesses aos valores socialmente determinados e o desenvolvimento cognitivo considerado como adequação do pensamento e da ação aos conhecimentos socialmente validados. Com isso, ocupados em verificar empiricamente o suposto desenvolvimento da afetividade, não há espaço para questionar o que daria sustentação a esse impulso à criação de novidades epistêmicas.

La Taille (2002) afirma que Piaget, em suas pesquisas psicológicas, teria buscado dar caráter científico a valores éticos, visando demonstrar aquilo que é, na verdade, um pressuposto. A nosso ver, os estudos aqui apresentados reiteram tal pretensão, ampliando-a por visar circunscrever no escopo do princípio normativo da equilibração, sob o nome de afetividade, também aquilo que insiste na diferença.

É precisamente no sentido da problemática da causa que o recurso à psicanálise possibilita um encaminhamento próprio do desafio lançado por Inhelder de atrelar a emergência de novidades epistêmicas ao que ela chama de “procedimentos particulares”. Isso na medida em que a psicanálise se constitua como avesso da psicologia, debruçando-se precisamente sobre a insistência da diferença para extrair daí uma outra ordem de determinação estrutural.

Conforme afirma Voltolini (2006a), para Freud todo pensamento é “pensamento afetado”. Assim, a psicanálise nos possibilita perseguir a indagação quanto ao que determina que uma “perturbação” afete os processos de pensamento, vinculando-a aos desvios e discordâncias próprios às formulações infantis. Para dar aos desvios um caráter estrutural e não contingente, é necessário, contudo, abandonar os pressupostos psicológicos e a perspectiva da verificação, bem como a proposta integrativa. Fazer efetivamente a passagem ao campo teórico da psicanálise implica considerar sua inscrição na ciência numa contra-posição em relação à psicologia. Com isso, é possível recolher a diferença anulada por esses estudos apresentados articulando-a à emergência de novidades através da concepção de causa estrutural.

O caminho através da teoria psicanalítica que possibilita enfrentar essa questão não é aquele que a submete aos pressupostos da psicologia do desenvolvimento, os quais são avessos ao espírito estruturalista que conduz o retorno lacaniano aos fundamentos freudianos. Assim, para responder à indagação que nos convoca considera-se necessário tomar distância do tema da afetividade para ir em direção à questão da causalidade.

2. A estrutura do significante e o efeito sujeito

Afirma Lajonquière (1992/2010, p. 50) que “o *sujeito epistêmico* é o campo da linguagem sem palavra. Justamente, para pensar a pretendida singularidade, falta à epistemologia genética, a *palavra* enquanto implicação de um sujeito na enunciação”. A expressão de um “campo da linguagem sem palavra” remete aqui à ideia de que “a equilibração tende de forma cibernética a reconstruir, no limite virtual, sem resto algum os conhecimentos social e historicamente validados” (Lajonquière, 1992/2010, p. 49).

Diante da constatação da distância entre o percurso ideal e a realização singular, Lajonquière (1992/2010), caminhando na direção oposta ao dos estudos psicológicos, afirma a necessidade de não endossar que o princípio da equilibração seja o regulador único do psiquismo. A psicanálise, por seu lado, possibilitaria dar aos desvios uma razão estrutural outra que não aquela da equilibração majorante, justamente pela consideração da palavra naquilo em que ela não se reduz à linguagem. Nesse sentido, tal consideração implica recolher o que resta da incidência da determinação estrutural como aquilo que marca propriamente uma enunciação. É por esse caminho que a psicanálise lacaniana possibilita atrelar a presença da diferença nos processos cognitivos ao funcionamento estrutural e à irrupção da novidade no universo dos conhecimentos.

O sintagma “campo da palavra e da linguagem” – que também é traduzido do francês como “campo da fala e da linguagem” (Lacan, 1953a/1998) – é a expressão de uma concepção de estrutura que possibilita considerar a causalidade de seu funcionamento enquanto estrutural. Para compreender isso, propõe-se acompanhar o percurso de Lacan até chegar a essa concepção de estrutura assentada numa teoria do significante. Percurso esse guiado precisamente pela tensão própria à tentativa de delimitar o comportamento humano pela via da determinação estrutural. Ao mesmo tempo, esse caminho teórico envolve uma proposta de inscrição da psicanálise no campo científico fazendo frente às tentativas que nesse campo buscam reduzir o sujeito à sua objetivação no discurso.

A retomada, em certo sentido, histórica do nascimento dos conceitos fundamentais que vão sustentar a reafirmação lacaniana dos princípios da psicanálise se justifica no escopo deste trabalho dado o contexto teórico em que Lacan se movimenta tanto em sua pesquisa doutoral quanto nos trabalhos subsequentes. Psiquiatra de formação, Lacan se engaja na discussão em torno da identificação da causalidade

psíquica em sua particularidade. Recusa, contudo, os termos em que tal debate se desenrolava, vendo-se diante da necessidade de novos conceitos.

Assim, ao abordar a questão da causalidade psíquica da loucura, objeto de sua tese de doutorado (Lacan, 1932/2010) e de seus principais trabalhos antes da década de 1950, se depara com a necessidade de enfrentar a questão das relações entre o sujeito e a estrutura de uma forma que não fique à mercê das alternativas entre o inato e o adquirido, entre a hereditariedade e o meio, entre o interno e o externo. Também não supõe satisfatória a saída pela combinação de ambas as alternativas. Todas essas respostas apenas distanciam a possibilidade de compreensão do fenômeno psíquico porque o remetem a outra ordem de determinação que não aquela propriamente psíquica.

Mas o que significa falar de uma ordem de determinação propriamente psíquica? Em primeiro lugar, trata-se da necessidade de incluir o fenômeno da loucura dentro de um “ciclo de comportamento” que tem a ver com a história da pessoa, ao invés de isolar as condutas de seu contexto, o que levaria a uma neutralização daquilo que na conduta do sujeito tem a ver com o campo do sentido, passando a remeter o fenômeno a uma causalidade externa.

Em segundo lugar, Ogilvie aponta que Lacan, em sua tese sobre as psicoses, preocupado em repor o fenômeno psíquico no nível humano e não no fisiológico, acredita que parte considerável das reações vitais do organismo humano ganha sentido em função do meio social. A compreensão de uma conduta é entendida aqui como resultado da determinação do lugar dessa conduta “numa rede de natureza social” (Ogilvie, 1991, p. 27). Dessa forma, a causa da psicose é remetida a um conflito vital entre termos determinados pela organização social familiar.

Ogilvie sustenta, de forma um tanto polêmica, a influência sobre Lacan da visão “sociológica” de Comte cuja perspectiva enfatizaria que a unidade mínima da existência humana não é o indivíduo e sim a família, contribuindo com a premissa de que a existência do sujeito é uma existência necessariamente social. Por essas e outras influências, Lacan teria se tornado “surdo ao individualismo psicológico”, buscando uma definição do fenômeno mental que não o ligue “a nenhuma instância outra que o determinaria *hierarquicamente* (o que é, propriamente, a definição da ordem psicogênica em sua especificidade)”, recusando, portanto, “uma concepção de realidade atomizada e dissociada em elementos independentes” (Ogilvie, 1991, p. 65). Em

contraposição a isso, exerceria influência também a concepção desenvolvida por certos biólogos na qual a unidade não é o indivíduo em relação com um meio também existente separadamente. A unidade é essa junção entre organismo e meio, a qual cria uma coisa nova. Dessa importação decorre a ideia de que não se trata de composição ou mesmo de contrato entre o indivíduo e o meio, mas de um “meio que entra no indivíduo, tornando-se a forma em exterioridade de sua estrutura interna e inscrevendo no próprio coração de seu ser a necessidade de sua presença” (Ogilvie, 1991, p. 66).

Pode-se considerar que por essas referências, já estava em germe a filiação de Lacan ao pensamento estruturalista no qual a unidade mínima não são os elementos, mas a relação entre eles, apontando para a recusa de todo tipo de fatorialismo. No entanto, ainda predominam os termos próprios ao debate em que Lacan se via inserido.

Aliando a essa ideia de um “ciclo de comportamento” inscrito numa rede de relações familiares, aparece também a noção de “mecanismo reacional”. Ogilvie (1991) destaca que Lacan está às voltas, em sua tese, com a problemática da delimitação de um conhecimento “objetivo” de fenômenos subjetivos. Segundo ele, a noção de personalidade foi o caminho que, naquele momento, lhe possibilitava falar de dois tipos de efeitos da determinação estrutural: efeitos de objetivação e de subjetivação. A noção de “mecanismo reacional” teria possibilitado naquele momento “ressaltar ao mesmo tempo o papel preponderante da atividade do sujeito e sua dependência com relação a uma situação externa, à qual ele está articulado sob a forma negativa de uma reação” (Ogilvie, 1991, p. 87). Pelo caráter negativo do mecanismo reacional, a relação entre sujeito e estrutura poderia ser vista como de dependência e não de anulação. A subjetivação seria concebida como efeito da determinação na forma de negação.

Tal raciocínio não se limita aos fenômenos psicopatológicos como a paranoia. Esses revelariam algo próprio das relações inter-humanas. Isso implica uma elevação do objeto de estudo do patológico em direção a uma verdadeira “revolução antropológica” contra a centralidade do indivíduo. Essa revolução consistiria em mostrar que tanto no mecanicismo calcado no modelo sensualista quanto no idealismo autonomizador do pensamento haveria uma proibição “de pensar os efeitos particulares da estrutura geral de um meio sobre o indivíduo, que só esta estrutura torna possível e que, sem preexistir a ela, não a reproduz como um simples reflexo” (Ogilvie, 1991, pp. 58-9).

É com esses instrumentos que Lacan rejeita tanto a concepção sensualista, cuja ênfase recai sobre a influência externa, quanto a oposição da concepção

constitucionalista que postula que a razão do comportamento está dado hereditariamente, afirmando uma antropologia não individualista na qual “o comportamento de uma personalidade é, de alguma maneira, uma peça deste vasto quebra-cabeça que é a organização social, estrutura geral que faz valer suas exigências e efetua sobre seus elementos múltiplas operações, tanto de formação e integração quanto de rejeição” (Ogilvie, 1991, p. 81). É nessa direção que se orienta o processo de construção lacaniana de uma teoria do sujeito.

Finalizada a tese, as pesquisas subsequentes de Lacan se orientam pela questão da constituição do sujeito humano, podendo-se observar um deslocamento dos termos que revela o movimento progressivo de estreitamento do campo: da “formação do indivíduo” (Lacan, 1938/2003) à “função do Eu” (Lacan, 1949/1998), temos a passagem da dimensão da família para a do espelho. Nessa passagem, a alteridade passa a ser pensada como penetrada no sujeito.

2.1. Divisão subjetiva teorizada a partir do estágio do espelho

Partindo da ideia de que a determinação estrutural do comportamento humano não anula a tensão que lhe é própria, Lacan considera se orientar pelo mesmo objetivo de Freud: a descoberta das leis determinantes do psiquismo, porém tendo como eixo central a divisão subjetiva. Nesse sentido, a inflexão teórica implicada na elaboração da segunda teoria pulsional (Freud, 1920/1976) é central, pois reitera, ao se debruçar sobre a insistência de forças contrárias à adaptação, o compromisso de Freud com a recusa em anular a dimensão do conflito como central na vida psíquica. Em paralelo, portanto, com seu esforço por desvendar a lógica própria às leis determinantes das manifestações do inconsciente, ele está atento e instigado por aquilo que, no confronto de sua teorização com a experiência clínica, insiste em não se encaixar nos modelos teóricos.

Esse espírito da investigação freudiana acerca dos determinantes da vida psíquica reverbera nas polêmicas e contradições em torno da compreensão das funções do *eu*. É desse espírito que Lacan extrai sua crítica à noção do *eu* como instância adaptativa, apontando para as dificuldades teóricas encontradas por Freud quando este se vê preso à “miragem de objetivação, herdada da psicologia clássica, que se constitui pela ideia do sistema percepção-consciência” (Lacan, 1948/1998, p. 119). Encontramos aqui uma das indicações de como a teoria lacaniana de sujeito toma como eixo a

problematização dessa objetivação que a psicologia, como representante disso que se denomina ciências do homem, opera no sujeito.

Lacan afirma que, ao identificar o *eu* com o sistema percepção-consciência, entendido como “soma dos aparelhos pelos quais o organismo se adapta ao ‘princípio de realidade’” (1946/1998, p. 180), Freud pareceria ignorar

a realidade de tudo o que o *eu* negligencia, escotomiza e desconhece nas sensações que o fazem reagir à realidade, bem como de tudo o que ele ignora, silencia e ata nas significações que recebe da linguagem: desconhecimento bastante surpreendente a desencaminhar o próprio homem que soubera forçar os limites do inconsciente pelo poder de sua dialética (Lacan, 1948/1998, p. 119).

Para Lacan, a concepção do *eu* como sistema percepção-consciência é próprio a uma “metapsicologia realista” (Lacan, 1948/1998, p. 180), por onde Freud se perde do essencial de sua experiência, cedendo ao ideal científico da psicologia. Trata-se do mesmo “preconceito hiperobjetivista” denunciado por Ogilvie (1991), o qual faz com que a crença delirante (assim como a crença infantil) seja reduzida a um erro, isto é, a uma falha adaptativa a ser superada. Por outro lado, tomado em sua “essência fenomenológica” (Lacan, 1948/1998, p. 111), o *eu* apontaria para a contradição e não para a síntese (Lacan, 1946/1998). É isso que Lacan extrai do fenômeno freudiano da denegação (Freud, 1925/2011) e por onde justifica sua retomada, na teoria freudiana, do processo de formação do *eu* no sentido de enfatizar a centralidade da divisão subjetiva que o *eu* buscaria ocultar.

Freud (1914a/2010) concebe o *eu* como uma instância psíquica cuja existência está condicionada a uma novidade que gera uma unidade onde se concentra a libido originalmente dispersa em fragmentos de corpo. A ideia de um investimento libidinal no *eu* implica considerar a importância dos cuidados próprios à relação entre o adulto e o bebê. Para Freud (1914 a/2010) o investimento libidinal que os adultos dirigem à criança, dado a ver através do amor dos pais pelos filhos, participa da formação do *eu* enquanto objeto de amor próprio. Localiza aí o renascimento do narcisismo dos pais, que em si mesmos teve de dar lugar às conquistas culturais, e que encontra revivescência, dentre outros, como amor objetual direcionado aos filhos. Os pais depositam na criança uma imagem de perfeição, de plena satisfação, o que conforma o *eu-ideal*. Pelo investimento nessa imagem, a libido ganharia um contorno no *eu*. É retomando esse caminho que Lacan (1953-54/2009) chama a atenção para a relação

estreita entre a formação do objeto e a do *eu*, aproximando a elaboração freudiana de sua concepção do estágio do espelho, pela qual visa elucidar fundamentalmente a “transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (Lacan, 1949/1998, p. 97).

É precisamente através da reflexão sobre o estágio do espelho que Lacan irá encontrar o aparato conceitual necessário para dar prosseguimento à sua teorização sobre as relações entre o sujeito e a estrutura, deslocando definitivamente a questão da causalidade da polarização entre interno e externo através de sua apreensão do conceito de identificação. Assim, o estágio do espelho cristalizaria os deslocamentos teóricos efetuados por Lacan até então, unificando-os em uma teoria do sujeito, ponto de referência para o seu retorno a Freud.

O ponto de partida de Lacan é a observação do júbilo da criança diante de sua imagem refletida no espelho que ele toma como manifestando a precipitação do *eu* numa forma primordial que é aquela do *eu-ideal* freudiano. Para Lacan (1949/1998), o efeito de júbilo que a imagem especular provoca na criança aponta para a captação identificatória pela *imago*, entendida como efeito de uma forma que seja reconhecida como semelhante. Assim, a função do estágio do espelho, enquanto caso particular da função da *imago*, seria a de “estabelecer uma relação do organismo com sua realidade”, na medida em que essa relação, no homem, é marcada por uma discórdia primordial, associada, em termos biológicos, com a “prematuração específica do nascimento no homem” (Lacan, 1949/1998, p. 100).

Ancorando-se em estudos embriológicos que localizam a persistência de características fetais no humano após o nascimento, Lacan sustenta a presença de uma insuficiência orgânica que afasta o ser humano de sua realidade natural, entendida como aquela que atribuímos aos animais. Assim, a captação da criança numa imagem unificadora teria um caráter antecipatório, estabelecendo uma discordância fundamental entre a unificação psíquica do corpo e a experiência corporal fragmentada.

O que a noção lacaniana de estágio do espelho formaliza é a ideia de que a divisão do sujeito está em seu próprio surgimento. Descreve o caminho da insuficiência para a antecipação através da alienação, pois a identidade primordial do corpo próprio se dá por uma captação do sujeito naquilo que se lhe apresenta na forma de uma imagem. Isso faz com que a formação do *eu* seja marcada pela cristalização dessa “tensão conflitiva interna ao sujeito, que determina o despertar de seu desejo pelo objeto do desejo do

outro” (Lacan, 1948/1998, p. 116). Com isso, o estádio do espelho dá um novo sentido para o desejo. Esse se expressaria nesse fascínio com relação à imagem que faz com que a relação consigo passe pela relação com o outro.

A formulação acerca da formação do *eu* via estádio do espelho dá novos subsídios a Lacan em sua compreensão do fenômeno da loucura, apontando também, de forma mais geral, as decorrências para a questão da relação entre estrutura e sujeito. No debate que Lacan (1946/1998) empreende com Henry Ey em torno da causalidade da loucura, descreve o louco como um sujeito que está tomado de uma forma particular nessa armadilha alienante, pois o fato de acreditar-se diferente de quem é aponta para a problemática da relação do sujeito com os ideais. Assim, o louco procura resolver a “discordância primordial entre o Eu e o ser” através da “coincidência ilusória da realidade com o ideal” (Lacan, 1946/1998, p. 188). Essa identificação ideal representa o máximo da alienação do sujeito, marcado por uma fixação de seu ser naquilo que representa para ele um ideal de liberdade.

O *eu-ideal* se apresenta ao sujeito como imagem de um mestre absoluto e, portanto, paradoxalmente, como a imagem da morte, dada a alienação radical do sujeito implicada aí, mas também como a imagem da liberdade. Essa identificação ideal implica uma satisfação, na medida em que, nas palavras de Lacan (1948/1998, p. 118) “se prende à integração de uma desordem orgânica original”. Desordem essa que só se apresenta como um estado anterior *a posteriori*. É por isso que Lacan afirma que diferente do que supõe Ey, a loucura não é o oposto da liberdade, mas sua “fiel companheira” (1946/1998, p. 177). Mesmo sendo esse ideal de liberdade, paradoxalmente, o máximo de alienação do sujeito.

Sendo, portanto, a loucura uma tentativa de resolução da discordância entre o *eu* e o ser pela aproximação máxima do sujeito em relação ao *eu-ideal*, o que está em jogo é a tentativa radical de suturar a divisão constitutiva do sujeito. É por esse caminho que Lacan vai operar a aproximação entre paranoia, formação do Eu e conhecimento que será abordada mais detidamente no próximo capítulo. O importante a ser retido aqui é que essa aproximação antecipa a discussão sobre o lugar da psicanálise no campo científico que acompanha o início do recurso à teoria da linguagem. A questão que já se encontra subjacente é a da possibilidade de uma ciência da subjetividade, o que concerne diretamente à psicanálise e à psicologia. Lacan (1953a/1998) considera que os fundamentos que devem assegurar o lugar da psicanálise no campo científico, que são os

próprios fundamentos da experiência freudiana, se veem distorcidos diante das tentativas de fazer caber a psicanálise no campo científico pela adequação de seus princípios ao método experimental, como se esse fosse condição necessária a uma disciplina que se pretende científica. Marca, com isso, o divisor de águas entre a psicanálise e a psicologia: enquanto a experiência psicológica visaria a informação sobre uma certa realidade objetiva do sujeito, a experiência psicanalítica, sem a pretensão de alcançar essa dita realidade, correria menos o risco de se afastar da experiência da fala e, portanto, do campo da linguagem, que é seu campo por excelência. Delimitando assim o campo da psicanálise, evidencia-se que aquilo que Lacan formula como próprio ao estádio do espelho não tem a pretensão de descrever a gênese positiva do indivíduo, mas justamente marcar que a constituição do sujeito se dá como discordância a qualquer unidade psicológica.

O divisor de águas entre ambas será sustentado por Lacan a partir de então em uma teoria do significante. Nela encontra um caminho teórico para inscrever a psicanálise na ciência sem submeter-se aos fundamentos psicológicos centrando seu campo como aquele da fala e da linguagem. Esse momento de virada no pensamento lacaniano equivale a uma tomada de posição no meio psicanalítico. Frente àquilo que considera um desencaminhamento da psicanálise de sua época em relação aos fundamentos da experiência freudiana, sua proposta é a de um retorno a essa experiência a fim de delimitar seus princípios. Esse desencaminhamento tem a ver justamente com a tensão própria à determinação estrutural do sujeito que até então Lacan teoriza, através do estádio do espelho, como discordância fundamental entre o *eu*, forma alienada do sujeito, e seu ser, constituído enquanto perdido, pois indeterminado a não ser pela identificação à imagem do outro. Ao centrar sua teorização numa concepção de linguagem estrutural, essa discordância ganhará a definição de paradoxos entre fala e linguagem. Mas para isso, é importante precisar a passagem do espelho à linguagem a partir da importância que Lacan dá à ordem simbólica como aquela em que se inscreve toda experiência humana.

2.2. Da ciência do homem à ciência da letra

A formulação inicial do estádio do espelho a partir da questão do caráter fundamentalmente social da existência humana, porém visando romper com a dicotomia entre interior e exterior, nos remete ao papel fundamental da intersubjetividade na constituição do sujeito. No entanto, o simbólico logo se apresenta no raciocínio

lacaniano como um terceiro elemento, não apenas mediador como anterior à relação intersubjetiva e exercendo como tal um papel preponderante.

Antes que o recurso a uma teoria do significante venha ressignificar seu aparato conceitual, Lacan (1946/1998) já afirma que a linha divisória entre a loucura e a pretensa normalidade tem a ver com a presença ou ausência de uma mediação simbólica na identificação com o ideal, antecipando o deslocamento principal que de certa forma marca sua virada estruturalista que é aquele do espelho para a linguagem. Lacan fala da importância dos efeitos do complexo de Édipo no desenrolar da relação do sujeito com sua realidade, dando à identificação um caráter simbólico, pela “conexão de sua normatividade libidinal com uma normatividade cultural” (Lacan, 1948/1998, p. 120). Através da assunção do símbolo como substituto do objeto, o sujeito encontraria uma saída possível da posição de objetivação em que a estrutura narcísica o coloca em relação ao desejo do outro. Saída apaziguadora da tendência agressiva que decorre desse transitivismo próprio ao estágio do espelho.

Contudo, afirma que a estrutura narcísica é irreduzível ao processo de subordinação cultural que decorre dos efeitos sublimadores da libido genital em jogo na crise do Édipo. Até então, essa irreduzibilidade se sustenta na ideia de uma constituição subjetiva via estágio do espelho e, portanto, implicando necessariamente uma clivagem justificada por um fundamento biológico negativo. É dessa forma que se introduz no pensamento lacaniano o tema freudiano da pulsão de morte. A tensão agressiva é constante enquanto efeito mesmo da sujeição a uma estrutura, o que faz com que o confronto com a objetivação alienante de seu ser seja sempre iminente. A pulsão de morte aparece, assim, como efeito da contradição entre “um estado primordial de indeterminação e as formas precisas que vêm estrutura-lo, e por isso mesmo negá-lo” (Ogilvie, 1991, p. 99). O *eu* seria a formação resultante da inserção do indivíduo num sistema de comportamentos sociais, enquanto o sujeito seria o seu negativo. Ou seja, a estrutura realiza e nega o sujeito ao mesmo tempo e a atividade psicológica é presa dessa tendência paradoxal.

Em seu primeiro Seminário, Lacan (1953-54/2009) empreende uma releitura da experiência especular introduzindo o papel central da linguagem enquanto mediadora da relação intersubjetiva. Retoma o estágio do espelho afirmando que se trata de uma teoria que postula a prematuração do domínio imaginário do corpo em relação ao domínio real. A assunção da realidade do corpo se dá pela sua inclusão no imaginário, ou

seja, pela sua cooptação pela imagem virtual do corpo. Contudo, a introjeção dessa imagem não se faz senão através do recurso ao simbólico. Assim, para que o imaginário possa “incluir o real” (Lacan, 1953-54/2009, p. 110), algo essencial à produção da ilusão de unidade com a qual Lacan concebe o *eu*, isso depende da “situação do sujeito [...] essencialmente caracterizada pelo seu lugar no mundo simbólico, ou, em outras palavras, no mundo da palavra” (Lacan, 1953-54/2009, p. 111).

O argumento do fundamento biológico negativo cede espaço para o da precedência da linguagem em relação ao sujeito. Enquanto no mundo animal os efeitos formadores da *Gestalt* sobre o organismo levam ao estabelecimento de um comportamento instintivamente adequado através da coincidência entre o mundo imaginário e o real, meio de acesso a um saber-fazer necessário à sobrevivência; no humano, por seu lado, essa adequação entre imaginário e real teria um funcionamento próprio, dada a dependência da função do outro, mediada pela presença do simbólico.

Dessa forma, no resgate que se propõe do sentido da experiência psicanalítica, Lacan parte da constatação de que “a lei do homem é a lei da linguagem” (Lacan, 1953a/1998, p. 273), marcando a passagem da ideia de uma estrutura social para a de uma estrutura significante. É em Levi-Strauss que ele encontra fundamentos para sustentar essa passagem, enlaçando o surgimento da linguagem ao pacto de trocas simbólicas que instituiria o vínculo entre grupos humanos. As primeiras palavras seriam então significantes do pacto e como tal desprovidas de utilidade para além da troca simbólica.

Segundo Lacan (1953a/1998), a lei que rege a aliança entre os homens é dada pela linguagem através dos nomes do parentesco. A lei do incesto, enquanto Lei primordial que rege as alianças e que faz sobrepor o reino da cultura ao reino da natureza, é “idêntica a uma ordem de linguagem” (Lacan, 1953a/1998, p. 279), haja visto que os tabus se determinam em função das denominações do parentesco. Ela é tão imperativa quanto inconsciente, donde a crença em nossa liberdade de escolha das alianças, liberdade essa denunciada pela estatística como não tão ocasional como se pensa.

Afirmando a “ordenação das trocas” próprias às “estruturas elementares da cultura” como sustentadas pela linguagem, Lacan (1957/1998, p. 499) opera uma redução da cultura à linguagem, na medida em que é esta que distingue a “sociedade humana das sociedades naturais”. É, portanto, a obra de Levi-Strauss que permite a

passagem da antropologia à linguística, ao afirmar a ideia de anterioridade e de presença determinante da cultura “como sistema de classificação combinatória que interfere na natureza dos elementos empíricos de maneira a dispô-los numa ‘segunda natureza’ que atribui aos indivíduos ainda por vir, seu lugar e sua função” (Ogilvie, 1991, p. 42). A partir dessa ideia, Lacan toma a linguística de Saussure como fornecendo a “postura racional” capaz de delimitar as leis de funcionamento do inconsciente estruturado como uma linguagem.

É da linguística estrutural que Lacan parte para a inscrição de sua teoria do sujeito em uma teoria do significante. A relação entre sujeito e estrutura passa a ser pensada a partir da relação entre fala e linguagem e a psicanálise é aquela que se ocuparia dos paradoxos próprios dessa relação, os quais, operando no sujeito, apontariam para a presença do desejo. De certa forma, a ideia de paradoxos entre fala e linguagem vem substituir a formulação já apresentada da discordância entre o *eu* e o ser do sujeito. Essa substituição se sustenta, contudo, sobre uma teoria do significante, na qual a estrutura normativa das relações humanas se apresenta como uma estrutura de linguagem na qual o sujeito emerge na fala como um efeito discordante.

A estrutura marca, portanto, os limites da subjetividade. Esses se dariam a conhecer pelos efeitos simbólicos de um “movimento tangencial para o incesto que se manifesta desde o advento de uma comunidade universal” (Lacan, 1953a/1998, p. 278). Nessa formulação podem-se perceber os ecos daquilo que vinte anos antes Lacan havia formulado como “mecanismo reacional”. Nesse novo contexto, é o desejo que figura como a válvula de escape da determinação estrutural do vivente. E é precisamente em torno do desejo que se inaugura o tipo de problemática em que a psicanálise encontra sua razão de ser, operando pela via da experiência intersubjetiva em que ele se faz reconhecer.

A problemática do lugar da psicanálise no hall das ciências é abordada por Lacan (1953a/1998) a partir da própria problematização daquilo que a ciência moderna busca anular. É nesse sentido que Lo Bianco e Costa-Moura (2017) nos lembram que não se trata propriamente da fundação de uma nova metodologia científica a partir da psicanálise, mas da ideia de que a psicanálise recolhe aquilo que a ciência deixa de lado ao se constituir. Ela surge, portanto, do mesmo corte que cria a ciência. Para Lacan (1953-54/2009), trata-se de recolher aquilo que a ciência moderna busca neutralizar visando objetivar o sujeito e que é sua condição de sujeito da fala. Considerando que a

relação intersubjetiva está de cabo a rabo mediada pela palavra, chama a atenção para os desafios da delimitação de um campo científico para abordar o que é da ordem do sujeito, afirmando: “O sujeito que fala, devemos admiti-lo forçosamente como sujeito. E por quê? Por uma simples razão, porque ele é capaz de mentir. Quer dizer que ele é distinto do que diz” (Lacan, 1953-54/2009, p. 255). Lacan, servindo-se ainda da noção de denegação, sustenta que Freud, em contraposição ao único modo que o sujeito pode ser considerado na ciência, que é no plano da consciência, “mostra-nos que há no sujeito humano algo que fala, que fala no pleno sentido da palavra, quer dizer, algo que mente, em conhecimento de causa, e independentemente do que traz à consciência”. Reintegra, com isso, a dimensão do sujeito que “não se confunde mais com o ego. O eu é destituído da sua posição absoluta no sujeito” (Lacan, 1953-54/2009, p. 255). Nesse sentido, Lacan se lança a uma concepção de sujeito que permita sustentá-lo como aquilo que, “no desenvolvimento da objetivação, está fora do objeto” (Lacan, 1953-54/2009, p. 254).

2.3. Ciência da letra: a estrutura da linguagem como estrutura significante

É nos termos acima delineados que Lacan lança as bases sobre a qual a psicanálise deve se erguer como ciência numa posição *sui generis* em relação ao campo científico hegemônico. Na medida em que recolhe aquilo que é produto de uma operação da ciência moderna sobre o campo social, mas que essa mesma ciência busca anular, seu objeto funciona como o “resto” de uma operação matemática. Seu projeto passa a ser então o de estabelecer o que Nancy e Lacoue-Labarthe (1991) denominam uma “ciência da letra”.

Sua contraposição a uma concepção de psicanálise voltada à “adaptação do indivíduo ao meio” (Lacan, 1953a/1998, p. 246) implica fundamentalmente um empreendimento prático, na medida em que incide diretamente sobre a definição da técnica psicanalítica, mas implica também necessariamente uma “reconstrução teórica” (Nancy; Lacoue-Labarthe, 1991, p. 19). Assim, o posicionamento de Lacan no campo psicanalítico vem acompanhado da problematização do caráter científico da psicanálise, com consequências para o debate epistemológico em geral.

Segundo Nancy e Lacoue-Labarthe (1991, p. 18), Lacan coloca “a questão de uma verdadeira relação da psicanálise com a ordem ‘teórica’ em geral”, recusando “o sistema do ‘acolhimento’” que até então definia a relação da psicanálise com a ciência e a filosofia. Tratava-se da sua submissão a um fundamento, uma justificação ou uma verdade externa a ela própria, que Althusser (1964/1985) denunciava como tentativa

de anexação. Nesse contexto, a “intervenção de Lacan consistiu em romper com o sistema do ‘acolhimento’ para fazer com que a própria psicanálise interviesse, precisamente, no campo teórico” (Nancy; Lacoue-Labarthe, 1991, p. 19).

Lacan (1953a/1998) sustenta a necessidade de retomar o sentido dos fundamentos freudianos e o principal deles é o fundamento da palavra. Para ele, a experiência psicanalítica provém da fala e, “para-além dessa fala, é toda a estrutura da linguagem que a experiência psicanalítica descobre no inconsciente” (Lacan, 1957/1998, p. 498). Segundo Dor (1989, pp.12-3),

uma das preocupações constantes de Lacan foi a de trabalhar no sentido da restauração da originalidade freudiana da experiência do inconsciente, sob a égide de uma hipótese tão audaciosa como esta: *o inconsciente é estruturado como uma linguagem*. Pode-se mesmo tomar esta hipótese como a mais fundamental para toda a elaboração teórica lacaniana, na medida em que esta proposição pressupõe e encarna o sentido do *retorno a Freud* que Lacan não cessou de indicar desde o início de seu ensino.

É, portanto, no texto freudiano que Lacan sustenta a pertinência de sua tese. Segundo ele, o que Freud (1900/1972) nos apresenta em *A Interpretação dos sonhos* é que o sonho é um discurso onírico que possui a estrutura de uma frase e que deve ser lida segundo as figuras da linguagem que são as leis dessa estrutura (Lacan, 1953a/1998). Não à toa ele chama a atenção para o fato de que nessa obra inaugural Freud usa o termo transferência como transferência de sentido. Os restos diurnos, “formas errantes que, para o sujeito, se tornaram de menor importância – e se esvaziaram do seu sentido” são “retomadas numa organização nova através da qual um outro sentido encontra como se exprimir” (Lacan, 1953-54/2009, p. 318). A transferência é, portanto, aí, um fenômeno de linguagem. Trata-se “da tomada de posse de um discurso aparente por um discurso mascarado, o discurso do inconsciente” ou, em outras palavras, da “relação de um discurso a um outro que o toma como suporte” (Lacan, 1953-54/2009, p. 320).

O mesmo se aplica para as demais formações do inconsciente. Assim, afirma que “o sintoma se resolve por inteiro numa análise linguageira, por ser ele mesmo estruturado como uma linguagem, por ser a linguagem cuja fala deve ser libertada” (Lacan, 1953a/1998, p. 270). Ainda, considera que o chiste é a formação do inconsciente onde mais claramente se vê sua estruturação enquanto linguagem assentada

fundamentalmente na ambiguidade. Por isso, o chiste revelaria de forma magistral como a intenção do indivíduo é superada pelo achado do sujeito, mostrando de forma clara a distinção entre ambos. As formações do inconsciente teriam, portanto, a característica comum “de significar outra coisa bem diferente do que significam imediatamente” (Dor, 1989, p. 15).

A analogia que Lacan estabelece entre o dinamismo inconsciente e certos processos de linguagem está baseada numa concepção estrutural de linguagem que ele encontra fundamentalmente na linguística de Saussure. Esta teria dado à linguagem “seu status de objeto científico”, numa “reclassificação das ciências [que] assinala, como é de costume, uma revolução do conhecimento” (Lacan, 1957/1998, p. 499).

Dor (1989, p. 22) esclarece que: “A atitude estruturalista é uma estratégia de promoção de uma nova inteligibilidade que rompe com certas formas de pensar os objetos”. Essa atitude coloca em evidência sistemas de relações entre objetos ou entre elementos de um objeto. Essas relações são regidas por leis que evidenciam propriedades específicas que conformam uma estrutura.

Saussure é considerado o expoente do estruturalismo linguístico, sustentando que a significação de uma palavra dependeria fundamentalmente do sistema da língua, enquanto conjunto sincrônico de leis de equilíbrio, mais que de sua história. A ideia de sistema de valores é a marca mais importante do caráter estrutural do pensamento de Saussure. A língua é o sistema dos signos e esses se definem em oposição a todos os outros que com ele constituem um sistema fechado. Assim, a língua é, pois, um sistema de valores diferenciais, relativos, cujas unidades são, portanto, definidas sem referência a nada que seja exterior ao próprio sistema. Conforme esclarece Arrivé (1999, p. 55), “no estatuto das unidades linguísticas” só se toma em consideração “as relações que as unem no sistema de valores que elas constituem”.

Saussure concebe o signo como uma unidade formada pela ligação de um significante com um significado. O primeiro é entendido como uma imagem acústica, enquanto o segundo seria o conceito a que aquele fonema se liga. Isso implica a anulação do referente, pois não se trata da relação entre um elemento da linguagem e um elemento da realidade, mas entre um elemento fônico e um conceito. Além disso, não há nada que determine a relação entre um significante e um significado, sendo o signo uma unidade arbitrária.

A linguagem é concebida como uma faculdade que comporta, de um lado, a língua, enquanto sistema de signos ordenados sincronicamente segundo leis de um sistema fechado e, de outro lado, a fala, enquanto realização concreta ou ato individual da faculdade da linguagem. Assim, em seu empreendimento estruturalista, o foco dos estudos de Saussure será a língua na medida em que é ela a dimensão da linguagem que pode ser concebida como um todo (Arrivé, 1999, p. 36). Contudo, ao enfatizar a língua e deixar em segundo plano a fala, o modelo estrutural saussuriano busca contornar a problemática que Lacan, por seu lado, irá recolocar no centro do debate: o do estatuto do sujeito frente à determinação estrutural de sua existência. Arrivé (1999, p. 36), retomando a colocação de Saussure de que no âmbito da linguagem, a língua seria um todo, afirma que a fala, por seu lado, poderia ser considerada “o *não-todo* (perdoem essa antecipação lacaniana) da linguagem saussuriana”. Vemos emergir novamente a ideia do sujeito como efeito discordante da estrutura exigindo um modelo desta que comporte esse sujeito-efeito.

É através da retomada da problemática saussuriana da linearidade que Lacan encontra o fio da meada dos “desvios” conceituais em favor de uma concepção da estrutura da linguagem presidida pelo significante, a qual lhe permite articular teoria da linguagem e teoria do sujeito. Ao estabelecer a dicotomia entre sincronia e diacronia, onde a primeira diz respeito ao eixo das simultaneidades e a segunda ao eixo das sucessividades, Saussure teria se centrado na ideia do signo como um valor diferencial, marcado, portanto, pela simultaneidade. Contudo, as diferenças qualitativas remetidas à simultaneidade só aparecem na sucessividade do discurso. Daí a ideia da fala como uma “atualização concreta da língua” (Arrivé, 1999, p. 49). A linearidade seria, assim, o encadeamento dos elementos fônicos da língua no discurso concreto.

Saussure sustenta que um signo só se forma como tal em oposição aos outros signos. Arrivé (1999) destaca que esse conceito de valor estrutural do signo faz com que seja mais importante em sua constituição o processo de segmentação em relação aos outros signos do que a operação de associação entre um significante e um significado, apesar da definição do signo como a reunião desses dois elementos. Lacan, por seu lado, vai incluir no raciocínio saussuriano a intervenção do encadeamento dos significantes no discurso. Assim, as segmentações ocorrem no processo de enunciação e são precisamente “as fronteiras dos elementos que se sucedem no encadeamento do discurso” (Arrivé, 1999, p. 87). Como tais, elas são flutuantes, pois a segmentação pode

se dar de diversas maneiras num mesmo encadeamento discursivo. Isso implica a re colocação da questão da fala operando uma modificação na própria teoria da linguagem, pois essa inconstância da operação de segmentação faz com que as unidades significativas sejam imprecisas e instáveis, abrindo caminho para a primazia do significante na teoria lacaniana da estrutura da linguagem.

Posto que o interesse de Lacan é o de sustentar que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, trata-se precisamente de dar um estatuto teórico àquilo que na fala vem romper a ligação entre significante e significado. A sequência falada é concebida por Lacan como uma sequência de significantes e não de signos. Os signos são supostos na intenção comunicativa dos interlocutores. No entanto, a experiência analítica colocaria em questão a unidade sígnica, revelando a existência de uma cadeia (inconsciente) de significantes. Assim, aquilo que subverte a intenção comunicante daquele que enuncia não é da ordem do contingente, e portanto, também não da ordem do erro, e sim de uma ordem estrutural.

Segundo Nancy e Lacoue-Labarthe (1991), Lacan funda sua “ciência da letra”, enquanto intervenção da psicanálise no campo teórico, sobre a articulação da linguística com a psicanálise. No entanto, segundo os autores, essa articulação se dá mais no modo de uma não-articulação. Isso porque o que Lacan constrói é um sistema feito de empréstimos onde os conceitos originais sofrem desvios para servir à finalidade de uma estratégia: trata-se do interesse muito explícito de Lacan de “arrancar a psicanálise de tudo que pôde e poderia, ainda, prática e teoricamente, comprometê-la, enfraquecê-la, privá-la de seu poder ‘cortante’ ou embotar-lhe o corte” (Nancy; Lacoue-Labarthe, 1991, p. 97). Assim, vejamos como dos desvios operados sobre a teoria estrutural da linguagem de Saussure emerge a teoria lacaniana da estrutura do significante.

Lacan (1957/1998) afirma que a disciplina linguística se funda sobre um algoritmo que representa o signo linguístico. Contudo, para Nancy e Lacoue-Labarthe (1991), é Lacan quem “algoritmiza” o signo saussuriano ao inverter os termos, estabelecendo a necessidade de que o significante esteja acima e o significado abaixo da barra; ao eliminar a elipse que envolvia os dois elementos representando a unidade do signo; e, por fim, transformar o traço que era sinal da relação entre os elementos em uma barra resistente à significação.

Da noção de valor de Saussure, Lacan extrai uma outra modificação no esquema do signo em favor da autonomia do significante. Trata-se da duplicação do esquema,

visando enfatizar a importância do par de opostos para que o significante possa operar. Essa modificação está na linha direta da aproximação inicial entre Saussure e Freud, quando Lacan identifica a função que o primeiro atribui aos pares de oposição na emergência das unidades mínimas da semântica e a origem da função simbólica na “conotação vocálica da presença e da ausência” (Lacan, 1953a/1998, p. 286) que Freud descobre no jogo infantil do Fort-Da.

Freud (1920/1976) chama a atenção para o modo como seu neto utiliza um carretel como suporte para encenar um jogo de desaparecimento e retorno. Lacan (1953a/1998) extrai dessa observação, articulando-a à teoria estruturalista do valor linguístico, a tese de que é do par modulado de presença e ausência captado no jogo infantil do Fort-da que nasce o universo do sentido de uma língua. Assim, o mínimo necessário para a existência da palavra é o par de opostos justamente porque ela é uma “presença feita de ausência” (Lacan, 1953a/1998, p. 277). Daí decorre a necessidade, para que haja produção de sentido, de que o significante esteja articulado à cadeia através da justaposição com outro significante. Dessa forma, o significado está ausente da cadeia inconsciente. Nesta, o processo de significância parte da articulação entre significantes que evoque a diferença, resultando na precipitação de um sentido.

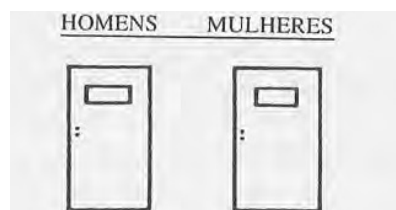
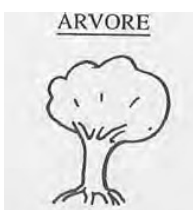
Nas palavras de Nancy e Lacoue-Labarthe (1991, p. 49), “em lugar do significado, introduz-se a *simbolização* de uma lei”, lei da diferenciação de lugares. Por isso, o significante só se constitui em oposição a outro significante, pois sua materialidade consiste em marcar uma diferença de lugares. Se referindo ao exemplo sobre o qual Lacan (1957/1998) constrói seu esquema algorítmico, Nancy e Lacoue-Labarthe (1991, p. 50) esclarecem: “Sobre esses lugares, aliás, o significante linguístico Homens/Damas não se inscreve para remeter diretamente ao significado (os ‘conceitos’ de homem e de mulher), mas inscreve-se só a si mesmo como diferença. Ou seja, exatamente Homens ≠ Damas, isto é, a própria lei”. O par de significantes Homens/Damas se torna símbolo da diferença que a lei articula³.

³ O exemplo ao qual os autores aqui se referem é aquele no qual Lacan substitui a ilustração clássica do signo saussureano por uma outra, onde destaca-se a “justaposição de dois termos cujo sentido complementar parece ter que ser consolidado por ela” produzindo “a surpresa de uma inesperada precipitação do sentido” (Lacan, 1957/1998, p. 503). Abaixo a reprodução das ilustrações:

Com tais desvios conceituais, Lacan desmonta o signo saussuriano em favor da estrutura do significante. Com isso, vislumbra a possibilidade de dar um estatuto teórico àquilo que a experiência psicanalítica revela: a intromissão, na fala, de uma outra lógica que atravessa a intenção comunicativa, subvertendo-a. Distinguindo duas ordens de funcionamento da linguagem, pode-se explicar aquilo que emerge na fala e que contradiz a intenção comunicativa como o cruzamento da ordem da cadeia significante inconsciente na ordem da cadeia falada. Essa irrupção pode também ser entendida como a intromissão de uma outra legalidade de ordenação dos elementos do discurso. Enquanto a cadeia falada se orienta pela lógica do signo, a ordem significante rompe a unidade do signo ao operar com suas leis próprias, que são as da metáfora e da metonímia.

Essas figuras de linguagem são evocadas por Lacan para dar conta daquilo que faz com que o significante se ordene em cadeia. São operações de articulação significante, já que “a estrutura do significante está [...] em ele ser articulado” (Lacan, 1957/1998, p. 504). Ou seja, o funcionamento do significante é um funcionamento estrutural dado que suas unidades “estão submetidas à dupla condição de se reduzirem a elementos diferenciais últimos e de os comporem segundo as leis de uma ordem fechada” (Lacan, 1957/1998, p. 504). Portanto, essas unidades compõem um sistema sincrônico formado por “pareamentos diferenciais necessários ao discernimento dos vocábulos numa dada língua” (Lacan, 1957/1998, p. 504).

Em contraposição à significação como resultado da associação entre um significante e um significado, Lacan afirma que “somente as correlações do significante com o significante fornecem o padrão de qualquer busca de significação” (Lacan, 1957/1998, p. 505), encontrando nas operações metafórica e metonímica as regras dessas correlações. A metáfora é a figura que dá conta da substituição de um significante por outro, numa operação de produção de um novo sentido. No caso da metonímia também se trata de uma articulação do significante com outro, mas não na forma da substituição, mas da conexão, estabelecendo entre eles uma relação de contiguidade.



Afirmando esses mecanismos como aqueles mesmos que regem as formações do inconsciente, temos precisamente em jogo a desmontagem da lógica do signo em favor da ordem significante. Ordem de deslocamento que faz com que o sentido insista sem consistir em nenhum de seus elementos. Essa insistência tem a ver com o próprio caráter instável do significante. Essa falta de consistência da significação faz com que se imponha “a noção de um deslizamento incessante do significado sob o significante” (Lacan, 1957/1998, p. 506).

2.4. O sujeito como efeito da estrutura

Na medida em que a resistência da barra indica a autonomia do significante se opondo precisamente ao signo, a função de significação é substituída pela significância. Nancy e Lacoue-Labarthe (1991) chamam a atenção para essa sutil distinção feita por Lacan (1957/1998). À função de significação, enquanto função do signo de conjunção entre significante e significado, opõe-se a função de significância com que o significante opera. A partir dessa distinção, os autores tomam a frase que Lacan retoma de Jakobson, “os signos [...] representam alguma coisa para alguém” (Lacan, 1966a/1998, p. 854), para chamar a atenção para o seguinte: que o significante vem questionar justamente esses dois suportes do signo. O significante abandona, portanto, tanto o “alguma coisa” quanto o “alguém”. Ou seja, “da mesma forma que o significado não pode ser subtraído a seu perpétuo deslizar – assim também, nem o sujeito pode ser aquilo, ou aquele, que daria sentido ao sentido, que faria ou constituiria o sentido” (Nancy e Lacoue-Labarthe, 1991, p. 73). Portanto, em se tratando do significante, o sujeito é questionado em seu estatuto de senhor do sentido e, conseqüentemente, como sujeito de uma intencionalidade.

O sujeito só pode ser considerado como tal no discurso. Ele é sujeito na medida em que fala. Mas, para que fale, é preciso que ele se submeta à estrutura da linguagem. Como vimos, essa estrutura é concebida por Lacan como cadeia de significantes, a qual possui um modo autônomo de funcionamento segundo uma lógica simbólica que o sujeito não só não controla, como é determinado por ela. Nas palavras de Dor: “A supremacia do significante se traduz, portanto, eletivamente, por uma dominação do sujeito pelo significante, que o predetermina lá mesmo onde ele crê escapar a toda determinação de uma linguagem que ele pensa controlar” (Dor, 1989, p. 45).

Por ocasião de seu *Seminário sobre “A carta roubada”* (Lacan, 1955/1998), Lacan está às voltas com a ligação do automatismo de repetição, que Freud (1920/1976)

associa à pulsão de morte, com a insistência própria à cadeia significante. Segundo ele, os fenômenos que fazem com que Freud ponha em questão sua teoria pulsional postulada sobre o princípio do prazer são efeitos subjetivos da incidência da lei própria à cadeia simbólica, o que faz com que essa ordem simbólica seja constituinte do sujeito. Nesse sentido, o conto de Poe (1844/2017) ilustraria essa “determinação fundamental que o sujeito recebe do percurso de um significante” (Lacan, 1955/1998, p. 14).

A carta, enquanto significante, “tem um trajeto *que lhe é próprio*” (Lacan, 1955/1998, p. 33). Assim, “tudo aquilo que é da ordem do dado psicológico [...] seguirá o rumo do significante” (Lacan, 1955/1998, p. 34), visto que “o que Freud descobriu [...] é que o deslocamento do significante determina os sujeitos em seus atos, seu destino, suas recusas, suas cegueiras, seu sucesso e sua sorte” (Lacan, 1955/1998, pp. 33-4). A carta, em seus desvios, rege, portanto, os papéis que os personagens assumem em cada momento do drama. É o sentido da carta que possui os sujeitos, e não o contrário. Mesmo que esses possam, como no caso do ministro na história de Poe, se esquecer da carta, esta não os esquece, “tal como o inconsciente do neurótico”, e os transforma, fazendo de sua conduta o retorno do recalcado (Lacan, 1955/1998, p. 38).

O automatismo de repetição revela a indestrutibilidade do que se conserva no inconsciente. “Sendo essa repetição uma repetição simbólica, averigua-se que a ordem do símbolo já não pode ser concebida como constituída pelo homem, mas constituindo-o” (Lacan, 1955/1998, p. 50). A noção de memória em Freud não seria um atributo do sujeito, mas algo que se passa à sua revelia. A hipótese freudiana reiterada por Lacan (1954-55/1985) é a de que aquilo que um sujeito faz com a intenção de fazer ao acaso não o faz ao acaso, mas seguindo a lei do automatismo de repetição, que está para além da significação, isto é, para além do princípio de prazer.

Para demonstrar essa lei, Lacan se põe a analisar um jogo de par ou ímpar a partir de uma linguagem formal combinatória. Tomados um a um, os lances desse jogo não possibilitam qualquer lógica. Contudo, quando se toma uma sequência de jogadas e as agrega em unidades de uma cadeia simbólica emergem fundamentos lógicos que determinam os lances em suas possibilidades e impossibilidades. Isso quer dizer que há uma determinação simbólica que se destaca do real e que implica uma “memória” que determina certas retomadas de componentes anteriores. Para Lacan, isso constitui a “memória interna ao símbolo” (1954-55/1985, p. 244). Com isso, afirma que a

insistência destacada por Freud como essencial nos fenômenos do automatismo de repetição se explica pela determinação do sujeito pela estrutura simbólica.

Essa destituição do sujeito de seu lugar de comando nos devolve em cheio na problemática estruturalista. O raciocínio lacaniano parece nos reencaminhar à concepção saussuriana dado que “[n]essas condições, a ‘língua’ governa a ‘fala’” (Dor, 1989, p. 44). No entanto, conforme afirmam Nancy e Lacoue-Labarthe (1991), é preciso regular a questão do estatuto do sujeito no jogo significante. O sujeito lacaniano pareceria excluir toda referência a um sujeito psicológico, existencial ou antropológico. No entanto, mantém o nome de *sujeito*, levantando a dúvida sobre o que dessa noção Lacan manteria sob o mesmo nome. Como lembra Ogilvie (1991), não se trata, em Lacan, da negação do sujeito, mas da dependência do sujeito em relação ao significante. Para ele, a ideia de que a apreensão estrutural do sujeito esvazia esse último substituindo-o por um sistema anônimo “não pode dizer respeito a Lacan”, dado que o objeto de suas reflexões é a reintrodução do sujeito enquanto sujeito do inconsciente em sua relação com “a representação errônea, ainda que inevitável, que faz de si mesmo” (Ogilvie, 1991, p. 46).

Lacan não só não abandona a problemática do sujeito, como reitera sua importância. Seu objetivo é retomar a problemática do sujeito da ciência enquanto sujeito dividido. Assim, afirma que o “registro do significante institui-se pelo fato de um significante representar um sujeito para outro significante. Essa é a estrutura [...] de todas as formações do inconsciente. E é também a que explica a divisão originária do sujeito” (Lacan, 1966a/1998, p. 854). Isso leva Nancy e Lacoue-Labarthe (1991, p. 73) a afirmarem que “é numa *teoria do sujeito* que se assenta, aqui, a lógica do significante”.

Retomando mais uma vez a tese freudiana da divisão subjetiva e centrando a experiência com a qual Freud se depara – daquilo que no sujeito escapa a suas intenções e controle – como uma experiência de linguagem, Lacan desemboca, através de sua teoria do significante, na ideia de uma divisão constitutiva da subjetividade dada pela alienação do sujeito na linguagem. É pela submissão à ordem simbólica que o sujeito advém em sua condição de falante. Porém, essa ordem é tal que nesse próprio advento ele se perde como substância psicológica, pois o símbolo vem ocupar o seu lugar.

Segundo Dor (1989), a linguagem possui a propriedade de evocar algo real através de um substituto simbólico. Ou seja, a coisa se faz presente pela sua representação e essa implica necessariamente uma ausência no real. Visto que a

estrutura em questão quando se trata da determinação da existência humana é a estrutura da linguagem e que, portanto, o sujeito, na medida em que fala, só pode dar mostras de sua existência no discurso, desenha-se um paradoxo: o sujeito só pode se fazer presente através de sua representação simbólica, mas ao preço de ser presença de uma ausência.

Por outro lado, Lacan (1966a/1998) aponta para a possibilidade de existência do sujeito no fato de que o significante, por sua própria estrutura – que está em ele ser articulado –, convoca outro significante, desliza, portanto, impedindo a objetivação sem resto do sujeito em *um* significante. Antes de sua transformação em significante, por onde ele desaparece, o sujeito “não é absolutamente nada” (Lacan, 1966a/1998, p. 849). Contudo, esse nada advém no discurso “pelo apelo, feito no Outro, ao segundo significante” (Lacan, 1966a/1998, p. 849). Com isso, o sujeito do inconsciente é efeito do significante sem ser propriamente recolhido na representação que este lhe atribui. Ele é aquilo que falta à representação para ser toda. Por isso ele é o que representa o significante, mas necessariamente para outro significante.

Por só poder apreender-se a si mesmo pela via da representação, esse sujeito cinde-se em um sujeito que fala e um sujeito que é falado pelo inconsciente. Por um lado, só há sujeito enquanto falante, porém só há sujeito falante na medida em que essa fala carrega aquilo que lhe escapa e que fala de uma parte dele que não condiz com sua objetivação no discurso. Assim, buscando a si em seu discurso, o sujeito sempre se depara com um Outro, porque só pode apreender-se através da linguagem, de um símbolo que é a negação da coisa enquanto “em si”. A essência só pode, então, existir como perdida, o que faz com que o ser só possa existir como questão.

Fink (1998, p. 74) afirma que a falta “é o primeiro passo além do nada”, pois algo só falta quando há um lugar que esse algo poderia ocupar. A alienação é, portanto, a marcação dessa possibilidade lógica da falta pela presença de um lugar onde algo falta. O sujeito figura, portanto, no discurso como “elemento que falta” (Dor, 1989, p. 107) na medida em que só comparece na forma de símbolos que o representam no discurso. Contudo, o sujeito falado é a própria revelação, na fala, pela operação metafórica e metonímica, da verdade sobre seu ser. Trata-se do sujeito do inconsciente, aquele que é falado pelo inconsciente, definido por Lacan (1957/1998) como o discurso do Outro que, segundo Dor (1989, p. 104) é “discurso do outro do sujeito”. A outra face do sujeito

falante, que Lacan nomeia como *parlêtre* (fala-ser), é o sujeito falado pelo inconsciente, que ganha o título de *manque-à-être* (falta-a-ser).

2.5. Do sujeito-efeito à sua causa

Tendo percorrido esse trajeto pela teoria lacaniana do significante, vislumbra-se como o psicanalista buscou responder ao desafio de pensar os efeitos particulares de uma estrutura geral normativa do comportamento humano que não apenas reproduzem essa estrutura, sem contudo serem externos a ela, visto que não há existência possível para o sujeito que não seja uma existência no interior do campo da palavra e da linguagem.

Através da construção de uma teoria do sujeito atrelada a uma teoria do significante, Lacan almeja dar um estatuto teórico ao que é desvio, tensão, discordância em relação à determinação que o sujeito recebe de sua inscrição na ordem simbólica. Conforme apresentado, o sujeito humano é um sujeito que fala na medida em que, ao nascer mergulhado num universo de linguagem, sua existência nesse universo está condicionada à sua inscrição significante. Ainda, por ser a estrutura da linguagem pensada como uma estrutura significante – brecha através da qual a problemática da relação entre sujeito e estrutura se apresenta na forma dos paradoxos entre fala e linguagem – essa inscrição implica uma perda que retorna na fala pelas próprias leis que regem a articulação do significante em cadeia. Retorno do resto produzido pelo corte que o sujeito sofre por ser representado na linguagem.

Resta, contudo, na retomada desse caminho teórico, precisar de que modo essa articulação entre uma teoria do sujeito e uma teoria do significante possibilita considerar a causalidade enquanto estrutural. A pergunta que ainda é preciso responder é a de como sustentar no escopo dessa teorização que seja precisamente esse resto que cause o funcionamento da estrutura tendo como efeito a emergência de um sujeito. Para isso será preciso abordar a tensão própria à estrutura significante, por onde a irrupção de novidades singulares possa encontrar um lugar teórico sem a necessidade de abandonar a perspectiva estrutural.

3. “Pulsão de saber” e causalidade

Na concepção piagetiana, o princípio de equilíbrio aparece como lei estrutural dirigindo a atividade do sujeito para organizações superiores mais complexas. No entanto, conforme a leitura do princípio de equilíbrio que fazem os estudos psicológicos sobre o desenvolvimento apresentados no primeiro capítulo, a emergência de novidades não diz respeito a uma tensão entre determinação estrutural e subjetividade. É antes um caminho de reestruturações progressivas que seguem um programa evolutivo.

Ao adentrar no campo da afetividade, considerada como um dos fatores condicionantes do desenvolvimento do sujeito, a psicologia recorre à psicanálise como capaz de complementar, enquanto teoria da afetividade, aquelas que teorizariam sobre os outros fatores, dentre elas a epistemologia genética. Contudo, conforme se sustentou, essa complementação submete a psicanálise aos pressupostos que são avessos à sua experiência inaugural, conforme desdobra o retorno lacaniano aos fundamentos da invenção freudiana.

Tendo apresentado os desenvolvimentos teóricos lacanianos que o levam a uma concepção estrutural *sui generis* que atrela uma teoria da linguagem e uma teoria do sujeito, propõe-se nesse capítulo explorar no percurso teórico freudiano o modo como se desdobra a questão acerca dos determinantes da pulsão de saber e das teorias sexuais infantis, com destaque para o tema da angústia de castração. Além disso, trata-se de acompanhar como Lacan encaminha em termos estruturais os impasses freudianos. Justamente com foco no lugar estrutural da angústia de castração, desemboca-se na formulação do objeto causa do desejo.

3.1. Teorias sexuais infantis e pulsão de saber

O ponto de partida para uma abordagem psicanalítica da relação entre sujeito e conhecimento é aquele que se encontra na experiência freudiana com a descoberta das teorias sexuais infantis levando à elaboração da pulsão de saber. É seguindo os passos freudianos bem como a retomada lacaniana quanto ao assunto que encontraremos o caminho que possibilita pensar essa relação em termos estruturais.

Tendo estabelecido sua tese da sexualidade infantil em seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, primeiramente publicado em 1905, Freud (1905/1996) comenta, em nota acrescentada a esse texto em 1910, como cinco anos antes ainda não contava

com a colaboração das observações diretas de crianças para sustentar sua teoria, baseando-a, sobretudo, em resultados das investigações psicanalíticas feitas com adultos. Nesse meio tempo, no entanto, afirma ter tido acesso a essas observações que vieram corroborar suas teses, além de abrir novas questões e esclarecimentos sobre o assunto. Dentre essas novas questões, está a ideia de uma pulsão de saber orientando as investigações sexuais infantis, ponto incorporado aos *Três ensaios* somente em 1915.

Construindo sua noção de pulsão, Freud (1905/1996) formula que a sexualidade humana se constitui por um desvio em relação à função reprodutora. O que caracterizaria a pulsão seria a busca pela obtenção de satisfação, ligada à descarga de quantidades crescentes de excitação interna e a sexualidade se estruturaria a partir de organizações possíveis da pulsão. Além disso, Freud afirma que essa estruturação ocorreria na infância e seria responsável pela conformação do aparelho psíquico. Postula também um momento de ruptura dessas organizações sexuais propriamente infantis que denomina *período de latência*, no qual se erigem as barreiras à sexualidade infantil, inclusive aquela do incesto, impondo a meninos e meninas que suas escolhas passem a se orientar para outros objetos que não aqueles que marcaram a vida familiar infantil. Assim, concebe a sexualidade humana como cindida em dois tempos, conformando a ideia do infantil como constitutivo do inconsciente.

Entre 1905 e 1910, Freud se dedica a recolher essas observações diretas das crianças, interessando-se de modo especial pela relação entre o interesse sexual na infância e a origem do pensamento científico. Assim, publica em 1908 *Teorias sexuais das crianças* (1908/1976), em 1909, *Análise de uma fobia num menino de cinco anos* (1909/1996), e em 1910, *Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância* (1910/1970), textos nos quais aborda o tema das investigações infantis mais detidamente. Ainda em 1907, ele já publicara *O esclarecimento sexual das crianças* (Freud, 1907/1976), uma carta aberta onde aponta para o interesse das crianças pelos problemas sexuais.

Com relação a essas observações diretas, o pequeno Hans, personagem central da *Análise de uma fobia num menino de cinco anos* (Freud, 1909/1996), aparece como protagonista. Não apenas figura como a fonte mais rica da vida sexual das crianças a que Freud tem acesso, como virá a compor o seleto hall dos casos clínicos de Freud, destacado como o primeiro caso de psicanálise de uma criança. O “caso do pequeno Hans”, como ficou conhecido, foi fruto justamente desse interesse de Freud acerca das

manifestações da sexualidade na infância. Conforme nos conta já na introdução da apresentação do caso, instigado pelo desejo⁴ de poder observar “em primeira mão e em todo o frescor da vida, os impulsos e desejos sexuais que tão laboriosamente desenterramos nos adultos dentre seus próprios escombros” (Freud, 1909/1996, p. 16), estimulou seus colegas a recolherem observações da vida sexual das crianças. O pai de Hans era um entusiasta da psicanálise e frequentava as famosas reuniões de quarta-feira, além de ter sua esposa se submetido a tratamento anos antes com Freud. Por isso, toma para si a tarefa proposta pelo pai da psicanálise e começa a endereça-lo algumas observações sobre seu próprio filho.

Ao longo dessas observações, o menino iniciou a manifestação de uma fobia a cavalos que preocupou sobremaneira seus pais, ao ponto de tornar o que era uma desinteressada transferência de observações no acompanhamento propriamente de um caso clínico, levando inclusive à inauguração da concepção de *histeria de angústia*, tão importante no percurso de construção da metapsicologia freudiana.

O caso clínico propriamente dito se desenrola entre janeiro e maio de 1908, porém já há dois anos Freud vinha tendo acesso aos relatos feitos pelo pai do menino, ricos em observações acerca de seu comportamento e de suas formulações acerca de problemas sexuais. Essas observações, confrontadas com aquelas extraídas da análise de adultos, levaram Freud a formular as teorias sexuais infantis como um fenômeno geral entre as crianças, com algumas características que seriam típicas, assim como vinculado diretamente ao interesse pelo conhecimento em geral. Além de considerar a compilação dessas teorias de grande valor para a compreensão da neurose, visto que teria influência na forma assumida pelos sintomas, o que Freud encontra a partir dessas observações é não somente a constatação de uma vida sexual entre as crianças, mas a ligação entre o interesse sexual e o impulso ao conhecimento na forma de uma investigação e de uma teorização especialmente no que diz respeito à origem dos bebês e à diferença entre os sexos.

Animado com tais descobertas, Freud publica pouco antes do caso do pequeno Hans, um texto intitulado *As teorias sexuais das crianças* (1908/1976), onde apresenta uma formulação mais geral do assunto. A origem dessas teorias é creditada à

⁴ O uso desse termo merece destaque, especialmente considerando o caminho que se desdobrará nesta investigação perseguindo a problemática da causalidade. Retomaremos esse comentário mais adiante.

experiência do aparecimento de um novo bebê, seja em sua própria família ou em alguma próxima da criança. Nas palavras de Freud: “A perda, realmente experimentada ou justamente temida, dos carinhos dos pais e o pressentimento de que, de agora em diante, terá sempre de compartilhar seus bens com o recém-chegado despertam suas emoções e aguçam sua capacidade de pensamento” (1908/1976, p. 216). Assim, da pergunta original “De onde veio esse bebê intrometido?” deriva-se a dúvida existencial: “De onde veem os bebês?”.

Freud (1908/1976) postula a ligação do aparecimento das teorias sexuais infantis com uma experiência de perda, no caso perda de amor dos pais, o que implicaria uma ameaça ao Eu da criança. Essas experiências vivenciadas pela criança como desprazerosas suscitam questões que tomam a forma de enigmas, para os quais ela se sente impelida a encontrar respostas, no intuito de conquistar certo domínio sobre o mundo que a cerca e impedir a repetição de eventos temidos⁵.

Freud afirma que as perguntas, inicialmente, se dirigem ao outro, suposto detentor das respostas, representante da “fonte de todo o conhecimento” (1908/1976, p. 216). No entanto, sustenta que essa demanda endereçada ao outro redundará num fracasso. As respostas ofertadas pelo outro não satisfazem, o que gera o prosseguimento das investigações em segredo e de forma independente. É dessa investigação autônoma que surgem as chamadas teorias sexuais infantis, formulações muito peculiares caracterizadas fundamentalmente pela distância em relação àquilo que, seja através de fábulas, seja através de conhecimento científico, possa ser oferecido pelo adulto como resposta à pergunta da criança.

Nessa ocasião, Freud apresenta quatro teorias sexuais infantis típicas:

a) A primeira e mais importante delas é a premissa universal do pênis, ou seja, a crença da criança de que tanto homens quanto mulheres possuem pênis. Essa decorre do alto valor atribuído ao órgão genital masculino.

b) A segunda teoria descrita aborda diretamente a questão do nascimento dos bebês. Tendo concluído, por si só, que o bebê esteve por um tempo na barriga da mãe e na medida em que a descoberta da diferenciação dos órgãos genitais masculino e feminino parece estar barrada para a criança, ela

⁵ A ideia de que o pensamento possa levar ao afastamento de uma ameaça nos remete à noção de fantasia como uma fuga da realidade através da construção de uma realidade mais prazerosa.

desenvolve a teoria que Freud denomina “cloacal”, ou seja, acredita que o bebê sai pelo ânus.

c) A terceira é denominada “teoria sádica do coito”. Segundo ela, o ato sexual seria identificado com um ato violento.

d) Freud ainda comenta um quarto grupo de teorias ligadas à compreensão do que seja o casamento. Estas teriam em comum a crença de que o casamento está relacionado a uma promessa de prazer e também à ausência de pudor entre o casal.

Num primeiro momento, vemos Freud (1907/1976) dar a essa autonomia das crianças em suas investigações um caráter contingente ligada à inabilidade dos adultos em esclarecer as crianças em sua ânsia de saber sobre temas sexuais. Propõe, portanto, que sejam incorporados aos temas escolares esclarecimentos sobre os fatos ligados à sexualidade como forma de impedir que o interesse pelo assunto se torne de tal modo excessivo que venha a prejudicar o desenvolvimento.

Contudo, um ano depois (Freud, 1908/1976), afirma que as respostas dos adultos não satisfazem devido à incompatibilidade entre as explicações presentes no discurso dos adultos e as concepções da criança movidas pela pulsão, ou seja, movidas por uma tentativa de satisfação sexual. Freud assim nos revela que a criança, em suas investigações sexuais, pensa com o corpo, ou seja, pensa atravessada pela pulsão.

A ideia de um pensamento movido pela pulsão implica que não se trata propriamente de um movimento de racionalização e, portanto, o esclarecimento do adulto é recusado por não satisfazer aquilo que é propriamente determinante do impulso investigativo. Essa ideia leva Freud a sustentar, no acréscimo de 1915 aos *Três ensaios*, o aparecimento, nesses primeiros anos da infância, da “pulsão de saber ou de investigar”, que será nessa ocasião caracterizada como uma pulsão não elementar, composta, de um lado, por uma “forma sublimada de dominação” e, por outro, pela “energia escopofílica”, bem como “atraída, de maneira insuspeitadamente precoce e inesperadamente intensa, pelos problemas sexuais, e talvez seja até despertada por eles” (Freud, 1905/1996, p. 183).

Dessa forma, poderíamos problematizar a proposta freudiana de 1907 acerca do esclarecimento sexual como forma de estancar as teorias sexuais infantis, apontando para algo que nenhuma resposta objetiva do adulto sobre questões ligadas à origem dos

bebês poderia satisfazer na curiosidade sexual da criança, dando a essa insatisfação um caráter estrutural.

Freud (1908/1976) afirma que é na medida em que o nascimento de um novo bebê assim como a constatação da diferença sexual são sentidos como ameaças de perda, o que implicaria uma ameaça ao *eu* da criança, é que esses acontecimentos “aguçam sua capacidade de pensamento” (1908/1976, p. 216). Mas o que faz com que essas observações sejam sentidas como ameaça?

Conforme vimos no primeiro capítulo, o modo como Garbarino (2012) interpreta a noção freudiana de pulsão de saber remete à questão da dicotomia entre o interno e o externo. Isso porque considera que as formulações infantis estão submetidas ao desenvolvimento – seja cognitivo ou psicosssexual – entendido como processo de gradual apreensão dos conflitos que os fatores externos colocam ao pensamento infantil, levando às reestruturações que permitem acomodar as perturbações. Contudo, essa explicação não responde acerca do que faz com que os ditos fatores externos afetem o pensamento da criança.

Para dar encaminhamento às questões que nos convocam, será necessário retornar justamente a Freud. Mais especificamente, ao caso clínico onde tais questões se delineiam no pensamento freudiano, o caso do pequeno Hans (Freud, 1909/1996). Esse retorno visa inserir as teorias sexuais infantis no contexto das teorizações freudianas sobre o recalque, a angústia e a castração, essencial para enfrentar a questão da causalidade no que diz respeito a esse engajamento da criança nas investigações sexuais, base do interesse pelo conhecimento.

3.2. Hans: articulações entre teorias sexuais infantis, angústia e castração

O “caso Hans” (Freud, 1909/1996) articula curiosidade, teorização e conflito psíquico, favorecendo o estabelecimento da estreita relação entre as formulações infantis e o drama edipiano. Toda a apresentação do caso se dá ao modo de uma investigação em torno da passagem do que era uma simples observação da curiosidade sexual do menino para a conformação de um estado patológico. Assim, é possível acompanhar a relação entre a curiosidade de Hans e suas formulações e a situação psiquicamente conflituosa vivida por ele.

O ponto de partida do texto é a apresentação de um garoto alegre e curioso. As observações do pai anteriores à irrupção da doença a que temos acesso nos indicam três aspectos centrais de sua vida sexual. Em primeiro lugar, Hans demonstra um interesse

teórico e prático pelos órgãos genitais, chamados por ele de *faz-pipi*. Nesse interesse, se destacam o olhar e o toque: por um lado, busca olhar o *faz-pipi* dos animais e demonstra júbilo nessa observação, e também o de seu pai, de sua mãe e de sua irmãzinha e, por outro lado, possui o hábito de tocar em seu próprio órgão. Curiosidade e prazer parecem se unir nesse interesse sexual.

Hans, em sua curiosidade, demonstra circunscrever uma questão de pesquisa que poderia ser resumida no seguinte dilema: ter ou não ter um *faz-pipi*. Dessa forma, começa a organizar seu mundo em torno desse critério e chega à seguinte formulação: “Um cachorro e um cavalo têm pipi; a mesa e a cadeira, não” (Freud, 1909/1996, p. 18). Ou seja, o critério é usado como parâmetro na classificação entre objetos animados e inanimados. Portanto, essa diferença não é postulada como distinguindo homens e mulheres, revelando aí a típica teoria da *premissa universal do pênis*. Tendo chegado a essa teoria sexual, ele se depara com uma nova questão, fruto de seus olhares atentos aos elementos que o cercam: observa a irmã tomando banho e localiza uma diferença em relação a ele mesmo. Essa diferença é fonte de indagação e desestabiliza sua classificação. Diante disso, formula uma primeira solução: o pipi de Hanna é pequeno, mas vai crescer.

O segundo aspecto importante dessas primeiras observações é o da indagação acerca da origem dos bebês, influenciada pelo nascimento de sua irmã, o qual ele acompanhou de perto e com grande interesse, tendo lhe despertado dúvidas quanto ao assunto. O terceiro é seu interesse amoroso por certas pessoas de sua convivência. Em primeiro lugar a mãe, por quem demonstra afetos intensos, gostando de se dedicar a carícias com ela e tendo especial inclinação a dormir na companhia dela. Mas também com relação a amigos e amigas de brincadeira, pelos quais manifesta abertamente admirações platônicas, tentativas de sedução e declarações de amor.

Quase dois anos depois do início dos relatos endereçados a Freud, o pai lhe escreve contando com muitos detalhes o início da fobia de Hans. Fala acerca de um sonho de angústia que marcaria propriamente o início do adoecimento, um sonho em que a mãe do menino ia embora, impossibilitando-o de trocar carícias com ela. Segundo o pai, essa não era a primeira vez que Hans manifestava medo de se separar da mãe na hora de ir dormir, o que a fazia levá-lo para a cama dela. Contudo, em seguida a esse sonho que deixa o menino bastante inquieto, Hans é acometido de muita angústia, principalmente em seu passeio diário. Na primeira vez que isso acontece, estava com a

babá e exige ser levado de volta para casa para estar com a mãe. Contudo, tendo no dia seguinte sido acompanhado pela própria mãe em seu passeio, a angústia persistiu. Sendo fortemente indagado acerca dos motivos de tal sentimento, ele formula que teve medo que um cavalo o mordesse. Ainda, mais tarde, ao ir se deitar e tendo uma nova crise de angústia, afirma ter medo de o cavalo entrar no quarto.

A análise do material clínico do caso servirá para a caracterização freudiana da *histeria de angústia*, estabelecendo uma relação dessa com o recalque. Retomando os fatos que marcam a irrupção da angústia e, em seguida, da fobia, Freud fala da primeira como efeito de um anseio erótico recalcado. Por ser recalcado, desencadeia um afeto descolado de qualquer objeto. Afirma ainda que, tendo o recalque desencadeado um processo ansioso, não é possível mais reverter a situação apenas oferecendo o objeto que originalmente satisfaria o anseio. Isso explicaria porque Hans não pôde simplesmente se livrar de sua angústia ao ir passear com sua mãe. Estava em curso o recalque de seus anseios eróticos por ela. Buscando dar conta de explicar a persistência de sua angústia, mesmo estando ao lado da mãe, é que se daria o início da construção de sua fobia por cavalos.

Contudo, a questão que permanece enigmática nessa definição de histeria de angústia é sobre os elementos desencadeantes do recalque. Esse conceito ocupa lugar tão privilegiado no pensamento freudiano a ponto dele afirmar: “A teoria da repressão⁶ é o pilar em que repousa o edifício da psicanálise, a parte mais essencial dela” (Freud, 1914b/2012, p. 257). O termo é usado desde muito cedo. O abandono da hipnose leva à descoberta da resistência, “interpretada por Freud como o sinal externo de uma defesa cuja finalidade era manter fora da consciência a ideia ameaçadora” (Garcia-Roza, 2000, p. 170). O recalque aparece como designação do estado em que se encontram as representações incompatíveis das quais o Eu se defende; ligado, portanto, à ideia de divisão da consciência (Freud, 1894/1996). Em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Freud, 1905/1996), dada a construção das tendências perversas e polimorfas da sexualidade infantil, o recalque é apresentado como um “processo psíquico especial” que barra essas disposições perversas, retirando-lhe a energia

⁶ O termo “repressão” aparece aqui no lugar de “recalque”. Trata-se de uma polêmica em torno da tradução do termo alemão *Verdrängung*. Optamos por “recalque” seguindo a orientação de Garcia-Roza (2000) e de Laplanche e Pontalis (1992). Souza, na tradução aqui utilizada, opta por “repressão”. Para justificar sua escolha, ver Souza, P. C. (1999).

libidinal. Essa, por sua vez, transborda para outras áreas da vida, desembocando nos sintomas⁷.

A questão acerca do que desencadeia o recalque se apresenta ao longo de toda a teorização freudiana e está na base da investigação minuciosa que se verifica em *Análise de uma fobia num menino de cinco anos* (Freud, 1909/1996). Considerando o desprazer como condição necessária para o recalque, decorrente da incompatibilidade entre a satisfação de determinada pulsão e “outras exigências e propósitos” (Freud, 1915a/2010, p. 178), Freud se pergunta acerca da origem dessa incompatibilidade. No caso de Hans (Freud, 1909/1996), diversos elementos conduzem ao tema da castração.

Algo se encontra em transformação na vida do pequeno Hans. Ele, que até então tinha sido um garoto alegre e curioso, é repentinamente tomado por acessos de angústia e então desenvolve um medo que, por seu absurdo e exagero, ganha o nome de fobia. Que transformação seria essa e por que estaria acompanhada de tão grande sofrimento?

Segundo Freud (1916-1917/2014, p. 520), o problema da angústia “configura um ponto nodal para o qual convergem questões as mais diversas e importantes, um enigma cuja solução haverá de lançar luz abundante sobre o conjunto de nossa vida psíquica”. Ainda, Freud irá retomar em diversos momentos o tema da angústia infantil, entendida como um fenômeno comum e, portanto, apontando para algo que pudesse ser considerado próprio ao desenvolvimento libidinal. Isso faz com que os avanços na teorização sobre a angústia caminhem junto com a teorização sobre o recalque. Nesse sentido, o caso de Hans, pelas suas próprias particularidades, fornece material capaz de elucidar aspectos passíveis de serem considerados teoricamente como processos estruturais e não apenas efeito das contingências que marcam a história singular desse garotinho em sua constituição subjetiva. Isso faz com que o tema da angústia mereça uma atenção especial em nosso trajeto de investigação, na medida em que contribua para precisar o movimento subjetivo que está em pauta nas investigações infantis.

A formulação da histeria de angústia é a base para a escalada que faz do complexo de castração elemento cada vez mais central na obra freudiana. Antes dessa elaboração, esse afeto era considerado por Freud como manifestação de um tipo específico de

⁷ “Entre a premência da pulsão e o antagonismo da renúncia ao sexual situa-se a saída para a doença, que não soluciona o conflito, mas procura escapar a ele pela transformação das aspirações libidinosas em sintomas” (Freud, 1905/1996, p. 156). Com isso, Freud chega à formulação de que “a neurose é o negativo da perversão” (p. 157), na medida em que é o resultado de uma defesa à realização de desejos perversos.

neurose diferente da histeria. No escopo da neurose de angústia (Freud, 1895a/1996), essa é concebida como decorrendo de uma excitação puramente somática, o que a diferencia propriamente da histeria, cuja expressão somática deriva de uma energia psíquica liberada pelo mecanismo de defesa. No entanto, Freud já aponta nessa ocasião para diversos aspectos em comum, além de considerar possível uma conjunção entre ambas, na medida em que observa a presença da angústia em casos de histeria (Freud; Breuer, 1893-95/2016). A partir do caso Hans, Freud se depara com a impossibilidade de recondução do afeto às vias de satisfação, levando-o a sustentar que, assim como no caso da histeria de conversão (Freud, 1894/1996), a *histeria de angústia* deriva de um desligamento da libido das representações patogênicas pela via do recalque. A angústia passa a ser concebida como a marca de um tipo de histeria.

Em sua consideração metapsicológica da *histeria de angústia*, Freud (1915b/2010) irá dividi-la em três tempos. O primeiro deles seria esse que poucas vezes é passível de observação e que graças à curiosidade psicanalítica do pai de Hans foi prontamente anotado por ele, a saber, a manifestação, em estado livre, de um estado afetivo de angústia, expressão de uma libido impossibilitada de investir os representantes pulsionais recalcados e transformada em afeto puro. O segundo tempo é aquele propriamente da construção do sintoma fóbico, através da fixação da angústia em uma representação substitutiva. Essa ligação do afeto com o objeto substituto visa fundamentalmente projetar para fora um perigo interno. O terceiro tempo seria aquele da tentativa do aparelho psíquico de inibir o desenvolvimento da angústia. Trata-se de construir um sistema de barreiras que envolva precauções, inibições e proibições que visam afastar os objetos substitutos a que a angústia veio se ligar. Nessa explicação dos mecanismos de formação de sintomas na histeria de angústia, ainda permanece, contudo, sem solução o que seria responsável pelo desencadeamento do recalque.

O sintoma fóbico, tentativa de articulação da angústia, passa a ocupar lugar central na análise do caso Hans indicando o caminho através do qual seria possível desvendar esse enigma acerca do que afinal desencadeia o recalque da aspiração libidinal de Hans pela mãe. O menino quer estar com sua mãe, trocar carícias e dormir com ela. O nascimento de sua irmã marca uma parcela de ruptura dessa relação tão estreita com a mãe. Além disso, está interessado pelos genitais e dá grande importância ao seu próprio. Por último, teme a possibilidade de perder essa parte de seu corpo que tanto preza e esse temor se transforma em medo de que o cavalo o morda. Esses são os

elementos que fazem Freud intuir a relação entre o recalque dos impulsos libidinais próprios ao complexo de Édipo e a ameaça de castração.

No início dos relatos acerca da irrupção da fobia de Hans, Freud, mesmo diante das incertezas sobre como interpreta-la, orienta o pai a dar ao menino alguns primeiros esclarecimentos sobre a ausência de pênis nas mulheres, bem como dizer que seu medo de cavalos não passa de uma “bobagem”. Hans se opõe a isso, relatando uma situação em que viu uma menina ser alertada para não estender o dedo para o cavalo caso contrário ele poderia mordê-lo. Esse elemento servirá como uma das chaves capazes de levar Freud ao tema do complexo de castração pela interligação com uma situação em que a mãe, vendo-o tocar em seu próprio pênis, o repreendeu com uma ameaça concreta de castração. Isso porque as “palavras ‘Não ponha o dedo no’, que Hans usou ao contar essa advertência, se parecia com a fórmula de palavras na qual a advertência contra a masturbação tinha sido estruturada” (Freud, 1909/1996, p. 109). A partir daí Freud se dá conta de que ter ou não ter o pênis não é apenas uma questão de classificação do mundo, é algo que toca em seu próprio ser.

Na ocasião em que Hans é levado pelo pai numa visita a Freud, este diz a Hans que ele tem medo do pai porque gosta muito de sua mãe e acha que o pai pode se aborrecer com isso. Esse acontecimento marca a entrada em cena, na análise, do pai como personagem do drama edípiano. Como efeito desse novo esclarecimento, a fobia passa a se manifestar de forma mais desimpedida o que é saudado por Freud como maior protagonismo do menino na condução de sua análise. Afirma ele que “Hans tinha chegado, então, ao ponto de conduzir-nos para uma área inesperada” (Freud, 1909/1996, p. 56). E, mais à frente, complementa: “Hans estava, agora, começando a trazer combustível para a análise, sob a forma de pronunciamentos espontâneos seus” (Freud, 1909/1996, p. 65).

O assunto dos bebês passa a ocupar o primeiro plano na fase final do tratamento de Hans. Dentro desse campo, Hans formula questionamentos quanto ao papel da mãe e do pai na procriação e especialmente quanto a quem decide que um bebê nasça, apontando para a presença, nessas indagações, daquilo que tem a ver com o desejo dos pais engendrando a existência dele e também a da irmã. A fobia de Hans encontra seu término em uma última fantasia relatada por Hans na qual o bombeiro retirava-lhe o traseiro para lhe dar outro, assim como seu *faz-pipi*, ao que o pai prontamente

acrescenta que seja também para dar-lhe outro maior. Com essa fantasia, interpretada na chave da superação do complexo de castração, a fobia de Hans desaparece.

3.3. O “encontro” com a castração e os impasses na reconsideração da angústia

O termo *complexo de castração* aparece pela primeira vez justamente na apresentação freudiana das teorias sexuais infantis (Freud, 1908/1976). Nessa ocasião, afirma que se num primeiro momento a observação da ausência de pênis na mulher é negada com formulações do tipo “é um pênis pequeno, mas que ainda irá crescer”, em seguida será aceita, mas sem destruir a convicção na teoria anterior, porém levando à conclusão de que “havia aí um pênis, mas o cortaram”. A isso pode se somar certas ameaças que possam ser feitas ao menino visando dissuadi-lo de seu interesse auto-erótico nos genitais.

Apesar de restringir em grande medida suas observações ao ponto de vista do menino, Freud não deixa de comentar que as meninas também costumam valorizar o pênis e mostrar interesse por essa parte do órgão masculino, levando a um sentimento de inveja, ligado também ao complexo de castração. Em nota acrescentada aos *Três ensaios* em 1920, afirma: “Estamos autorizados a falar num complexo de castração também nas mulheres. As crianças de ambos os sexos formam a teoria de que, originariamente, a mulher tinha um pênis, que foi perdido pela castração” (Freud, 1905/1996, p. 184, nota 1).

Na medida em que a noção de complexo de castração e seu papel na dissolução do complexo de Édipo ganham cada vez mais centralidade na teorização freudiana, esse movimento teórico culmina numa nova conceituação da angústia, atrelada ao ponto de virada na organização do arcabouço teórico da psicanálise que é a formulação tanto da segunda teoria pulsional (Freud, 1920/1976) quanto da segunda tópica (Freud, 1923a/2011).

A formulação da organização fálica (Freud, 1923b/2011) como uma organização genital própria da infância e que marcaria justamente um ponto limite no que diz respeito à sexualidade infantil corrobora o complexo de castração como fator desencadeante do recalque dos impulsos libidinais edipianos, levando à paralisação da função genital, o que implica uma interrupção do desenvolvimento sexual da criança própria ao período de latência. Essa retirada do investimento libidinal nos objetos parentais seria fruto de um conflito com os interesses narcísicos nos órgãos genitais

próprios a essa organização fálica. Para não ser castrado, o menino recuará em seus impulsos e abandonaria a própria função sexual dos genitais, substituindo, em parte, esse investimento objetal pela identificação. É por essa via que o período de latência seria o da construção das barreiras morais à sexualidade infantil. Através da introjeção no Eu da autoridade parental, forma-se o que a partir de *O eu e o id* (Freud, 1923a/2011) passará a ser a instância do *supereu*, responsável, entre outras coisas, pela perpetuação da proibição do incesto.

A angústia, entendida na concepção de *histeria de angústia* como efeito do recalque, sofrerá um desvio conceitual fundamental ao passar a ser entendida como *angústia de castração*. Se o complexo de castração é o fator desencadeante do recalque, a formulação de uma angústia de castração implica que esse afeto até então considerado próprio de um tipo de destino da energia libidinal liberada pelo recalque passa a estar mais intimamente relacionado com o recalque em si, levando a uma inversão na relação causal entre ambos. Porém, essa inversão vem acompanhada de um novo problema, que é justamente aquele acerca da origem da ameaça de castração e que nos conduz à problemática da dicotomia entre interno e externo.

Na passagem da primeira para a segunda teoria da angústia, Freud parte da ideia do desencadeamento da angústia como efeito do recalque e, portanto, ligada a um perigo interno, na direção do entendimento do recalque como desencadeado pela angústia, passando essa a ser pensada como efeito de um perigo externo. Ao se deter no tema em suas *Conferências introdutórias à psicanálise*, Freud (1916-1917/2014) apresenta duas reformulações que antecipam sua segunda teoria. Em primeiro lugar, afirma a angústia como destino imediato da libido sujeita ao recalque, com a posterior tentativa de vinculação por caminhos diversos, via formação de sintomas. A fobia viria como uma dessas tentativas de vinculação da angústia pela projeção do perigo interno como perigo externo, enquanto às outras neuroses corresponderiam outros mecanismos de defesa em contraposição ao desenvolvimento da angústia. Em segundo lugar, distingue *angústia real* e *angústia neurótica*. A primeira seria uma reação a um perigo externo e, portanto, uma manifestação da pulsão de autoconservação. Nesse caso, a angústia se apresenta como um sinal (mero estágio inicial de desenvolvimento do afeto) que, ao servir de alerta para a possibilidade de perigo, desencadeia uma ação de fuga, e se mostra adequada à proteção. Por seu lado, a angústia própria às neuroses adviria de um

perigo libidinal, portanto, interno, porém teria como modelo a *angústia real*, visto que o Eu reagiria à demanda de sua libido como se fosse um perigo exterior.

Na base da reformulação de sua concepção da angústia, Freud (1926/1976) retoma o caso do pequeno Hans, analisando-o em paralelo com outro também de uma neurose infantil (Freud, 1918/2010). Conclui que, apesar das diferenças importantes na configuração do complexo edipiano em cada um deles, em ambos tem-se a produção de fobias muito próximas uma da outra: em um o medo de ser mordido por um cavalo e no outro medo de ser devorado por um lobo. Frente a isso, formula que a força motriz do recalque é o medo de castração. As ideias ligadas à angústia “eram substitutos, por distorção, da ideia de serem castrados pelo pai” (Freud, 1926/1976, p. 130). A fobia deixa de ser apresentada como substituição de um perigo interno por um perigo externo e passa a ser a substituição de um perigo externo por outro. É nesse ponto que ganha forma sua segunda teoria da angústia, ao afirmar que, nesses casos, o afeto adveio do “agente repressor” e não do investimento libidinal dos impulsos recalcados.

Ao sustentar a angústia de castração como decorrência de um medo de um perigo real e externo, a exigência pulsional só será considerada perigosa em decorrência do perigo externo real de castração. Essa afirmação leva Laplanche (1993) a alertar sobre o risco de que a insistência de Freud em que o perigo deve ser, em última instância, um perigo real e externo acarrete “reduções ameaçadoras” à teoria e à clínica psicanalítica. Isso porque, nesse ponto, Freud apontaria para a neutralização da pulsão como participante da causalidade em favor da ideia de um perigo real, o que contradiz a teoria freudiana da fantasia.

Tendo sido levado a formular a angústia como anterior ao recalque, ligada ao desencadeamento do processo defensivo pelo Eu, Freud reencontra a questão que tantas vezes o instigou acerca da delimitação de um evento primordial real que dê sustentação à inscrição psíquica. Não à toa, afirma não se dar por satisfeito com a explicação sobre as fobias infantis de animais ao ponto de afirmar ser “quase humilhante que, após trabalharmos por tanto tempo, ainda estejamos tendo dificuldade para compreender os fatos mais fundamentais” (Freud, 1926/1976, p. 147).

A saída para tal impasse se apresenta, segundo o próprio Laplanche (1993), em considerar que a segunda teoria freudiana da angústia deixará de ser uma teoria econômica para adquirir um caráter mais funcional, mais histórico e mais simbólico. É precisamente esse o caráter que veremos estar na base da leitura estrutural da angústia

proposta por Lacan. A ideia de angústia como sinal, efeito de uma inscrição simbólica de uma estrutura afetiva, daria a ela um caráter mais qualitativo do que quantitativo. A ideia de que a angústia, enquanto estado afetivo, é um símbolo mnêmico capaz de ser investido pela libido (Freud, 1915b/2010) permite sustentar, nessa nova teorização, que o Eu procura comandar esse investimento e usá-lo a seu favor no processo defensivo em relação às moções pulsionais do Id às quais ele deve se opor por ordem do *supereu*. Ao investir esse símbolo mnêmico de forma controlada, o Eu aciona o *sinal de angústia*, equivalente a um sinal de desprazer que, funcionando como um alerta de perigo, põe o processo defensivo em andamento. Assim, a relação entre angústia e recalque muda definitivamente: a primeira não mais decorre do segundo, mas o põe em movimento.

Diante da pergunta a respeito desse perigo que afinal a angústia viria prevenir o Eu, se recoloca a questão da causalidade em termos da formação desse símbolo mnêmico afetivo. Freud, inicialmente, concebe a angústia infantil como responsável por essa formação, identificando-a como uma angústia *automática* desencadeada como reação a uma experiência traumática propriamente dita. Assim, o símbolo mnêmico da angústia se formaria a partir de uma experiência em que aquela teria sido desencadeada de forma automática e não controlada por uma experiência concreta de perda.

Nesse sentido, Freud retorna ao tema do desamparo inicial da criança (Freud, 1895b/1995) e do papel fundamental de um outro que possibilita a vivência de satisfação e, dessa forma, constitui-se como primeiro objeto de investimento libidinal. A partir dessa ideia, formula (Freud, 1926/1976) que a separação desse objeto é vivida inicialmente como perturbação econômica provocada pelo acúmulo de excitação e sentida como angústia. Contudo, haveria, em seguida, um deslocamento da situação econômica para o determinante dessa situação, isto é, a perda do objeto. Ou seja, o símbolo mnêmico da angústia se constitui como sinal do perigo da perda do objeto. A partir da constituição desse traço, estaria aberto para o Eu o acesso ao *sinal de angústia* como meio de ativação de seus mecanismos de defesa.

Assim, a angústia de castração não seria a única vivida pela criança, nem mesmo a primeira, apesar de conservar sua centralidade na função de recalcar os impulsos próprios ao complexo de Édipo. Freud (1923b/2011) recusa aplicar o complexo de castração às situações de ameaça de perda que não se refiram propriamente ao pênis. Assim, o perigo de castração é considerado um determinante da angústia próprio à organização fálica, tratando-se propriamente do medo de separação dos órgãos genitais.

Sendo o pênis alçado, na fase fálica, a garantia de possibilidade de se unir novamente à mãe, a ameaça de perda do pênis equivaleria, por um deslocamento do conteúdo do perigo, a uma nova ameaça de perda da mãe. Com isso, Freud recua até o trauma do nascimento, demonstrando a fragilidade da ideia de que, antes da incidência do complexo de castração, a criança viveria uma realidade de harmonia e completude.

Para reforçar ainda mais a importância do aspecto simbólico da angústia, é importante salientar como Freud (1916-1917/2014) associa os sintomas nas neuroses infantis a fantasias cujos conteúdos são redutíveis a fórmulas comuns. Assim, também a angústia infantil remeteria a um símbolo mnêmico e não poderia se restringir a uma angústia econômica, levando-o a afirmar o estabelecimento de pontos de fixação libidinal como ligados a conteúdos transmitidos filogeneticamente. Afirma que as neuroses infantis são mais comuns do que se pensa, pois geralmente elas passam despercebidas, sendo mais comum reconhecê-las retrospectivamente, quando retornam como uma neurose adulta. Ainda, sustenta que o mais comum são as neuroses infantis aparecerem na forma da *histeria de angústia* (Freud, 1916-1917/2014, pp. 482-3). Seu vínculo com as fantasias primordiais fortalece o caráter estrutural da angústia e estreita os laços dessa com as teorias sexuais infantis.

3.4. A leitura lacaniana do caso Hans

Ao afirmar as *fantasias primordiais* como “patrimônio filogenético” através do qual “a fantasia da criança simplesmente preenche as lacunas na verdade individual com a verdade pré-histórica” (Freud, 1916-1917/2014, p. 493), Freud aponta para o aspecto simbólico que está em jogo na constituição do sujeito e para a necessidade, a fim de prosseguir nas pistas da causalidade psíquica, de se avançar no sentido de uma perspectiva estrutural.

Esse caminho pode ser encontrado na retomada que Lacan (1956-57/1995) faz do caso do pequeno Hans. Seus comentários sobre o caso acompanham a construção de sua teoria da constituição do sujeito em termos estruturais, na qual se opera a junção de “sua teoria da linguagem e a teoria freudiana do complexo de Édipo” (Estevão, 2009, p. 122). Para isso, se serve desse instrumento teórico que ele denomina “os três registros da realidade humana” – o simbólico, o imaginário e o real – apresentados como orientadores do estudo da psicanálise (Lacan, 1953b/2005).

Ao mesmo tempo em que lança as bases de seu retorno a Freud em uma teoria do significante (Lacan, 1953a/1998), apresenta uma primeira sistematização desses

registros como orientadores do estudo e da clínica psicanalítica. Nessa ocasião (Lacan, 1953b/2005) identifica o imaginário com o mundo alucinado feito de imagens que visam a satisfação pulsional. As imagens aqui não representam propriamente a ausência de linguagem, mas essa tendência do símbolo a se cristalizar através de uma colagem do significante ao significado (Estevão, 2009). O simbólico, por seu lado, seria o registro no qual predomina o caráter “plurívoco, superposto, sobredeterminado” (Lacan, 1953b/2005, p. 24) do símbolo, ou seja, indicando a primazia e a autonomia do significante em relação ao significado. O real não recebe, nessa conferência, a mesma atenção que os outros registros, sendo de passagem identificado como aquilo que, na experiência analítica, necessariamente escapa. De todo modo, fica marcada sua distinção conceitual em relação à realidade, formada essa pelo enlaçamento desses três registros. Nas palavras de Estevão (2009, p. 130) “o real, inapreensível, só pode ser captado a partir do registro imaginário. Já o imaginário tem sua organização atravessada pelo registro simbólico, que se impõe como lei”.

A retomada lacaniana do caso do pequeno Hans (Lacan, 1956-57/1995) traz novas consequências à problemática das investigações sexuais infantis, bem como encaminha à sua maneira o impasse freudiano quanto ao caráter interno ou externo do perigo de castração capaz de recalcar os impulsos libidinais de Hans pela mãe. Esse impasse levou Freud a fazer do perigo de castração um símbolo de uma perda anterior, remontando ao nascimento e ainda mais além, na medida em que as fantasias originárias apontavam no sentido de uma transmissão filogenética. Ao aproximar a problemática do narcisismo de seu estágio do espelho (Lacan, 1949/1998) e, posteriormente, da teoria do significante (Lacan, 1953-54/2009), Lacan aponta para a reconsideração do elo filogenético como elo simbólico através do qual a criança entra no circuito do desejo. Assim, o retorno lacaniano a Freud circunscreve a constituição do sujeito como a entrada da criança na ordem simbólica, a qual preexiste a todo novo ser que chega ao mundo. Conforme afirma:

O que situo aqui no princípio da experiência analítica é a noção de que há significante já instalado e já estruturado. Já existe uma usina feita, e que funciona. Não foram vocês que a fizeram. Esta usina é a linguagem, que ali funciona há tão longo tempo quanto vocês podem lembrar. Literalmente, não podem lembrar-se para além disso, falo da história da humanidade em seu conjunto. Desde que existem aí significantes que funcionam, os sujeitos estão organizados em seu

psiquismo pelo jogo próprio desses significantes (Lacan, 1956-57/1995, p. 49).

Nessa reconsideração, Lacan propõe uma abordagem estrutural desses impasses da subjetivação tendo como um dos pontos fundamentais a centralidade que dará à falta do objeto como constitutiva do próprio objeto. Retomando os termos em que irrompe a angústia de Hans e, em seguida, sua fobia, Lacan (1956-57/1995) afirma que essa angústia deriva do caráter insuportável que a relação com a mãe assume, enfatizando, dessa forma, que não se trata de algo que vem abalar uma relação que, por si só, apontaria para uma complementaridade ou harmonia entre o sujeito e o objeto de seu interesse, objeto de satisfação. Trata-se, segundo ele, de um nó onde o menino está amarrado e que ele precisaria desatar. Isso porque há algo que já se encontra em jogo na relação entre a mãe e a criança e que aponta para um mais-além dessa relação, dada a sujeição da própria mãe à ordem simbólica.

Na releitura lacaniana do caso Hans, a experiência da criança se apresenta como experiência discursiva perpassada pela tensão própria ao campo da palavra e da linguagem. Enquanto experiência intersubjetiva mediada pelo simbólico⁸, essa tensão também se apresenta como dialética da demanda e do desejo.

Na medida em que o outro implicado numa relação com o sujeito não está só, mas carrega atrás de si a ordem simbólica, onde preside a lógica do significante, quando a criança apela ao outro para que ele supra aquilo que supostamente ela necessita, o apelo da criança apresenta-se a esse outro – que assume o lugar de quem tem a chave de acesso à linguagem, portanto, lugar do Outro – como uma demanda que, como tal, deve ser interpretada em termos significantes. Nesse sentido, a possibilidade de satisfação da demanda dependeria do encontro preciso da intenção de um Eu apenas suposto com o significante no lugar do Outro. Como esse Eu, assim como sua intenção, não são mais do que supostos, esse momento simbólico ideal primordial, equivalente à vivência de satisfação (Freud, 1895b/1995) ganha estatuto mítico assim como o objeto da satisfação, que passa a ser um objeto perdido desde sempre.

Buscando dar um estatuto significante à questão do objeto, Lacan (1956-57/1995) vai sustentar que a ordem simbólica preexistente é formada por uma “imensa

⁸ É importante frisar novamente que o termo intersubjetividade é utilizado por Lacan com o cuidado de marcar que a relação dual está assentada sobre a ordem simbólica e, portanto, está mediada pela palavra (Lacan, 1953-54).

circulação de dons que recobre todo o conjunto intersubjetivo” (Lacan, 1956-57/1995, p. 185). Frente ao apelo, o objeto se faz presente como dom e, portanto, como prova de amor, fazendo da demanda, justamente, demanda de amor. A mensagem da demanda é, portanto, emitida “do lugar do Outro” (Lacan, 1958/1998, p. 697), é mensagem da mãe para a criança. Ou seja, a criança, enquanto aquela de onde provém a demanda, constitui-se inicialmente como um *assujeito*, “profundamente assujeitada ao capricho daquele de quem depende, mesmo que esse capricho seja um capricho articulado” (Lacan, 1957-58/1999, p. 195).

Senhor da demanda, o Outro aparece como onipotente, detentor da chave do pedido assim como das respostas. Aparece também como caprichoso: pode dar como pode não dar o que é demandado. A mãe assume a forma desse agente real e potente na medida inversa da impotência da criança em garantir sua presença. Trata-se da percepção de que essa presença não está condicionada ao apelo, mas ao amor da mãe. É precisamente por essa via que a criança se engaja em ser digna de receber o signo de seu amor. Esse engajamento é marca da experiência especular. Na medida em que a demanda da criança se endereça à mãe, de quem espera receber o objeto que apazigue essa tensão da qual ela é alvo, ela entra no universo simbólico através dessa identificação imaginária a um significante no campo do Outro.

Contudo, a alienação das necessidades sob a forma da demanda (Lacan, 1958/1998) implica a existência de um “mais-além da relação objetal” (Lacan, 1956-57/1995, p. 185) no qual a criança ingressa. Isso implica que, ao mesmo tempo em que seu apelo ganha existência no mundo humano, isso se dá às custas da perda de uma suposta satisfação ideal da necessidade. Afirma Lacan (1958/1998) que, na medida em que a demanda está condicionada ao amor (de onde provém o objeto em forma de dom), o objeto fica anulado em sua particularidade. O sujeito da demanda é aquele que encontra, na alienação ao Outro, uma significação para seu apelo, porém ao preço da perda da especificidade desse apelo. Essa alienação na linguagem produz, portanto, um resto⁹, aquilo que não pode se articular na demanda. Essa particularidade abolida é o que retorna na forma do desejo.

Como se dá essa transfiguração do resto em desejo? Na medida em que a demanda se constitui no campo do Outro, o desejo já está em questão, pois se trata da

⁹ Nesse momento (1958/1998, p. 697), Lacan afirma que esse resto pode ser denominado *Urverdrängung* (recalque originário).

entrada no mundo dos falantes pelo atravessamento da cadeia significativa enquanto série onde a mãe, enquanto sujeito, busca articular o desejo. Nesse sentido, a relação da criança não é propriamente com a mãe, mas com o desejo do Outro. Segundo Dor (1989, p. 144), a demanda que resulta do sentido que o Outro dá ao apelo da criança não deixa de ser a “projeção do desejo do Outro”. Pode-se dizer que isso que resta na passagem da necessidade à demanda já é desejo, dado que do lado da mãe há desejo de “outra coisa” fazendo com que a experiência de satisfação esteja essencialmente ligada a uma experiência de perda.

O apelo da criança é significado e produz uma mensagem pela anulação de sua fala, ainda não propriamente constituída, em face da fala da mãe. Atravessada pelo desejo, quando essa mensagem retorna e é assumida pelo sujeito como sua demanda, produz-se um hiato: aquilo que o sujeito visa em seu discurso que é a sua adequação a esse lugar que lhe é ofertado pelo discurso do Outro, ele não consegue alcançá-lo. E por que? Precisamente porque o outro em questão está também ele constituído como sujeito ao desejo, ou seja, sujeito constituído pela alienação à ordem significativa.

Assim, afirma Lacan:

Existe sempre para a mãe algo que permanece irreduzível no que está em questão. Afinal, se acompanharmos Freud, diremos que [...] a criança, como real, assume para a mãe a função simbólica de sua necessidade imaginária – os três termos estão aí (Lacan, 1956-57/1995, p. 71).

Na medida em que esses registros não se recobrem uns aos outros, o objeto do desejo do Outro se constitui fundamentalmente como uma falta, uma falta que o significante vem marcar. Assim, se a doação é suposta estar condicionada a que a criança seja aquilo que lhe falta, a mãe é percebida como privada de algo. Na medida em que o vai-e-vem da mãe se coloca como questão, surge a pergunta sobre o que a mãe deseja.

A criança se depara com o desejo materno como um enigma, lançando, segundo Lacan, a pergunta: o que quer de mim? Ou, mais precisamente, o que quer desse Eu em que me alieno? No registro imaginário, essa pergunta se articula segundo uma lógica sîgnica. Ela se orienta, portanto, pela busca de um objeto capaz de satisfazer o desejo materno. É o Outro quem aparece como demandando algo da criança e ela procura investigar o que é, lançando-se à identificação fálica.

Lacan retoma a noção freudiana de falo, elevando-o a pivô da dialética intersubjetiva. Dor (1989) afirma que se trata de uma noção essencial na reinterpretção da problemática edipiana à luz da teoria do significante, ponto fundamental na concepção estrutural da constituição subjetiva. Lacan se apoia na elaboração freudiana de que a premissa universal do pênis revela uma organização pulsional centrada num único órgão genital e que isso a descola da realidade anatômica no sentido da construção de um objeto cuja realidade é psíquica. Prova disso estaria na constatação freudiana (Freud, 1917/2010) de que no inconsciente haveria uma correspondência entre pênis, fezes, dinheiro, criança e presente. Essa equivalência inconsciente entre os termos é também o que leva Freud (1923b/2011) a afirmar que na mulher, sendo a constatação precoce da privação do falo o que a lança no complexo de Édipo, isso implica que ela passa a desejar receber do pai uma criança como substituto para o pênis ausente.

Segundo Dor (1989), na medida em que a primazia do falo não diz respeito a uma realidade anatômica, sua importância está naquilo que a sua falta representa subjetivamente. Lacan (1958/1998, p. 693), ao considerar a complexidade em torno da problemática do falo que em nenhum momento pode se reduzir à constatação ou negação de uma realidade anatômica, destaca que “em ambos os sexos, a mãe, mais primordialmente, é considerada como [...] mãe fálica”. Se o falo é inicialmente considerado um atributo da mulher é porque é na relação com a mãe que a criança primeiro se confronta com o Outro como onipotente e em seguida como faltante. É esse justamente o percurso que o complexo de castração sintetiza, visto que Freud afirma-o como composto tanto pela negação da ausência na mulher quanto pela sua aceitação na forma de uma falta.

Assim, na teorização lacaniana (Lacan, 1958/1998) o falo vai ganhar o estatuto de um significante privilegiado suposto representar o objeto do desejo materno. Inicialmente, ele se apresentaria à experiência da criança como um atributo da mãe, fazendo-a encarnar esse Outro onipotente e, frente à oscilação da resposta da mãe à demanda da criança, o falo passaria a se apresentar como aquilo que a mãe deseja e do qual, portanto, ela está apartada.

Essa constituição do falo como objeto do qual a mãe está destituída introduz a criança na dialética do desejo. Segundo Lacan (1958/1998, p. 700), “a divisão imanente ao desejo já se faz sentir por ser experimentada no desejo do Outro”, seja nessa

destituição do falo da mãe, seja no correlato de a criança passar a desejar ser o falo para a mãe (ou seja, ser aquilo que ela não é no real de seu corpo). O falo aparece, portanto, como objeto imaginário capaz de preencher essa falta radical de objeto que é a marca do desejo e é aí que a criança vai enganchar-se buscando identificar-se a essa imagem do falo onde ela supõe poder se realizar como objeto do desejo materno. Assim, a constituição do desejo na criança se dá na forma de desejo de ser aquilo que a mãe deseja.

A entrada da criança na dialética do desejo pelo empenho em ser o falo faz dele inicialmente um objeto imaginário capaz de fixar o desejo em uma significação. Essa situação é, portanto, insustentável, dado o caráter signifiante do falo, marcado pelo jogo metafórico e metonímico por onde a significação necessariamente desliza. Isso faz com que o que está em causa no desejo materno não se reduza completamente à imagem da criança.

Na medida em que a criança amada é aquela imaginada pela mãe, ela lança-se inicialmente no sentido de imaginar-se como é imaginada, o que faz dela esse “assujeito”, presa da armadilha do desejo materno. Estando a criança presa aos termos imaginários dessa trama, a percepção da privação como aquilo que dá sustentação ao desejo tem como efeito que a mãe seja percebida como insaciável, exigindo o falo imaginário que ela não tem.

Lacan (1956-57/1995) observa que, até certo ponto, é possível a Hans sustentar essa identificação ao falo como um jogo de enganação, baseado na suposição de que algo está ali, mas na medida em que se mantém velado, numa dialética do velamento e do desvelamento que reitera seu assujeitamento. Diz Lacan que, na passagem da frustração primitiva para o Édipo, esse engajamento da criança na “dialética intersubjetiva do engodo” figura como etapa intermediária fundamental. Frente ao desejo insaciável da mãe, a criança se faz de “objeto enganador” visando antes enganar que saciá-lo, levando ao auge da construção narcísica. No entanto, dada essa insaciedade materna, há um perigo mortal implicado na identificação da criança ao falo, perigo de ser devorada subjetivamente. A solução imaginária tem, portanto, caráter precário e o desejo de ser o falo para a mãe vai se tornando uma armadilha.

Nesse contexto, retornando à problemática da causalidade, pode-se perguntar: o que coloca limite a esse jogo de enganação? Os acontecimentos apresentados como interferências importantes na vida de Hans relacionados ao desencadeamento de sua

fobia são o nascimento da irmã e a constatação da diferença sexual a partir de um interesse teórico e prático nos órgãos genitais. Mais adiante, surge retroativamente a situação da ameaça de castração proferida pela mãe. Lacan busca delimitar o que haveria de estrutural ligado a esses acontecimentos e aposta na importância da problemática da angústia como um guia nessa interrogação no sentido da apreensão da intrusão do real.

Inicialmente, o real é tratado como a entrada de novos elementos na vida de Hans que o levariam a experimentar a incerteza quanto à sua potencialidade de satisfazer o desejo materno, desestabilizando sua identificação fálica. O primeiro fato, o nascimento da irmã, não sendo essencial estruturalmente, é, contudo, um bom exemplo para a criança do caráter incompleto da satisfação que ela é capaz de dar à mãe. Exemplo que ganharia importância por estar articulado à assunção de seu pênis real como órgão excitável, como algo que pulsa. O fato de que “o seu próprio pênis começa a tornar-se alguma coisa completamente real” (1956-57/1995, p. 231) faz com que a criança se veja “confrontada com a hiância imensa que existe entre satisfazer uma imagem e ter algo de real para apresentar” (Lacan, 1956-57/1995, p. 232). No entanto, essa ideia de novos acontecimentos nos coloca muito próximos ao modelo adotado por Garbarino (2012) quando essa sustenta que o meio coloca problemas diante dos quais o sujeito se sente impelido a conhecer a fim de dominá-los, sem contudo responder à questão do que determina que essas perturbações afetem o pensamento, configurando a pulsão de saber. Daí a importância de considerar a relação entre a angústia e essa intrusão do real, a qual irá alcançar uma formulação mais consistente a partir da elaboração da teoria do objeto *a*.

Contudo, nessa leitura que Lacan faz do caso Hans, destaca-se algo fundamental que antecipa essa teorização subsequente: trata-se da ideia de que é a intrusão do real que convoca a entrada em jogo da função paterna. Esse ponto parece fundamental de ser retido no sentido da problematização da castração como a incidência de uma ameaça externa vindo interditar uma relação de satisfação plena na direção de uma concepção estrutural da castração. Faria (2005) destaca, nesse sentido, o fato de que, no caso Hans, a ameaça de castração é proferida pela mãe, o que poderia ser interpretado no sentido de que a masturbação faz vacilar o amor incondicional da mãe, o que implica a marcação de uma interdição. Nesse sentido, afirma Lacan que, sendo Hans para a mãe um apêndice indispensável, metonímia do falo, no que diz respeito a seu pênis, ela não vacila em

ameaçar corta-lo se ele insistir em trazê-lo à baila. Isso faz com que considere a angústia de Hans como ligada à percepção da diferença “entre aquilo pelo qual ele é amado e o que ele pode dar” (Lacan, 1956-57/1995, p. 249).

Assim, afirma Lacan que, a partir do momento em que algo de real se apresenta, a criança se desloca do jogo de enganação para o problema do reconhecimento, fazendo-o colocar esse objeto absoluto que é o falo à prova, investigando quem tem e quem não tem, querendo ver, certificar-se. Como o falo é um significante que só desempenha seu papel enquanto velado (Lacan, 1958/1998), não há como a criança escapar de “se imaginar como fundamentalmente diferente daquilo que é desejado e, como tal, rejeitada do campo imaginário” (Lacan, 1956-57/1995, p. 250).

A ênfase maior de Lacan nesse período que compreende o quarto e o quinto seminários está na sustentação da importância da saída simbólica para o impasse próprio à constituição do sujeito do desejo. Assim, se do caráter instável da triangulação imaginária mãe-criança-falo surge a exigência de reconhecimento, o passo necessário que a criança tem que dar é o de perceber o valor simbólico desse elemento imaginário. Porém, esse passo é impossível que a criança transponha por si só, sendo preciso que intervenha um quarto elemento essencial ao funcionamento simbólico que é o pai enquanto função. Isso porque “somente essa figura do pai pode vetorizar uma série de deslocamentos decisivos na lógica desejante da criança” (Dor, 2011, p. 13).

Indo do jogo de enganação ao problema do reconhecimento, o falo pode passar de objeto imaginário à função significante operando no sentido do reconhecimento do desejo do Outro. A mãe revela por uma série de circunstâncias que seu desejo é desejo de Outra coisa que não somente satisfazer o apelo da criança. Lacan insiste em que essa entrada do pai no jogo se faz através do discurso da mãe. Segundo ele, “o pai intervém a título de mensagem para a mãe” (1957-58/1999, p. 209). Mensagem que pode ser resumida a um não e que interfere na constituição da mensagem da mãe para a criança. Essa proibição que atinge a articulação do desejo materno tem como efeito desalojar a criança dessa posição de assujeito. Segundo Lacan (1957-58/1999, p. 210), “é na medida em que o objeto do desejo da mãe é tocado pela proibição paterna que o círculo não se fecha completamente em torno da criança e ela não se torna, pura e simplesmente, objeto do desejo da mãe”. Assim, é através dessa intervenção do pai como privador que a criança encontra saída de seu jogo de enganação com a mãe, podendo articular o desejo em termos significantes.

O atravessamento do complexo de Édipo implica uma série de movimentos que visam articular o triângulo imaginário, que corresponde à relação da criança com a mãe mediada pelo falo, com o triângulo simbólico, formado pela mãe, pela criança e pelo pai. Se a entrada propriamente dita no complexo de Édipo significa a entrada no jogo, pelo lado da criança, desse quarto elemento que é o pai enquanto função, até certo ponto a criança toma esse movimento do desejo materno como desejo de Outra coisa no plano puramente imaginário. O simbólico necessita de alguma forma tornar-se concreto na experiência da criança, porém isso só é possível através do imaginário. Por isso Lacan (1957-58/1999) fala de um atravessamento em três tempos, até que seja possível estabelecer a ligação de ordem metafórica entre falo e pai, possibilitando o desvendamento de que a posição do significante paterno no símbolo funda a posição do falo no plano imaginário.

Afirma Lacan (1957-58/1999, p. 198) que, num primeiro momento, a “metáfora paterna age por si”, sustentada pelo discurso da mãe. A mãe é percebida como privada de pênis na mesma medida em que esse se constitui como objeto do desejo materno. Ainda capturado na dimensão imaginária, o intruso ganha consistência como um falo rival, marcando a passagem para o segundo tempo. Nesse ponto, o pai aparece como uma resposta imaginária substituindo outra resposta imaginária. Esse deslocamento inicial do falo da criança para o pai é apresentado como fundamental na assunção do pai como aquele que tem direito à mãe. Diante do impasse na relação imaginária com a mãe, o pai se apresenta à criança como “alguém que pode responder em qualquer situação, e que responde que, em todo caso, o falo, o verdadeiro, o pênis real, é ele quem o tem” (1956-57/1995, p. 213). É na medida em que a criança seja capaz de fazer passar o pai da dimensão imaginária para a dimensão simbólica que este se torna agente de uma lei, permitindo a passagem da lógica do ser para a lógica do ter.

Não à toa, Lacan afirma que a necessidade de reconhecimento se apresenta para Hans inicialmente na forma da verificação de quem tem e quem não tem. Essa passagem do jogo de enganação para a investigação visando o reconhecimento é marca da organização fálica da pulsão justamente porque nela a genitalidade intervém no sentido da criança sair dessa identificação totalizante que supõe a formulação “ser o falo” para uma identificação parcial na forma do “ter o falo”. Nessa investigação, o que está em jogo é a consistência do objeto fálico, sua existência na realidade, e o pai aparece então, nessa passagem para a lógica do ter em que ele figura como possuidor do objeto do desejo

materno, como garantia, como balizador da verdade, como “tribunal superior” (1957-58/1999, p. 198).

Lacan apresenta o terceiro tempo do Édipo como aquele em que o pai se confirma como portador do falo na medida em que é suporte da lei. Segundo ele, “é preciso [...] que aquilo que o pai prometeu seja mantido” (Lacan, 1957-58/1999, p. 200). É preciso, portanto, que ele dê provas de que tem o falo, reafirmando esse como objeto do desejo materno. Assim, ele passaria da posição onipotente daquele que priva a mãe de pênis para a posição daquele que pode dar porque investido de uma potência genital, refazendo, portanto, a identificação entre falo e pênis, através da qual o menino possa receber a promessa futura de “ter acesso a uma plena função paterna, isto é, a ser alguém que se sinta legitimamente de posse de sua virilidade” (1956-57/1995, p. 373). Por outro lado, sustentado como aquele que tem o falo, o pai exerce finalmente sua função simbólica enquanto metáfora, sendo internalizado como Ideal do Eu e levando ao declínio do complexo de Édipo.

Esse pai simbólico, Lacan vai designá-lo como uma metáfora, posto que ele vem substituir o significante falo no momento em que esse se articula como questão para a criança. Vem, portanto, oferecer um encaminhamento possível para o impasse em que ela se encontra. A operação da metáfora paterna se apresenta, portanto, como “instituição de alguma coisa que é da ordem do significante, que fica guardada de reserva, e cuja significação se desenvolverá mais tarde” (Lacan, 1957-58/1999, p. 202).

Há algo, contudo, que fica de fora dessa apresentação e que vai ser formalizado por Lacan em *Subversão do sujeito e dialética do desejo* (1960/1998). Trata-se de algo fundamental na discussão acerca da causalidade enquanto estrutural, na medida em que visa articular o Nome-do-Pai como significante da lei e como significante da falta. Por esse caminho, pode-se conceber então a passagem da dicotomia externo-interno à causalidade estrutural, na medida em que a estrutura seja concebida como significante.

3.5. Nome-do-Pai: lei da incompletude e causa de desejo

Em seu quinto seminário, Lacan (Lacan, 1957-58/1999, p. 202) afirma: “O pai é, no Outro, o significante que representa a existência do lugar da cadeia significativa como lei [...] na medida em que a mãe faz dele aquele que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei”. Cumprindo sua função significante que é propriamente a função metafórica, o pai “faz passar à categoria propriamente simbólica o objeto do desejo da mãe” (Lacan, 1957-58/1999, p. 235). A metáfora paterna, nesse

sentido, seria responsável por instituir o significante primordial como significante propriamente dito, ou seja, o significante como articulado em cadeia na qual a significação se dá não pela fixação de um significante a um significado, mas como efeito da articulação de um significante a outro.

Contudo, na medida em que o pai se apresenta como portador da verdade sobre o desejo materno, ele apareceria como um significante capaz de completar a cadeia, fornecendo a significação verdadeira sobre o desejo. É como resposta a isso, que Lacan irá se deter na formulação do Nome-do-Pai como um significante da falta, ou melhor, um significante que falta no lugar de garantia da verdade. Na medida em que o sujeito é concebido como efeito de sua determinação pela estrutura significante na forma de uma divisão, o ponto em que se produz a significação do sujeito no Outro, nesse ponto de parada do deslizamento da significação que Lacan denomina “ponto de basta” e que apontaria para o fechamento da cadeia em um significante último, o sujeito do inconsciente se presentificaria como aquilo que descompleta a cadeia (Lacan, 1960/1998). A metáfora paterna não é, portanto, aquela que vem deslocar o sujeito da significação fálica para uma outra significação, mas precisamente aquela que impõe a lei do significante, lei de “deslocamento e fendimento” (Lacan, 1966b/1998, p. 234). A promessa de significação para “mais tarde” se revela, dessa forma, um impossível estrutural.

O Édipo evoca então, segundo Lacan (1960/1998), a função do pai enquanto morto e por isso a denominação de Nome-do-pai para o significante da metáfora paterna, enfatizando com isso que “não há Outro do Outro” (Lacan, 1960/1998, p. 827). Esse aforisma de Lacan representa a articulação que o autor se dedica a realizar entre os aportes da linguística e da lógica. Isso porque, conforme foi apresentado no segundo capítulo, a estrutura significante não é simplesmente uma estrutura composta de significantes, pois esses não são mais do que pura diferença. Portanto, a estrutura em questão é aquela onde preside a lógica do significante e é ela que o faz existir como tal. Essa lógica própria a uma ciência da letra, única a possibilitar explicar o equívoco (Doumit,1996), lógica simbólica que não anule a experiência subjetiva, só pode ser uma lógica paradoxal.

Sem adentrar na atenção extensa e aprofundada que Lacan dedica aos estudos da lógica, pode-se apenas comentar que, no que diz respeito à teoria dos conjuntos, a lógica clássica determina que o que garante a consistência de um sistema é a ausência de

contradição segundo a lei do terceiro excluído, que postula que os enunciados que compõem um sistema só podem ser ou verdadeiros ou falsos. Assim, “a existência de paradoxos acaba trazendo para dentro do sistema a contradição que o princípio do terceiro excluído queria banir, transformando-o, portanto, num sistema inconsistente” (Lustoza, 2006, p. 142).

Nesse sentido, Lacan localiza um paradoxo lógico na delimitação da ordem simbólica como um conjunto de todos os significantes. Isso porque há necessariamente um significante que fica de fora do conjunto: aquele que designa o próprio conjunto. Conforme explica Fink (1998, p. 149): “Quando tentamos designar tal conjunto, adicionamos um novo significante à lista: o ‘Outro’ (com ‘O’ maiúsculo). Esse significante ainda não está incluído dentro do conjunto de todos os significantes”. Ao incluí-lo, o conjunto seria alterado, exigindo um novo nome que, ao ser incluído, geraria nova alteração e assim sucessivamente. Isso implica, então, que o conjunto de todos os significantes nunca pode estar completo.

Lacan aproxima, nesse sentido, sua concepção de ordem simbólica ao teorema de Gödel acerca da incompletude dos sistemas axiomáticos, incapazes de conter em si um axioma que garanta a verdade do conjunto. Segundo Lustoza (2006, p. 144): “A incompletude significa que o valor de verdade das proposições daquele sistema estará sendo decidido por um sistema de potência superior. O sistema incompleto é então aquele cujos axiomas não são suficientes para gerar todas as verdades exprimíveis no sistema, sendo necessário o acréscimo de novos axiomas a fim de demonstrá-las”.

Contudo, a solução apontada implica o recurso a “ferramentas meta-sistêmicas” (Lustoza, 2006, p. 145) na forma de estruturas superiores. Lacan, por seu lado, ao sustentar que “não há Outro do Outro” recusa que haja uma estrutura da estrutura quando se trata da linguagem. Ao afirmar a inexistência de metalinguagem, sustenta um “princípio de imanência” (Cardoso, 2010, p. 147) que faz da ordem simbólica um sistema autônomo e auto-referencial. Isso significa que não há um conjunto que englobe a estrutura significante e que seja, portanto, superior a ela. O significante que designa o conjunto e que, como tal, funcionaria como garantia da verdade do sistema, só pode ser uma falta.

Na impossibilidade de designar o significante que seria externo ao conjunto de todos os significantes, Lacan recorre à sustentação de um significante da falta no Outro. Cava a possibilidade lógica da falta, lógica paradoxal, pela marcação, na estrutura, de um

lugar onde algo falta. Com isso, considerando a metáfora paterna enquanto aquela que substitui o significante do desejo materno (o falo) por um outro significante (Nome-do-Pai) e sendo esse, significante da falta no Outro (da falta de um significante que sustente a significação do desejo materno), trata-se da substituição não simplesmente de um significante por outro, mas pela sua articulação na cadeia, colocando-o, portanto, em funcionamento.

Segundo Nancy e Lacoue-Labarthe (1991, p. 54), para “assegurar o funcionamento do algoritmo” lacaniano é preciso um significante que o suporte, possibilitando assim a significação. No entanto, ele só pode ser essa referência primordial com a condição de ser marca de uma falta, na medida em que para ser algo é necessário a presença de pelo menos mais um significante. Nesse sentido, ele se apresenta como a marca da falta de um símbolo, abrindo a possibilidade da articulação da cadeia. Assim, é pela instalação desse significante da falta que se funda “a lógica do significante, isto é, ao mesmo tempo sua autonomia e seu funcionamento paradoxalmente ‘centrado’ sobre um buraco, uma falta” (Nancy; Lacoue-Labarthe, 1991, pp. 56-7). Portanto, o algoritmo se sustenta numa estrutura esburacada.

A formalização do significante da falta no Outro ($S(\mathcal{A})$) é a base sobre a qual se constrói a teoria do objeto a . Por isso, Lacan afirma em seu décimo seminário (Lacan, 1962-63/2005) que *Subversão do sujeito e dialética do desejo* foi um trabalho feito para questionar a função do objeto do desejo. Esse questionamento visaria transpor o impasse da angústia de castração, desalojá-la do lugar de impasse supremo do neurótico.

Esse avanço da teorização caminha, portanto, em paralelo com uma atenção cada vez maior de Lacan à angústia ao ponto de culminar num seminário dedicado a esse tema (Lacan, 1962-63/2005) onde ele afirma que o objeto a , enquanto possibilidade de conceituar o não-simbolizável como impasse estrutural, é o objeto da angústia, apontando para a relação essencial dela com o desejo do Outro.

Dor (1989, p. 142) aponta como os desenvolvimentos da teorização lacaniana “tendem a precisar a razão de ser desta ausência de encarnação real do objeto do desejo. Com Lacan, a dimensão do desejo aparece como intrinsecamente ligada a uma *falta* que não pode ser preenchida por nenhum objeto real”. Esse questionamento do objeto do desejo na direção de um objeto causa do desejo está acompanhado de uma precisão na definição de desejo, que implica distingui-lo da demanda e identifica-lo à lei (Lacan,

1962-63/2005). A função paterna se vincula ao desejo do desejo materno. O desejo do pai (desejo pela mãe) é a própria lei que o proíbe ao filho e é a proibição que engendra o desejo pela mãe no filho. O que se transmite, via lei, é o desejo pela mãe enquanto insatisfeito.

Se tudo se organiza em torno do desejo pela mãe, se devemos preferir que a mulher seja outra que não a mãe, que quer dizer isso, senão que um mandamento se introduz na própria estrutura do desejo? Numa palavra, desejamos no mandamento. O mito de Édipo significa que o desejo do pai é o que cria a lei (Lacan, 1962-63/2005, p. 120).

Safouan (1970, p. 85) reitera isso ao afirmar que o desejo é estruturalmente ambíguo. Ele é “desejo pela mãe imposto pelo pai, que o proíbe”. Assim, o desejo é a lei e também o seu avesso. Ou ainda, em outras palavras, a lei está inscrita no desejo. Ambos, portanto, não são elementos independentes que estão em conflito, mas se constituem em relação de avesso e se confundem, tornando possível dizer que a lei é a lei do desejo, enquanto aquilo que faz barreira a essa tendência de fechamento do campo do Outro. Nas palavras de Safouan (1970, p. 103): “A estrutura que a Psicanálise descobre é um corte que somente a Lei protege contra a (e da) tentação que leva o homem a encontrar – em vão – seu primeiro fechamento”. Assim, trata-se da incidência da lei como aquilo que simboliza o desejo e o institui enquanto tal.

Conforme apontado no final do capítulo precedente, a formulação do sujeito como desvio da estrutura normativa não é suficiente para dar conta da problemática da causalidade. A suposição de um sujeito do desejo implica o reconhecimento daquilo que o causa como resultado da incompletude da estrutura como lei da própria estrutura. Fink localiza uma divergência de Lacan com relação ao estruturalismo no conceito de causa, através do qual se reafirma a persistência do conceito de sujeito. Segundo ele, “os estruturalistas tentam explicar tudo em termos [...] de uma combinação mais ou menos matematicamente determinada que se desdobra sem qualquer referência a sujeitos ou objetos” (Fink, 1998, p. 51). A psicanálise, por seu lado, incidindo sobre o campo da ciência enquanto teoria do sujeito, operaria nesse campo precisamente pela retomada da problemática da causa que a ciência abandona, apontando para a interrupção do “funcionamento tranquilo desse automatismo” (Fink, 1998, p. 51).

No entanto, a partir de Lacan pode-se considerar a causalidade precisamente como estrutural, pois não se trata simplesmente do abandono da noção de estrutura,

embora também não se trate da eliminação do sujeito. Trata-se precisamente do enfrentamento dos paradoxos que decorrem da sustentação de uma determinação do sujeito pela estrutura significante. A partir do fundamento da experiência psicanalítica de que o sujeito não é senhor do sentido do discurso, mas efeito, ele não pode, como tal, ser responsável por colocar em movimento uma estrutura que ele não domina. Sendo efeito, o sujeito não pode “ser causa de si mesmo” (Lacan, 1966a/1998, p. 855). Mas como pode, então, a estrutura ser causa do sujeito sem eliminá-lo por completo? É a essa resposta que se presta a noção de estrutura significante, na qual Lacan ancora sua ciência da letra, e que se constitui como uma resposta estruturalista ao problema da causa, mediante o enfrentamento dos paradoxos lógicos que as soluções normativas apenas contornam.

O modo como a estrutura é trabalhada conceitualmente por Lacan tendo como eixo a questão do lugar do sujeito aponta justamente que o funcionamento da estrutura significante, mesmo sendo autônomo porque não determinado pelo sujeito, não é, por outro lado, automático, mas causado. O funcionamento do significante é seu desenrolar na cadeia, ou seja, seu encadeamento diacrônico em forma de discurso, no qual o sujeito emerge. Esse encadeamento exige uma causa que o ponha em movimento. Trata-se de um circuito fechado, porém dependente de uma força de abertura que impede a estagnação. Esse movimento é causado pelo próprio paradoxo lógico da estrutura significante, que faz dela essa estrutura esburacada contendo em seu núcleo esse ponto de exclusão irreduzível que Lacan chama de objeto *a*.

O objeto *a* vem encaminhar a articulação entre o desejo do sujeito e o desejo do Outro como articulação entre a falta no sujeito e a falta no Outro. A falta-a-ser se estabelece em torno da castração materna, apontando para o elo que faz do desejo o efeito de que a relação intersubjetiva seja mediatizada por essa falta.

Para além dos acidentes da história de cada um, esse elo é resultante da tomada do sujeito na cadeia significante, ou seja, diz respeito a sua destinação simbólica. A intrusão do real vai deixando de dizer respeito estruturalmente à entrada de novos acontecimentos ou de novos problemas impostos pelo meio. O que está em jogo são rearranjos dos impasses próprios à emergência do sujeito na ordem simbólica. Na medida em que o campo do Outro, no qual o sujeito se constitui, é um campo presidido pela estrutura esburacada do significante, essa emergência implica um impasse estrutural.

Para compreender essa intrusão do real, é preciso entender a noção lacaniana de real em sua sutileza. O *real* pode inicialmente ser apresentado como designando uma suposição de um campo anterior à delimitação do mundo humano como campo da linguagem e que, portanto, pela incidência desse recorte simbólico, passaria a ser aquilo que lhe é exterior. Nas palavras de Fink (1998, p. 44) trata-se da suposição de um “tipo de superfície ou espaço plano e sem emenda que se aplica tanto ao corpo de uma criança quanto a todo o universo”. Sobre esse suposto *real* incidiria a ordem significante como uma tesoura, recortando pela nomeação aquilo que passa a compor a *realidade*, “entendida como aquilo que é nomeado pela linguagem e pode, portanto, ser pensado e falado” (Fink, 1998, p. 44). Lacan (1962-63/2005, p. 42) afirma que o real seria o mundo como “cosmos” ou “local” no qual se constitui o “palco” da realidade em que “as coisas do mundo vêm colocar-se em cena segundo as leis do significante”. Contudo, afirma: “Uma vez que o palco prevaleceu, o que acontece é que o mundo é inteiramente montado nele” (Lacan, 1962-63/2005, p. 43), levando-o, então, a questionar: “Isso com que acreditamos lidar como mundo, será que não são simplesmente os restos acumulados do que provinha do palco, quando ele estava, se assim posso me expressar, em turnê?” (Lacan, 1962-63/2005, p. 44).

Com isso, o real se revela, na verdade, como o resto da operação de divisão retroativamente tomado como algo que seria anterior à incidência do significante, mas que só pode se apresentar como o irrepresentável, aquilo que escapa a toda tentativa de simbolização. Assim, o real é ao mesmo tempo aquilo que só pode faltar, mas que, como tal, se apresenta como questão, na medida em que haja uma tendência ao fechamento interdita pela lei e ao mesmo tempo instituída por ela. Eis o paradoxo que preside a lei enquanto lei do desejo: a interdição funda o desejo como força de transgressão.

Conforme alerta Lustoza (2006), o inapreensível não é um em-si, mas o é sempre no campo de um sistema de pensamento onde ele ocupa, portanto, o lugar de uma “exclusão interna”. Tratar-se-ia, então, daquilo que se apresenta como impasse na simbolização e, portanto, como o que resiste a uma tentativa de incorporação. Tentativa essa que aponta na direção oposta à da falta, alimentada pela suposição da possibilidade de completude. Sendo o real a representação de um suposto mundo anterior ao recorte simbólico, a tentativa de restituí-lo aponta para a incorporação do que falta à ordem simbólica para ser completa. A intrusão do real equivale a essa tentativa de incorporação própria a essa projeção do desejo que se chama demanda na medida em

que essa confronta o sujeito com a possibilidade de se constituir como aquilo que completa o Outro visando anular a falta.

Essa tendência a anular a tensão libidinal é o que Freud concebe como pulsão de morte, na qual não predomina o princípio do prazer, e sim o imperativo de uma satisfação plena para a qual Lacan dá o nome de gozo, entendido como uma “satisfação não regulada pelo princípio do prazer” e que “não pode ser simbolizada” (Lustoza, 2006, p. 150). Essa noção de gozo poderia ser entendida como aquela que vem ocupar um lugar deixado vago a partir da precisão dada ao conceito de desejo como aquilo que está vinculado à lei e, portanto, centrado na falta. Esse gozo se faz presente na demanda justamente como gozo do Outro, como exigência de fazer do sujeito nada mais que a garantia da completude do Outro, fazendo dele suporte da consistência do objeto.

Porém, veremos como não se trata simplesmente de afirmá-lo como uma tendência anterior ou mais original que o desejo. A noção de gozo como nomeação desse estado de plena satisfação não pode ser desvinculado dessa sutileza que marca a definição lacaniana de real como algo que se apresenta como uma possibilidade anterior ao simbólico, mas que, contudo, só pode ser resíduo da própria ordem simbólica. O estado de gozo, portanto, não diz respeito a um estado do vir-a-ser sujeito antes de sua alienação à linguagem, o que implicaria o retorno da ideia de uma existência anterior ao simbólico. O gozo está, também ele, remetido desde o começo à intersubjetividade. Conforme já apresentado, a demanda só pode ser formulada num universo de comunicação onde prevalece as leis do significante e por isso afirma Dor (1989, p. 144) que ela é a “projeção do desejo do Outro”, o qual deve ser tomado em seu dinamismo. Assim, o sentido que a mãe atribui ao apelo da criança presentifica aquilo que restou de sua própria alienação à linguagem na forma de um “a-mais”. Com isso, segundo Dor, a vivência de satisfação seria a vivência não da saciação da necessidade, mas justamente dessa satisfação que vai além da saciação. Isso porque ao repouso orgânico decorrente da saciação “a mãe responde através de gestos, através de palavras que serão para a criança fonte de um repouso prolongado. Esta resposta é, exatamente, o que fará a criança gozar, para além da satisfação de sua necessidade” (Dor, 1989, p. 145). O gozo se constitui então a partir desse a-mais “suportado pelo amor da mãe” (Dor, 1989, p. 145).

Dizer que a criança goze não implica, contudo, sustentar que o real seja aí incorporado à realidade. O que faz do gozo uma satisfação estruturalmente impossível é justamente o fato de que ele se distingue da saciação da necessidade e, portanto, não se

apoia num objeto consistente. Ou seja, o objeto do desejo é desde sempre um objeto perdido. Isso faz com que a satisfação seja necessariamente alucinatória na medida em que sua primeira vivência está “alicerçada pela rede significativa do Outro” (Dor, 1989, p. 145). É dessa forma que a incidência da lei do desejo está em causa na demanda e é ela que aponta o limite da resposta imaginária ao enigma do desejo materno. Com isso, esse a-mais só se apresenta como um a-menos, aquele mesmo que Lacan havia afirmado que resta na passagem da necessidade à demanda e que retorna como desejo.

É nesse ponto que se constituiria propriamente a pulsão, distinta, como Lacan faz questão de enfatizar ao longo de todo seu ensino, do plano da necessidade. Esse “repouso prolongado” se sobrepõe ao “repouso orgânico”, subvertendo a necessidade em pulsão. Segundo Dor (1989, p. 145), o

dinamismo do desejo pode vetorizar a estimulação do corpo, sob o efeito da privação, numa organização de signos que a criança mobiliza, cada vez mais intencionalmente, em seu endereçamento ao Outro, na expectativa do retorno da satisfação provisoriamente assumida sob a forma alucinatória.

Afirma Lacan (1960/1998) que a pulsão é o sujeito do inconsciente designado por uma localização orgânica. Na expectativa do reencontro de uma “satisfação originária” que não esteve apoiada num objeto consistente, a criança oferece seu corpo como objeto do gozo do Outro. O desejo “ganha corpo” no objeto pulsional.

Freud (1915c/2010) afirma que a pulsão exige um objeto com o qual possa se satisfazer. No entanto, reitera que esse é o mais variável possível, marcando que não se trata de encontrar o objeto certo para a pulsão. Além disso, é variável também porque é sempre um objeto parcial, tanto no sentido de ser algo destacado de uma totalidade como no que tange à parcialidade de sua função (Lacan, 1960/1998). Vê-se como o objeto da pulsão coloca desafios conceituais e Lacan parte desses elementos freudianos como pistas em sua reconsideração do objeto do desejo como objeto causa do desejo que seria aquele designado como *a*.

Acompanhando Dor (1989, p. 141) vimos que o desejo tem por modelo a vivência de satisfação e se orienta no sentido da “busca de um objeto suscetível de proporcionar esta satisfação”. Como a vivência de satisfação se assenta nesse a-mais sustentado pelo discurso da mãe, não existe objeto “da realidade” capaz de satisfazer esse desejo. O que o desejo faz então é mobilizar o sujeito na direção do objeto pulsional. Segundo Dor (1989,

pp. 141-2): “É a pulsão que encontra (ou não) um objeto de satisfação na realidade”, enquanto “objeto metonímico do objeto do desejo”.

Em seu décimo primeiro seminário, Lacan (1964/2008) aborda essa questão da conexão entre o desejo e seu objeto e o processo pulsional através da relação entre esse último e o registro da satisfação. Segundo Lacan, é preciso considerar que a satisfação é paradoxal. Falando de seus analisandos, afirma: “Eles não se contentam com seu estado, mas, estando nesse estado tão pouco contentador, eles se contentam assim mesmo” (Lacan, 1964/2008, p. 164). Para tratar desse caráter paradoxal da satisfação, recorre à categoria do impossível que, segundo ele, é uma das mais radicais das concepções freudianas. O impossível se faz presente, segundo Lacan, tanto do lado do real – enquanto oposto ao que é possível – quanto no “campo do princípio do prazer” – aquele mesmo que há pouco nos referimos como o palco humano – dado que nele a satisfação só pode ser alucinatória.

Quando Lacan afirma que nenhum objeto pode satisfazer a pulsão, tem em mente o objeto da necessidade, sinônimo de um objeto consistente. Esse objeto, quando a pulsão o encontra, ela “aprende de algum modo que não é justamente por aí que ela se satisfaz” (Lacan, 1964/2008, p. 165). O único objeto que poderia satisfazer a pulsão é o objeto do desejo, porém esse é um vazio. Então a pulsão se satisfaz contornando-o.

Assim, Lacan afirma que o que satisfaz propriamente a pulsão é na verdade o prazer do órgão e é por isso que o objeto é indeterminado, pois o que importa é que ele sirva como algo que se contorna a fim de atingir o prazer, ou seja, que a pulsão retorne à sua fonte. O processo pulsional é definido como um circuito em arco, um percurso de caráter circular, e o que faz com que a pulsão seja parcial é que ela se satisfaz não ao atingir seu alvo, mas em percorrer um trajeto. Assim, a função do objeto do desejo no circuito pulsional passa a ser a de um núcleo inalcançável, eternamente faltante e ocupável por um objeto qualquer, que a pulsão contorna, retornando à sua fonte e assim ela se satisfaz. Portanto, a pulsão só possui objeto com a condição de não atingi-lo.

Não se trata, precisamente, de dizer então que o desejo não tenha objeto, mas que esse objeto não é aquele visado pelo desejo, mas o que dirige o desejo no sentido da satisfação pulsional. O objeto *a* se conforma como denominação desse objeto causa do desejo. Como exemplo dessa ideia, Lacan (1962-63/2005, p. 116) fala do fetiche, “pois é nele que se desvela a dimensão do objeto como causa do desejo”. Para o fetichista, a presença do objeto é absolutamente necessária como “condição mediante a qual se

sustenta seu desejo”. Esse, por sua vez, “agarra-se onde puder”. Ou seja, o objeto é causa do desejo, mas não garante a satisfação.

O *a* cristaliza esse resíduo impossibilitado de ser simbolizado e do qual os objetos parciais da pulsão se tornam representantes. Ele é, portanto, a cristalização desse ponto de exclusão interna. É por ser inapreensível, porém não inexistente (Lacan, 1962-63/2005), que Lacan se utiliza de uma letra para designar essa materialidade singular. A distinção conceitual entre os termos letra e significante vai longe no debate lacaniano e não está ao nosso alcance nesse contexto destrinchá-la. O que importa aqui, no entanto, é marcar que a designação desse objeto causa do desejo por uma letra tem a ver com a sustentação de Lacan da materialidade do significante como a presença de um traço que é sem sentido mas não é sem efeito, por isso é causa, causa material (Lacan, 1966c/1998). É essa materialidade, então, que sustenta que esse resto não-simbolizável possa ocupar o lugar de causa do desejo.

3.6. Angústia: efeito do perigo de que a falta venha a faltar

A teorização do objeto *a* como objeto causa do desejo é acompanhada por rearranjos na conceituação do falo como objeto do desejo materno e também da angústia. É por esse caminho que nos aproximamos daquilo que determina a mudança de posição subjetiva em jogo nas teorias sexuais infantis. Para compreender a passagem da letra ao significante como equivalente à passagem do vazio à falta, condição de possibilidade de que a causa alcance efeito, é preciso compreender a relação entre o objeto *a* e o falo. Sendo aquilo que é irrepresentável, o *a* é um “objeto inapreensível no espelho” (Lacan, 1960/1998, p. 832). Isso equivale a dizer que o real faz questão justamente na imagem especular. Na experiência especular algo fica de fora, mas no entanto não pode ficar de fora, pois não há fora no que diz respeito a esse palco em que a realidade humana se conforma ao campo da linguagem. Portanto, o não simbolizável, produto da própria ordem simbólica, ocupa nela um lugar privilegiado, marca de sua incompletude.

Assim, o *a* está presente na imagem real do corpo, aquela que Lacan nomeia como “imagem do corpo funcionando na materialidade do sujeito como propriamente imaginário, isto é, libidinizado” (Lacan, 1962-63/2005, p. 49). Ou seja, no corpo próprio, que se conforma como “continente narcísico da libido” (Lacan, 1962-63/2005, p. 98) pela confrontação com sua imagem virtual, o *a* está presente como “*initium* do desejo” (Lacan, 1962-63/2005, p. 51), como seu suporte, comandando daí que a imagem virtual

adquirir prestígio. Afirma Lacan que justamente o que é convocado na imagem especular, é o que não pode nela aparecer. Autenticada pelo Outro, essa imagem “caracteriza-se por uma falta” e por isso “orienta e polariza o desejo, tem para ele uma função de captação. Nela, o desejo está não apenas velado, mas essencialmente relacionado com uma ausência” (Lacan, 1962-63/2005, p. 55). Isso porque aquilo que seria essa presença de *a* aquém do espelho vai aparecer do lado da imagem virtual como lacuna.

Essa lacuna que marca o lugar de *a* ausente na imagem especular é o que Lacan chama de falo, enquanto objeto pulsional por excelência, por condensar de forma exemplar a ideia de objeto que só existe enquanto faltante. O falo indica esse lugar da falta e é por isso que Lacan afirma que ele é essencialmente um objeto negativizado, marca do que não pode ter consistência na imagem especular.

Dada a materialidade singular de *a*, Costa-Moura e Costa-Moura (2011, p. 229) afirmam que o que aparece em seu lugar na imagem especular só o pode fazer na forma de corte anatômico. Por isso os objetos da pulsão são aqueles que “valem por terem sido extirpados”. Dentre eles, o falo tem função central por ser um objeto que só existe em negativo, definido por sua falta. O falo só pode ser um objeto significativo e vem desempenhar o papel de um “falso traço” que, no campo do Outro, corresponde ao que, do lado do sujeito, é um “traço vazio”.

Conforme já apontado, o falo só tem sentido enquanto castrado. Ele faz parte desse complexo de castração que inclui a negação da ausência para que ela possa ser admitida como falta. Por isso, Lacan afirma que o falo, como significante, é um traço falsamente falso, pois ele se apresenta como presença da falta a fim de escamotear a presença de um traço vazio que o comanda de outro lugar. É por esse caminho que o avanço da teorização lacaniana no sentido da formalização da centralidade da falta e do objeto *a* levam a uma clareza maior tanto do papel da angústia quanto da primazia do falo na constituição subjetiva no sentido da simbolização como preservação da falta estrutural.

Com essa ideia do falo como um objeto negativizado, Lacan afirma que a angústia corresponde ao mecanismo que faz aparecer algo no lugar do falo. O falo protege da angústia justamente enquanto objeto negativizado, preservando a necessária ausência de imagem daquilo que falta. No entanto, quando no lugar do falo surge uma imagem, “a falta vem a faltar” (Lacan, 1962-63/2005, p. 52).

O essencial na angústia é que ela “não é sinal de uma falta, mas de algo que devemos conceber num nível duplicado, por ser a falta de apoio dada pela falta” (Lacan, 1962-63/2005, p. 63). Com isso, Lacan (Lacan, 1962-63/2005, p. 64) retoma a teoria freudiana da angústia como “reação-sinal ante a perda de um objeto” para retificá-la. Segundo ele, em todos os níveis dessa perda, o que angustia não é a perda, mas a ausência dela. Assim, afirma que “não é a nostalgia do seio materno que gera a angústia, mas a iminência dele”, assim como a ausência da mãe é o que institui a possibilidade da presença e, por isso, o que angustia a criança, nesse caso, é justamente que a alternância presença-ausência seja perturbada, ou seja, “quando não há possibilidade de falta, quando a mãe está o tempo todo nas costas dela, especialmente a lhe limpar a bunda, modelo da demanda, da demanda que não pode falhar”.

No que diz respeito à perda do pênis, Lacan retoma justamente o caso Hans para afirmar que a angústia aí não está diretamente ligada à proibição da masturbação, mas à tentação que ela suscita. Em outras palavras: “Não se trata de perda do objeto, mas da presença disto: de que os objetos não faltam” (Lacan, 1962-63/2005, p. 64). Com essa formulação, Lacan se encaminha para o estabelecimento mais preciso do caráter estrutural da angústia. Na medida em que o falo se torna esse pivô da constituição subjetiva por ser objeto faltante por excelência, sua presença como mediador da intersubjetividade se dá em todos os níveis da organização pulsional. Enquanto objeto negativizado, ele é o que constitui o campo do Outro como faltante. Ocorre que aquilo que Freud denominou organização fálica da sexualidade equivale propriamente ao arranjo em que é justamente esperado que o falo encontre sua consistência. No entanto, ele não pode estar onde é esperado (no plano da genitalidade) porque só pode aparecer como falta. Assim, afirma Lacan (1962-63/2005, p. 283) que “é o esvaecimento da função fálica no nível em que se espera que o falo funcione, que constitui o princípio da angústia de castração”.

A angústia revela, nesse sentido, a verdade sobre a sexualidade. Em sua forma específica de angústia de castração (própria à organização fálica), ela irrompe justamente quando o sujeito se confronta com o caráter radicalmente significativo do objeto fálico. “O falo, ali onde é esperado como sexual, nunca aparece senão como falta, é essa a sua ligação com a angústia” (Lacan, 1962-63/2005, p. 293). Esse encontro com a verdade, encontro com *a*, não pode ter outra forma subjetiva que não a angústia. Ela ganha o qualificativo de angústia de castração porque é essa que vem ao seu encontro

como substituto dessa verdade. Assim, afirma Lacan: “A castração é o preço dessa estrutura, substitui essa verdade. Mas, de fato, esse é um jogo ilusório. Não existe castração, porque, no lugar em que ela tem que se produzir, não há objeto a castrar. Para isso, seria preciso que o falo estivesse ali, mas ele só está ali para que não haja angústia” (Lacan, 1962-63/2005, p. 293).

Em seu quarto seminário, Lacan parte da observação de que a primeira manifestação de angústia em Hans se dá ligada ao tema da separação, não propriamente da mãe, e sim desse lugar que ele ocupa no desejo dela, sua função de metonímia do falo. Ele está em seu jogo de enganação com a mãe, brincando de ser o falo para ela e ela se mostra satisfeita com isso. Mas algo começa a incomodar nessa encenação: do lado da mãe, incomoda a presença do pênis da criança trazida pelo seu hábito masturbatório; do lado de Hans, começam a surgir crises de ansiedade, pesadelos e, por fim, a angústia e a fobia. Para Lacan (1962-63/2005), a angústia aponta na realidade para o limite do registro da demanda, seu esgotamento. O que ocorre, então, é que Hans não consegue encontrar saída desse impasse em que ele se encontra na relação imaginária com a mãe. “O que a mãe deseja quando deseja outra coisa além de mim, a criança? Era aí que a criança estava, mas ela não pode mais se manter neste ponto” (Lacan, 1956-57/1995, p. 300). Quando a “criança concebe então que pode não mais preencher de maneira nenhuma sua função, nada mais ser, não ser nada mais que este algo que parece ser alguma coisa, mas que ao mesmo tempo não é nada” (1956-57/1995, p. 251), Hans experimentaria ser carta fora do baralho. A angústia estaria relacionada com essa imagem de si mesmo como um nada, definida como “correlativa do momento em que o sujeito está suspenso entre um tempo em que ele não sabe mais onde está, em direção a um tempo onde ele será alguma coisa na qual jamais se poderá reencontrar” (Lacan, 1956-57/1995, p. 231).

Para Safouan (1970) esse sentimento de ser nada decorre de que o sujeito se vê excluído em relação ao falo como objeto absoluto. No entanto, o que lhe falta, nesse caso, não é a restituição desse lugar ou a oferta de um lugar superior, mas justamente o que falta é o apoio da falta¹⁰. Com isso, temos que a castração não figura como o

¹⁰ Pode-se ilustrar isso lembrando o final da fobia de Hans a partir da fantasia de castração. Hans afirma que o bombeiro lhe retira o traseiro e coloca outro e lhe retira o faz-pipi. Lacan é perspicaz em dar atenção ao fato de que a substituição deste último por outro maior é feita pela fala do pai. Para Lacan, isso não é pouca coisa e aponta justamente para aquilo que ele esboça

impedimento em si e sim como um recurso, como função de ordenação pela nomeação do ponto de angústia. Essa advém do real e não da castração.

3.7. Desdobramentos da leitura lacaniana do caso Hans na consideração das teorias sexuais infantis

Essa concepção estrutural da angústia de castração fornece a chave de entrada para a consideração da pulsão de saber do ponto de vista da causalidade. Isso porque o paradoxo em que, por um lado, a criança quer saber e, por outro, recusa o esclarecimento em favor de uma construção própria na forma de teorias sexuais infantis passa a estar atrelado a essa encruzilhada estrutural em que a angústia de castração se manifesta.

Pode-se considerar o estádio do espelho como sendo o protótipo da atividade de pesquisa, enquanto uma pesquisa de si que se desdobra em uma investigação sexual visto ser em suma uma indagação sobre o desejo. O que o estádio do espelho revela a Lacan é que o desejo tem a ver com o fascínio da criança diante do espelho ou diante de qualquer outro suporte que lhe permita observar-se. O importante para Lacan seria, nas palavras de Ogilvie (1991, p. 108), não exatamente “saber se a criança *sabe* com o que está lidando, se sabe que só se trata de uma imagem e que esta imagem é a sua”, confrontando sua conduta, portanto, com um saber adulto. O interesse de Lacan não é, portanto, por aquilo que a atividade da criança ensina ao observador, mas pelos efeitos sobre a estruturação psíquica do fato de se buscar numa imagem, “dimensão totalmente ausente do comentário psicológico habitual” (Ogilvie, 1991, p. 109), o qual retém apenas um resultado em forma de (des)conhecimento. Em suma, Lacan se interessa pelo momento em que “a criança ainda não sabe, mas procura saber” (Ogilvie, 1991, p. 109), prefigurando a pulsão de saber.

Focado no tema da causalidade psíquica, Lacan afirma a *imago* como uma primeira resposta ao problema de um conceito de objeto próprio à psicanálise e, portanto, antecipa alguns elementos que quase duas décadas depois vão compor a teoria do objeto *a*. Não à toa, ela é caracterizada como uma “evidência obscura” (Lacan, 1946/1998, p. 189). Afirma ele que o traço essencial da *imago* está em que a captação de uma forma como observável, ou seja, aquilo que faz de algo um objeto para o olhar, está

acerca da dificuldade de Hans em concluir sua travessia do Édipo na medida em que o pai não consegue suportar a castração que o garoto convoca o tempo todo.

condicionado por um “certo reconhecimento”, aquele mesmo que capta a criança na experiência especular.

O que aparece aqui ainda numa formulação vaga é justamente aquilo que exerce na estrutura uma função de captação que aciona o desejo no sentido de incorporá-lo e que é o objeto *a*, enquanto um núcleo vazio. Não à toa, quando, em seu décimo seminário, Lacan faz referência a esse seu trabalho sobre a causalidade psíquica dizendo que ali já estaria prefigurada a trama em que se atam simbólico e imaginário, ele retorna à observação da criança diante do espelho para destacar que “através desse movimento de virada da cabeça, que se volta para o adulto, como que para invocar seu assentimento, e depois retorna à imagem, ela parece pedir a quem a carrega, e que representa aqui o grande Outro, que ratifique o valor dessa imagem” (Lacan, 1962-63/2005, p. 41). Esse exemplo seria uma indicação do que para além da imagem se presentifica nela na forma desse “certo reconhecimento” que autentica para a criança que há algo ali que lhe diz respeito.

Bergès e Balbo (2001) afirmam que a oferta materna primordial que pulsiona o corpo da criança contém em si uma demanda. Ao proporcionar à criança esse “a-mais” da satisfação, a mãe na verdade estaria endereçando à criança um pedido: “diga a que veio”. Ou seja, a mãe supõe que a criança seja capaz de responder sobre o desejo que a trouxe à existência.

O sentido e a razão da existência da criança só podem ser encontrados como efeito do desejo parental, desejo pré-existente ao seu nascimento. Tendo surgido nesse lugar onde o sujeito falta, o desejo não pode ter como causa o sujeito, mas a falta. Contudo, afirma também Aulagnier (1990) que no discurso materno a criança será designada como causa desse desejo. Assim designada, ela é convocada a responder, ou seja, a advir no lugar da causa. Estaria, portanto, embutido na demanda materna uma pergunta causal que desencadeia uma procura por sustentar a certeza de ser causa do desejo do Outro.

Nas palavras de Aulagnier (1990, p. 178): “poder nomear aquilo que é causa do desejo, toda finalidade de domínio de si, assim como do Outro, exige que uma resposta seja dada a essa questão; esta é a função que será atribuída ao objeto, o traço específico de seu estatuto”. Contudo, na medida em que no lugar do Outro o que a criança encontra é um sujeito dividido, ela encontra o desejo de um desejo e não de um objeto. Por isso, o

objeto pulsional seria aquele que na cena do mundo toma o lugar do que no inconsciente não é objeto, mas desejo.

A experiência do inacessível ao desejo do Outro faz com que a criança se veja impossibilitada de ser a causa tornando essa uma questão que impulsiona ao saber. Com isso, a pulsão de saber emerge quando na experiência especular o sujeito coloca em questão esse ponto de fuga da imagem como aquele que o capta em sua alienação nessa imagem. Em outras palavras, a pulsão de saber é aquela que põe justamente em questão a causa.

Através das teorias sexuais infantis a criança lança-se a enunciar um saber sobre o desejo, nomeando sua causa. Eis como Aulagnier (1990) aproxima a pulsão de saber da ideia de uma demanda de saber. Essa seria a busca da criança por nomear a demanda materna, cuja opacidade lhe escapa. Com isso, ela propõe que a vacilação do objeto suscita a questão da causa e faz com que o saber venha ocupar o lugar do objeto do desejo. É por esse caminho que sustenta que a criança se lança ao desejo enquanto desejo de saber sobre o desejo do Outro.

Enquanto tentativa de nomeação, o desejo de saber se apresentaria então como demanda de saber, pois visa capturar o desejo. Trata-se da tentativa de vencer o confronto com o real do desejo que resiste a se reduzir ao conhecimento. É como se a criança corresse atrás de a – ao indagar, incessantemente, acerca da causa da existência – que, por sua vez, lhe escapa. Na medida em que a mãe seja capaz de assumir o que Bergès e Balbo (2001) chamam de um “olhar oblíquo”, testemunha de que o desejo está atrelado à falta, isso leva a um deslocamento subjetivo da criança. O “olhar oblíquo” da mãe, incidência sobre o desejo materno da função *significante*, equivale ao deslocamento de a de sua captura em $i(a)$, porém mantendo-o como ponto de atração na medida em que se movimenta. Segundo os autores, as teorias sexuais infantis são efeito da participação da criança nessa hipótese que a mãe faz sobre seu suposto saber e o fato de que isso aponte para a divisão materna é o que dá à criança uma margem de liberdade para responder.

Afirmam Bergès e Balbo (2001) que na medida em que a mãe seja interrogativa ela aponta para a admissão da falta. Na medida em que esse olhar que autentica o reconhecimento da imagem se apresenta como fugidivo, esse elemento captador só pode se fazer presente na imagem na forma de uma ausência. É isso que dá à experiência

especular o seu dinamismo, impedindo que o jogo identificatório se feche e impossibilite a emergência do sujeito.

É esse dinamismo que faz com que Ogilvie (1991) aproxime o estádio do espelho do jogo do Fort-da, aquele que Freud observa seu neto realizar com o carretel, arremessando-o para longe e puxando-o novamente para perto. Diz o autor que eles seriam estruturalmente a mesma coisa: um jogo pautado pela tentativa da criança de apreender uma experiência vivida corporalmente que lhe escapa e que ela busca controlar transpondo-a para um outro plano que lhe possibilita observar-se. Entendida em seu dinamismo, essa experiência levaria a uma primeira simbolização da ausência a partir do estabelecimento de um plano onde essa ausência equivale a uma presença.

Esse jogo que coloca a criança no caminho da simbolização de sua experiência se dá, portanto, na medida em que o desejo do Outro, sendo desejo de desejo, é inapreensível no saber. É um ponto cego na imagem especular e em toda forma de conhecimento, pois equivale a um ponto cego na própria subjetividade que se transfere para toda objetividade.

Correndo atrás de *a*, ela se depara com a angústia que funciona como sinal de que o sujeito se aproxima de uma verdade que, contudo, só pode existir enquanto preservada do saber. É nesse sentido que a pulsão de saber comporta um querer saber, mas também um não querer saber. Essa aproximação da verdade equivale ao encontro com uma certeza assustadora, diante da qual o sujeito não pode senão recuar.

Dentre os muitos famosos aforismas de Lacan está o de que a angústia é um afeto que não engana (Lacan, 1962-63/2005), a partir do qual Voltolini (2006, p. 287) sugere que haveria “algo que nos engana e que buscamos deliberadamente para fazer-lhe face, a face de horror que ela implica”. Assim, o saber se desvia à verdade. Mesmo antes de sua formulação de uma estrutura significante, Lacan afirma que dado que não é o pensamento que suporta a existência do sujeito e sim a linguagem, isso implica que aquele está submetido a um simbolismo (Lacan, 1946/1998). Mais tarde, da mesma forma que afirma a divisão subjetiva como constitutiva do próprio sujeito e, portanto, insuperável; na medida em que essa divisão diz respeito ao próprio pensamento, ela se manifesta como divisão entre saber e verdade.

É isso o que está em jogo na pulsão de saber e é por isso que ela se apresenta como paradoxal. Por um lado ela é a manifestação da tentativa de fazer coincidir verdade e saber sob a forma de saber sobre o desejo materno, outro modo de dizer que

se trata da tentativa de fazer coincidir imaginário, real e simbólico numa realidade sem resto, sinônimo de realidade objetiva. Por outro lado, a angústia que essa tentativa de coincidência suscita convoca um falso saber como proteção da verdade.

A forma primordial desse falso-saber é a imagem especular enquanto tentativa de capturar a verdade num contorno fechado. É dessa forma que se pode ler a sigla usada por Lacan para designar a imagem do corpo próprio: $i(a)$, ou seja, um envoltório para o a . O Outro oferta à criança um falso lugar ao qual ela responde com um falso saber ao buscar sustentar-se nesse lugar. Daí que toda tentativa de sustentar um saber sobre esse desejo na forma de conhecimento seja estruturalmente inapto em responder satisfatoriamente a questão.

Por esse caminho, a experiência especular conformaria “uma estrutura constitutiva do conhecimento humano” (Lacan, 1946/1998, p. 163) onde a função do pensamento é a de revestir a verdade com um saber enganoso. Ou seja, não se trata de algo próprio a uma fase da vida, e sim de uma “estrutura definitiva” (Ogilvie, 1991) do conhecimento enquanto modo de relação do sujeito com o mundo. Por isso Lacan (1946/1998) utiliza a expressão “conhecimento paranoico” para definir essa estrutura, chamando a atenção para o modo como a apreensão dos objetos reescreve essa primeira forma de conhecimento que é a experiência especular.

Essa estrutura que Lacan isola ao fazer da observação da experiência especular um conceito (Ogilvie, 1991) constitui o modo próprio do conhecimento humano nessa forma antinômica que ele condensa na “função de desconhecimento”, marca estrutural do pensamento e que se encontra levado ao limite no fenômeno da loucura (Lacan, 1946/1998). O louco, acreditando-se diferente de quem é, revelaria algo próprio desse drama humano condensado no estádio do espelho e levado, nesse caso, ao seu limite. Lacan aplica aqui ao delírio o mesmo método freudiano de leitura do sintoma. Recusa toma-lo simplesmente como disfunção em favor de uma leitura do delírio na chave do sentido, como fenômeno de linguagem que levaria ao limite essa tentativa de fazer coincidir verdade e saber que está em causa em todo impulso ao conhecimento.

O que aproxima a loucura, a formação do Eu e o conhecimento é que em todos os casos trata-se de um movimento de objetivação. Isso porque a estruturação do conhecimento se dá pela constituição do Eu e dos objetos “mediante atributos de permanência, identidade e substancialidade, em suma, sob a forma de entidades ou ‘coisas’” (Lacan, 1948/1998, p. 114), implicando uma fixação do sujeito na imagem que

ele capta do outro. Dada a irredutibilidade da alienação do sujeito na linguagem, toda objetivação só pode resultar num saber enganoso, pois a verdade é inapreensível no saber.

3.8. A estrutura paranoica do conhecimento e a “resolução” edípiana

Tendo estabelecido uma estrutura em comum entre paranoia e conhecimento, isso não significa que não seja possível, e importante, distingui-los no que diz respeito à possibilidade de mudança de posição do sujeito em sua alienação na linguagem. Essa possibilidade está relacionada à experiência edípica. Sendo o revestimento da verdade por um saber enganoso algo definitivo na relação do sujeito consigo e com o mundo, o que se altera com a incidência da metáfora paterna é a posição do sujeito face ao saber. Retornando ainda ao texto lacaniano de 1946, encontramos aí a definição da *imago* de um lado como “correlata a um espaço inextenso, isto é, indivisível” e, por outro lado, como “forma definível, no complexo espaço-temporal imaginário, que tem por função realizar a identificação resolutive de uma fase psíquica, ou, em outras palavras, uma metamorfose das relações do indivíduo com seu semelhante” (Lacan, 1946/1998, p. 189), apontando para o caráter resolutivo do complexo de Édipo. Esse teria o “valor de fechamento de um ciclo psíquico” marcado por uma “onda estacionária de renúncias” que tem como primeira vibração o Fort-da.

Nesse ciclo marcado pelo jogo de forças entre identificação e distanciamento, o pai representaria esse elemento de distância essencial que possibilita o fechamento desse ciclo pela constituição não da realidade objetiva, mas do “sentimento da realidade” (Lacan, 1946/1998, pp. 183). Esse caráter resolutivo do complexo de Édipo aparece nesse texto como capaz de “escandir a história do desenvolvimento psíquico” (Lacan, 1946/1998, p. 188). Mas de que forma podemos entender que o Édipo “resolve” o drama da experiência especular constitutivo da subjetividade e que “desenvolvimento” seria esse decorrente dessa resolução? Enquanto estrutura definitiva, o estádio do espelho contém um nó que a experiência edípica não desata e que não pode desatar sob pena de eliminar o desejo. Esse modo de conhecer não será superado em favor de outra estrutura de conhecimento visto que ela instaura a realidade psíquica não como adaptação do organismo a uma suposta realidade objetiva, mas como campo no qual se desenrola essa batalha entre real, simbólico e imaginário.

Assim, afirma Lacan (1946/1998) que isso que ele chama de desenvolvimento tem como limiar intransponível esse nó imaginário que liga todo movimento de

objetivação a um “sacrifício primitivo”, ou seja, a uma perda fundamental. É isso que faz com que toda tentativa de fazer coincidir ilusoriamente a realidade com o ideal, ou seja, isso que a perspectiva desenvolvimentista coloca como ponto de chegada, repercute na forma de agressividade, pois se apresenta como força de estreitamento do campo da realidade psíquica onde a história de cada um se desenrola.

Isso demonstra como o que Lacan chama – nesse momento ainda inicial de sua longa trajetória teórica – de desenvolvimento não implica uma alteração na estrutura pela resolução de suas contradições internas. Inclusive, o elemento mediador que o pai encarna já está presente na própria experiência especular visto que a função estrutural do Édipo enquanto sujeição à lei do desejo é o que se esconde na imagem especular e se apresenta como mistério. Nesse sentido, o que a experiência edípica faz é reiterar de modo decisivo a presença desse elemento mediador na identificação do sujeito a uma imagem que se constitui para ele como a imagem do ideal. Com isso, amplia o espaço da realidade psíquica ao mesmo tempo em que opera a distinção entre um delírio e uma fantasia.

Aulagnier (1990) afirma que o pai se apresenta como uma resposta à demanda de saber sobre o desejo materno, mas uma resposta que implica um interdito, isto é, o sabido se apresenta como perdido para o desejo. Essa clivagem entre saber e desejo constitui o objeto *a* como um ponto em que a interrogação será sempre intransponível, mas que exatamente por isso impulsiona o desejo de saber pois ele passa a ocupar o lugar de causa do desejo.

A impossibilidade de saber é, assim, causa do desejo de saber. Isso decorre de que a castração por onde a lei do desejo se faz estrutura é uma resolução *sui generis* do impasse identificatório. Sua efetividade decorre de que ela não elimine o impasse. Por isso ela é um complexo. Segundo Lajonquière (1992/2010, p. 261), um complexo indica aqui uma montagem que estrutura os limites da subjetividade, limites esses que são os da própria realidade psíquica. Assim, a castração preserva o “paradoxo do saber: querer saber sobre aquilo que falta [...] e não querer saber que, em última instância, não há saber possível sobre o desejo” (Lajonquière, 1992/2010, p. 296).

Assim, afirmar que a incidência da metáfora paterna implica a extração ou queda do objeto *a* é o mesmo que dizer que ela visa seu deslocamento para outra posição, de onde o *a* segue operando, porém não mais no lugar de objeto a ser conhecido, mas como objeto causa do desejo de saber. Para compreender como isso é possível é importante

destacar que a metáfora paterna é correlata ao recalque originário e esse só pode ser concebido porque há retorno. É disso que se trata: do retorno daquilo que “não cessa de não se escrever” (Lacan, 1972-73/1985). Esse retorno pode suscitar a angústia, mas também define a realidade psíquica através do enquadramento de *a* na fantasia por onde ele pode sustentar o desejo e não ser simplesmente fonte de horror.

Quando Lacan (1958-59/2016) constrói seu grafo do desejo estabelece uma correlação entre o lugar ocupado pela imagem especular no plano do enunciado e aquele ocupado pela fantasia no plano da enunciação. Os dois patamares do grafo são os do imaginário e o do simbólico e essa forma topológica que Lacan explora demonstra que em todo ato de fala as duas dimensões caminham paralelamente. Assim, no plano do imaginário a resposta à indagação do sujeito quanto ao seu lugar no desejo do Outro se dá na forma da imagem especular, tentativa de escamotear e aprisionar a presença de *a*, presença do não-simbolizável daquilo que é causa de desejo. Contudo, essa resposta tem como correlato, no plano simbólico, a fantasia, enquanto modo com que o *a* opera como causa do desejo. É nesse sentido que Coutinho Jorge (2010) afirma que a construção fantasística é uma resposta simbólica à indagação quanto ao desejo do Outro. A metáfora paterna é a que possibilita que a criança tenha acesso a essa resposta que, no entanto, já estava misteriosamente contida na resposta imaginária dado que é ela que sustenta a mãe como sujeito de desejo.

O Nome-do-Pai, ao recalcar o significante do desejo materno (que só toma a forma de um significante retroativamente), interdita o gozo absoluto dando à falta um caráter estrutural. Contudo, ao ser ao mesmo tempo significante da falta e significante da lei, da lei do desejo, introduz também a promessa de satisfação à custa da clivagem entre saber e verdade, por onde o gozo encontra um caminho possível de retorno ainda que parcial na forma de gozo fálico emoldurado na fantasia. O desejo pode, por essa via, encontrar satisfação, mas essa nunca será sem resto. É nesse sentido que se compreende que: “A castração significa que é preciso que o gozo seja recusado para que possa ser atingido na escala invertida da Lei do desejo” (Lacan, 1960/1998, p. 841). O destino do desejo passa a ser o de confrontar o gozo com o significante, o que faz com que o encontro com o objeto seja sempre da ordem de um mal-entendido estrutural. No entanto, Lacan (1962-63/2005, p. 197) sustenta que “falar de mal-entendido não equivale, de modo algum, a falar de um fracasso necessário. Se o real é sempre subentendido, não vemos por que o mais eficaz dos gozos não possa ser atingido pelas

próprias vias do mal-entendido”. Em decorrência, abre-se a possibilidade de que o *falar* coloque “o gozo à disposição das *ideias* para elas se estruturarem”, atrelando a criação de novidades à implicação subjetiva (Lajonquière, 1992/2010, p. 54).

4. Discussão: Da integração entre o cognitivo e o afetivo à dialética intersubjetiva da demanda e do desejo

4.1. Ampliação do princípio de equilíbrio e verificação empírica como operadores da anulação da diferença

A concepção piagetiana de determinação estrutural da inteligência não é considerada no sentido de afirmar a atividade cognitiva como sendo sempre a reiteração do mesmo. Ao contrário, ela é capaz de fazer surgir o novo. Por isso a importância dada ao caráter dinâmico das formulações infantis. Sem abandonar a perspectiva estrutural, Piaget sustenta então que o dinamismo da atividade cognitiva tem a ver com o próprio funcionamento da estrutura de tal modo que esse possibilite o surgimento da novidade. A explicação piagetiana para esse dinamismo se dá através do princípio de equilíbrio majorante como lei estrutural.

Conforme apresentado, essa explicação não abarca a diferença insistentemente presente entre a determinação normativa e a sua concretização na conduta particular. Como encaminhamento para essa questão, os estudos de psicologia do desenvolvimento propõem a inclusão ao paradigma piagetiano do tema da afetividade, partindo da indicação do próprio Piaget de que essa funcionaria como motor da atividade cognitiva. No entanto, o que se constata é que o modo como se dá essa expansão do paradigma piagetiano implica a reiteração e o aprofundamento da anulação daquilo que é da ordem da diferença.

Em primeiro lugar, essa expansão opera a ampliação do princípio de equilíbrio que passa a ser considerado como orientando as condutas em geral. Souza et. al. (2008) partem da ideia de que o princípio de equilíbrio piagetiano estabelece uma sequência geral e estável de construções, porém sem com isso circunscrever completamente os processos de desenvolvimento real de cada indivíduo. Portanto, ele implicaria a afirmação de uma direção ideal ou virtual, e não real. Por essa distinção, a equilíbrio apontaria para o “desenvolvimento estrutural”, entendido como um “indicador teórico”, fruto de um “compromisso com a ideia de evolução no tempo rumo a uma meta” (Souza, 2007, p. 26). A explicação epistemológica teria um caráter normativo na medida em que apresentaria uma “trajetória evolutiva desejável” (Souza, 2014, p. 136). Até aqui, aponta-se para a problemática da distância entre a determinação estrutural enquanto normatividade e os efeitos disso no percurso real de um “sujeito particular”.

No entanto, o modo como essa problemática é encaminhada por essa linha de investigação opera um deslocamento dessa problemática a partir do compromisso com três pressupostos fundamentais: a concepção de sujeito como uma unidade, a lógica fatorialista e o pressuposto desenvolvimentista. O princípio de equilíbrio passa a ser capaz de unificar os diferentes fatores e se confunde com um princípio evolutivo. Assim, opera-se uma ampliação totalizante do campo de atuação do princípio de equilíbrio.

Tomando como inspiração aquilo que Inhelder (1992/1996) apontava como a presença de um sujeito dotado de interesses e valores respondendo à diferença de estratégias a despeito dos mecanismos comuns, o caminho traçado pelos estudos psicológicos apresentados no primeiro capítulo termina por reafirmar o princípio normativo como determinante das condutas particulares em todos os “aspectos” que comporiam o assim chamado “sujeito psicológico”.

Aliado a essa centralidade dada ao princípio de equilíbrio como orientador da conduta em todos os “aspectos” que compõem a unidade psicológica do sujeito, tais estudos se voltam para o plano da verificação empírica da realização da normatividade. Na medida em que a ideia de desenvolvimento passa a equivaler àquela de evolução – atrelada, segundo Lajonquière (1992/2010), à pretensão humana de ascender aos céus, essas investigações passam a se orientar pela pergunta acerca dos indicadores que permitem verificar a premissa do desenvolvimento, revelando o viés naturalizante deste enquanto desenrolar cronologicamente apreensível.

Ao pretender abarcar não apenas os processos cognitivos, mas os processos psicológicos em geral sob o princípio de equilíbrio, entendido como “expectativa teórica”, esses estudos acabam por tomar como tarefa encontrar indicadores de que o princípio normativo se inscreve no empírico, ou seja, que a expectativa que seria da ordem da virtualidade se realiza sem resto. Com isso, tais estudos supervalorizam os estágios e reduzem as pesquisas à descrição fenomenológica e à sua classificação em níveis. O enunciado da criança é tomado, então, como fenômeno empírico que deve ser classificado numa escala evolutiva ao extrair dele as regularidades, servindo de indicador da realidade do desenvolvimento. O enunciado da criança fica, então, submetido ao “império” da equilíbrio majorante (Lajonquière, 1992/2010), levando à conclusão da realização sem resto de um programa determinado.

4.2. O infantil como tempo de transição e sua persistência como disfunção

Conforme apresentado no primeiro capítulo, esse programa de investigação voltado à expansão do paradigma piagetiano pela inclusão do tema da afetividade leva alguns estudos a integrar às referências teóricas a psicanálise enquanto teoria da afetividade, anexando-a com isso aos pressupostos da psicologia. No entanto, o potencial da teoria psicanalítica em dar à diferença um lugar estrutural fica anulado pela crença no desenvolvimento que faz com que o paradoxo próprio à estrutura significativa que rege o psiquismo se confunda com um tempo de transição próprio a um processo evolutivo de gênese.

Ao abordar as teorias sexuais infantis, Freud se depara com esse paradoxo: por um lado, seriam o berço do interesse da criança pelo conhecimento a partir da curiosidade em desvendar um saber sobre o sexual; por outro lado, são marcadas por uma impossibilidade de desvendar o enigma da origem dos bebês e da diferença sexual. Diante disso, afirma que o fracasso dessas teorias tem relação principalmente com o profundo enraizamento que a premissa universal do pênis parece desenhar na realidade psíquica.

Mas quando parecesse assim bem encaminhada para descobrir a existência da vagina e inferir que a penetração do pênis paterno na mãe foi o ato que gerou o bebê no corpo desta - nesse momento crítico, a criança perplexa e impotente é obrigada a interromper sua investigação. O obstáculo que impede que ela descubra a existência de uma cavidade que acolhe o pênis é a sua própria teoria de que a mãe possui um pênis, como um homem. Não é difícil concluir que o malogro de seus esforços intelectuais o faz rejeitá-los e esquecer-los (Freud, 1908/1976, p. 221-2)

Com isso, Freud postula que o impulso investigativo tende a recalcar sua origem sexual, em consonância justamente com as vicissitudes da sexualidade infantil, necessariamente recalcada e constitutivamente inconsciente. Diante da impossibilidade de saber sobre aquilo que está em causa na origem do bebê (e de sua própria origem, portanto), o sujeito desviaria seu impulso investigativo para fins não-sexuais.

Essa explicação freudiana acerca da relação entre recalque e conhecimento tende a ser tomada, na perspectiva do desenvolvimento, como a descrição de um processo de gênese, confundindo o recalque com um processo de superação e fazendo do paradoxo um tempo de transição. Garbarino (2012) utiliza o termo crença infantil com o intuito de marcar a diferença dessa em relação a uma explicação objetiva correspondente a um modo de pensamento adulto e propriamente científico baseado na verificação de

hipóteses. A explicação que a autora dá a esse paradoxo próprio a essa investigação sexual marcada pela recusa da realidade objetiva é a de que se trata de um período de transição entre um modo e outro de pensamento, marcados por diferentes legalidades estruturais.

Subjacente a essa explicação está uma concepção de estrutura como circunscrita a um estágio com suas condutas próprias e, portanto, supondo que haja diferentes estruturas que se relacionam hierarquicamente, implicando que o desenvolvimento consiste na passagem de uma inferior a outra superior que a engloba. Essa concepção sustenta a possibilidade de falar em modos de funcionamento do psiquismo conforme as fases do desenvolvimento. Com isso, a ideia de gênese se atrela a essa passagem de uma estrutura a outra tomada no tempo como sequência cronológica.

Assim, considerando o Ego da criança como ainda “fraco e imaturo”, as teorias sexuais infantis seriam a manifestação desse momento de transição marcado, de um lado, pela curiosidade e investigação sexual e, por outro lado, pela prevalência ainda do princípio do prazer. Essas crenças infantis seriam então o resultado da tentativa de submeter a curiosidade a um modo de pensamento sob a legalidade do processo primário, marcado pela ausência de verificação, isto é, pela negação da realidade em favor da fantasia. O pensamento típico da criança seria marcado pela certeza e pela crença, enquanto o pensamento típico do adulto, pela dúvida e, portanto, pelas hipóteses a verificar. Consequentemente, o processo de desenvolvimento envolveria a construção de um modo de pensamento propriamente científico.

Na medida em que o desvio da norma insiste ele é tratado, então, como compondo o conjunto dos “transtornos” (Souza, 2014). Nesse sentido, o modo como a teoria psicanalítica é assimilada nos estudos sobre os aspectos afetivos do desenvolvimento faz com que as respostas discordantes se reduzam a ser o efeito contingente de falhas no processo de desenvolvimento, anulando o potencial da psicanálise para pensar aquilo que na conduta do sujeito resiste a se adequar à sua determinação por um princípio normativo.

Garbarino (2012) reconhece que o termo infantil, em psicanálise, não equivale propriamente àquilo que diz respeito à criança, mas àquilo que persiste como traço na vida psíquica do adulto. No entanto, ao integrar isso no modelo desenvolvimentista, considera que esse traço infantil persistente resulta do fato de que a dissolução do complexo de Édipo “raramente consegue ser enfrentada de maneira ‘ideal’, ou seja,

corretamente em termos psicológicos e sociais” (Garbarino, 2012, p. 85), levando à presença de atitudes consideradas “pré-críticas” e “pré-objetivas” também no adulto. Com isso, a presença do infantil não teria caráter estrutural, mas contingente, ligado a um processo de desenvolvimento do Ego mais ou menos distante do “ideal” de atenuação do narcisismo infantil.

A crença no desenvolvimento implica, portanto, de um lado, que o paradoxo em questão nas teorias sexuais infantis seja anulado, passando a ser interpretado como algo passageiro: um tempo de transição. Complementarmente, mesmo reconhecendo que, para a psicanálise, o infantil não é algo que se supera, mas justamente o que persiste na vida psíquica do adulto, essa persistência de uma legalidade considerada inferior convivendo com uma superior é atribuída a falhas na integração de um no outro, fazendo com que o inconsciente seja considerado fonte de erro.

4.3. Estruturalismo e crítica radical ao substancialismo

A crença no desenvolvimento que faz com que as novidades emergentes sejam resultado da efetivação sem resto de um programa evolutivo vem necessariamente acompanhada de um substancialismo próprio aos pressupostos psicológicos adotados. Isso faz com que, ao mesmo tempo em que se anulam as diferenças, relegando-as ao conjunto das disfunções, perca-se de vista que o modo de funcionamento dos processos psíquicos está necessariamente atrelado a uma causa. Nesse sentido, a anulação da diferença equivale à anulação da causa.

O termo afetividade responde à tentativa de preencher um lugar deixado vago pela teoria piagetiana no que diz respeito ao que mobiliza o pensamento à construção do conhecimento. Trata-se, para a perspectiva psicológica, da importância do “interesse” por determinados objetos como fator que incentivaria a assimilação de perturbações. No entanto, evitando indagar sobre aquilo que a determina, a afetividade é considerada uma “substância”¹¹. É nesse ponto que os estudos psicológicos tendem a abandonar a perspectiva estruturalista em favor da substancialização do sujeito e dos fatores que o compõem.

No interior do campo da psicologia do desenvolvimento, pode-se localizar uma crítica parcial ao substancialismo pelo afastamento do biologismo, afirmando, portanto, a dimensão social do desenvolvimento psíquico. Nesse sentido, La Taille (1992b, 2002),

¹¹ A própria metáfora piagetiana da afetividade como combustível suscita essa substancialização.

por exemplo, parte também da ideia de que o desenvolvimento tanto cognitivo quanto afetivo é a princípio uma “virtualidade”, vinculando-a ao papel da interação social no modelo piagetiano ao afirmar que a construção do conhecimento é uma resposta a uma demanda social. Sustenta, a partir disso, que a busca pelo equilíbrio deve ser buscado nas relações interindividuais, apontando para um necessário reposicionamento do princípio de equilíbrio.

Contudo, Lajonquière (1992/2010) nos alerta que sustentar que o desenvolvimento da inteligência não se reduziria a um processo maturacional mas seria influenciado também pelas interações com o meio não deixa de substancializar a inteligência, mantendo a noção de um sujeito psicológico como unidade em desenvolvimento, porém acrescentando-lhe o fator social. É por isso que, por seu lado, afirma a necessidade de reafirmar o estruturalismo como meio de contraposição ao substancialismo.

Lajonquière (1992/2010) toma como ponto de partida de sua investigação a percepção do senso comum acerca de um elemento oculto capaz de determinar os sucessos e fracassos do aprender. Propõe se debruçar sobre esse “algo” como sendo o que determina tanto as possibilidades quanto as impossibilidades de construção do conhecimento. Para tanto, considera poder valer-se de Piaget e Freud na medida em que ambos tratam, cada um à sua maneira, de leis estruturais determinantes do pensamento.

No entanto, vendo-se mergulhado num contexto onde predominava um campo interpretativo tanto dos textos piagetianos quanto da psicanálise dominado pela hegemonia do que ele mesmo viria a chamar de discurso (psico)pedagógico (Lajonquière, 1999) marcado entre outras coisas pela substancialização da inteligência, Lajonquière tomou para si a tarefa de retornar a Piaget a fim de operar uma “limpeza intelectual” dos vícios vitalistas e reducionistas que se impunham na leitura consagrada dos textos piagetianos, à luz do que propunha Lacan em seu retorno a Freud. Orientando sua própria leitura pelos pressupostos estruturalistas, visava deslindar uma teoria piagetiana da inteligência afastada de todo substancialismo aproximando a noção de construção do conhecimento do plano das produções discursivas.

Lajonquière (1992/2010, p. 28) considera que o caminho percorrido pelo genebrino teria o mérito de permitir pensar “a legalidade genética dos embates de uma criança com os conhecimentos socialmente compartilhados”. Retomando a formulação piagetiana sobre o estatuto social do objeto de conhecimento, sustenta que esse seria o

efeito material de uma noção intelectual. Por conseguinte, a inteligência, definida por Piaget como um “órgão especial de regulação”, não seria propriamente um órgão no sentido de um organismo biológico, mas no sentido de um organismo intelectual. Ou seja, ela condensaria a função de ordenação própria a qualquer estrutura, no sentido de regular por leis intrínsecas as relações entre os elementos que a compõem, segundo a lei da equilíbrio majorante.

Sustentando que a equilíbrio majorante se confunde com a interação, nem por isso Lajonquière está alinhado com os estudos psicológicos que atentam para a dita dimensão social do desenvolvimento. Antes, sustenta que “só há inteligência humana no campo da palavra e da linguagem” (Lajonquière, 1992/2010, p. 51). Com isso, introduz no debate em torno dos determinantes dos processos epistêmicos a teoria psicanalítica, porém não no sentido da integração e sim de uma inflexão teórica, apresentando-a como aquela que reafirma o estruturalismo como movimento teórico capaz de fazer frente ao substancialismo e que, por seu lado, inaugura uma concepção de estrutura capaz de recolher o desvio da norma e dar-lhe um lugar estrutural¹².

Não à toa, valendo-se de Piaget e Freud, a tese em questão termina por ir de Piaget a Freud justamente quando se depara com a necessidade de considerar de uma forma estrutural a singularidade dos processos epistêmicos, visto que, segundo Lajonquière (1992/2010, p. 50), Piaget teria insistido em negligenciar a palavra “enquanto implicação de um sujeito na enunciação”. É por isso que, mesmo não tendo como propósito na presente investigação tomar parte na polêmica acerca das diferentes possibilidades de interpretação da teoria piagetiana da inteligência, tal leitura contra-hegemônica dos textos piagetianos aponta o caminho para esse atravessamento de fronteiras teóricas na direção de uma perspectiva psicanalítica alinhada ao estruturalismo.

4.4. O método de verificação empírica e a expectativa teórica do experimentador

O substancialismo que sustenta os pressupostos psicológicos das pesquisas sobre a correspondência entre desenvolvimento cognitivo e afetivo se reflete também naquilo que assumem como objetivo último: a verificação empírica desse desenvolvimento a partir dos enunciados das crianças extraídos das assim denominadas “entrevistas semi-

¹² Esse lugar será justamente o de objeto causa do desejo.

estruturadas” (Garbarino, 2012) ou “entrevistas clínicas” (Souza, 2007). Essas entrevistas se baseiam no método clínico desenvolvido por Piaget (1947/2005) e redefinido ao longo do tempo por ele próprio e por sua equipe. Contudo, ao privilegiarem a categorização das respostas e sua classificação segundo uma escala evolutiva, o uso que fazem de tal método tem como parâmetro a consideração tanto da criança quanto do tempo não como categorias construídas e em relação, mas como dados da realidade, sustentando a visão da criança como organismo em desenvolvimento.

Caracterizando a criança como “sujeito que atravessa a etapa evolutivo-cronológica denominada infância” (Garbarino, 2012, p. 46), seus enunciados são tomados como meio privilegiado de apreensão da gênese da estruturação cognitiva enquanto sequência de estruturas que se sucedem no tempo. Nesse caminho, o empírico se apresenta não como da ordem dos efeitos de uma intervenção, mas como indício da presença de uma realidade em si mesma, levando à sustentação de que a observação da criança na sucessão temporal possa elucidar a gênese do pensamento.

Castro (1996, p. 169) recorda que o método clínico é o resultado da busca de Piaget por “ultrapassar os limites do método experimental e da observação pura”, os quais, segundo Perroni (1996), visam a objetividade através do controle de variáveis e homogeneização dos sujeitos. Domahidy-Dami e Banks-Leite (1987) afirmam que o método clínico está atrelado a um sistema interpretativo. Seu desenrolar, justamente porque flexível, depende das hipóteses formuladas pelo experimentador que influenciam o desenrolar da entrevista. Dessa forma, ao propor a participação do clínico na experiência, Piaget se depararia com a necessidade de reformular o “estatuto dos enunciados infantis” (Castro, 1996).

No entanto, o impasse piagetiano decorre, segundo Castro (1996), do fato de que, contrapondo-se ao método experimental, Piaget almeja uma objetividade ainda maior do que aquela dos testes. Assim, se vê diante do desafio de eliminar, na produção do dado, a influência do experimentador que ele havia, justamente, tornado parte do método. Ao classificar e hierarquizar os enunciados das crianças, esses sofreriam uma “higienização”, na tentativa de neutralizar a presença do pesquisador. Essa busca pela objetividade estaria ainda mais fortemente presente no programa de padronização das provas operatórias coordenado por colaboradores de Piaget. Tal iniciativa correria,

segundo Domahidy-Dami e Banks-Leite (1987), o perigo de desvirtuar os fundamentos do método clínico, aproximando-o novamente dos testes clássicos.

Pode-se dizer que o modo como as pesquisas psicológicas voltadas à verificação empírica da correspondência entre desenvolvimento cognitivo e afetivo se orientam está permeado por esse impasse metodológico, fazendo com que se reaproximem do método experimental. Considerando os sujeitos como meros representantes de um funcionamento mental que os ultrapassa, esses estudos não levariam em conta que “medidas da tendência geral são antes uma criação do investigador e podem não servir para nenhuma criança em particular” (Perroni, 1996, pp. 19-20), fazendo com que a ausência do dado esperado seja interpretada como falha e, portanto, atestando a ausência do conhecimento que a resposta esperada supõe.

Gabarino (2012) afirma que os dados coletados nas entrevistas decorrem das hipóteses construídas a partir dos referenciais teóricos escolhidos. Dada a dificuldade de considerar a dita afetividade valendo-se somente do referencial piagetiano, dificuldade essa devida ao fato de que esse estaria comprometido fundamentalmente com os “mecanismos comuns” a despeito das particularidades presentes no desenrolar das descobertas em cada um, Garbarino (2012) aposta na integração da psicogênese piagetiana e da psicanálise freudiana. Sustenta, então, que o método clínico foi escolhido pela “concepção original de sujeito” que lhe é implícita e porque “se aproxima ao método psicanalítico por privilegiar a fala” (Garbarino, 2012, p. 90).

No que diz respeito à “análise das formas e tendências das respostas” afirma basear-se “nas características das estruturas intelectuais próprias ao pensamento pré-operatório, operatório concreto e da afetividade egocêntrica” (Garbarino, 2012, p. 93). Já no que tange às “explicações freudianas para dar conta do conteúdo das teorias sexuais infantis”, afirma a necessidade de ser prudente, devido ao perigo das “interpretações selvagens” fora do dispositivo analítico. Para evitar esse perigo, opta por focalizar “mais as ‘formas’ e mecanismos típicos que o conteúdo específico da fala singular das crianças” (Garbarino, 2012, p. 93). Ou seja, a apropriação que faz da psicanálise, anexando-a aos pressupostos da psicologia do desenvolvimento, faz com que não encontre também nesse caminho a possibilidade de abordar a dimensão da fala como aquela que faz emergir a diferença, terminando por desviar-se da questão da qual partiu em favor da reiteração do que é regular nas respostas na mesma medida em que procura neutralizar o contexto intersubjetivo em que o dado se produz.

La Taille (2002), ao enfatizar a dimensão social do desenvolvimento, afirma que Piaget, em suas pesquisas psicológicas, teria tido a pretensão de dar caráter científico a valores éticos, visando demonstrar aquilo que é, na verdade, um pressuposto. Com isso, chama a atenção para a inescapável presença da expectativa teórica sustentada pelo pesquisador naquilo que ele recolhe de sua observação. É essa mesma pretensão que vemos ser reiterada nos estudos sobre o desenvolvimento afetivo e cognitivo que assumem a tarefa de verificar empiricamente, através de pesquisas metodologicamente orientadas para esse fim, seus próprios pressupostos. Assim, o que a crença no desenvolvimento esconde ao buscar numa suposta realidade objetiva a sua comprovação é que o processo de gênese se constrói a partir de um finalismo que decorre da expectativa do experimentador.

4.5. Da influência da expectativa externa à causalidade estrutural

Destacar a influência da expectativa na construção do dado encontra, no entanto, a limitação já destacada quanto à dessubstancialização do sujeito. Isso porque se mantém nesse raciocínio a dicotomia interno/externo. Também não se encontra por esse caminho a possibilidade de considerar de modo estrutural o que é da ordem da diferença. Para tanto, faz-se necessário passar da verificação precisamente à noção de causalidade estrutural.

Ao romper com a polarização entre interno e externo através da concepção do estádio do espelho, contrapondo à noção do Eu como instância adaptativa, aquela de uma função de desconhecimento, Lacan abre a possibilidade de considerar o paradoxo manifestado na pulsão de saber como atrelado à própria cisão constitutiva do sujeito. No entanto, isso implica a distinção, estabelecida por Freud, entre realidade psíquica e uma suposta realidade material. Distinção essa que os estudos psicológicos ignoram em sua leitura da psicanálise orientada por uma “metapsicologia realista” que Lacan (1946/1998, p. 180) afirma poder ser encontrada na pena freudiana, porém por onde ele se perderia do essencial de sua experiência enquanto experiência da palavra.

Adotando precisamente como parâmetro essa “metapsicologia realista” denunciada por Lacan, Garbarino (2012), ao aproximar as perspectivas freudiana e piagetiana, desconsidera uma sutil diferença entre, de um lado, dizer que as crianças resistem às respostas ofertadas através de formulações próprias acerca dos problemas sexuais e, de outro, sustentar que as respostas “objetivas” são deformadas pela criança de acordo com seu modo particular de pensamento. O que a impede de perceber a

diferença em questão é, antes de tudo, o fato de tomar o enunciado da criança como dado empírico voltado à verificação do processo de desenvolvimento rumo à gênese de uma noção que, dada a presença de uma expectativa teórica que lhe antecede, está previamente estabelecida.

Ogilvie (1991), ao abordar a utilização lacaniana do estágio do espelho em sua construção de uma teoria do sujeito, contrapõe o modo como, na perspectiva psicológica, essa experiência é articulada no sentido da observação e da verificação, e o modo como Lacan vai retirar desse fenômeno algo totalmente diverso e que aponta para a problemática da causalidade. Justamente o que está em jogo no modo como a tradição psicológica formula o estágio do espelho é uma descrição da gênese do sujeito psicológico. Principal exemplo disso, Wallon faria desse evento, segundo Ogilvie (1991), a oportunidade de verificar o processo de superação das falhas e disfunções que impediriam a criança de aceder ao “modo de conhecimento adulto” através da construção da noção de corpo próprio. Diante de um “problema de conhecimento e de reconhecimento da realidade”, o que se verificaria seria “a realização de um desenvolvimento cognitivo cuja finalidade é a ‘noção’, isto é, a tomada de consciência da realidade tal como ela é” (Ogilvie, 1991, p. 106).

Nessa perspectiva, a formação da noção de corpo próprio seria um “caso particular de psicogênese”, ocupando, dentre eles, um lugar privilegiado, antecipando os progressos ulteriores. No mesmo sentido, o encontro com o espelho se apresenta como uma situação experimental a fim de apreender por qual caminho e em que momento a criança supera suas dificuldades e “conquista uma relação adulta normal com sua própria realidade e com a realidade em geral” (Ogilvie, 1991, p. 107).

Conforme apontado no capítulo anterior, a forma como Lacan interpreta esse evento “altera completamente a importância atribuída ao fenômeno” fazendo derivar dele “uma nova significação” (Ogilvie, 1991, pp. 105). Isso porque Lacan não está interessado em verificar o que a criança sabe ou ainda não sabe. Antes, “o notável é que ela se interesse por isso e continue a se interessar” mesmo depois de desvendar o mistério objetivo do espelho, diferente do que ocorre, por exemplo, com o chimpanzé que perde o interesse na imagem depois de concluir que é apenas um reflexo. Para Lacan, esse interesse teria a ver com o reconhecimento, mesmo antes de saber sobre a imagem, que “há alguma coisa que lhe diz respeito de maneira imediata” (Ogilvie, 1991, pp. 106).

Essa ressignificação lacaniana da experiência especular pressupõe a recusa em tomar a experiência psicológica da criança como dado empírico puro capaz de dar acesso a uma suposta realidade objetiva quando o que estaria em jogo seria a interpretação de sua conduta em função de uma maior ou menor adequação à expectativa teórica sustentada pelo experimentador. Nesse sentido, a teoria lacaniana da constituição do sujeito não se sustenta na ideia da criança como um sujeito em desenvolvimento, levando, por seu lado, à subversão do problema da gênese na direção da consideração da causalidade estrutural.

Althusser, filósofo estruturalista que, como já destacado, encontra pontos em comum entre o retorno lacaniano a Freud e sua retomada da teoria marxiana, realiza incursões no debate que Lacan encabeça dentro do movimento psicanalítico francês da época, em especial no que diz respeito à questão da gênese. Com isso, o debate que realiza, através de cartas, com seu psicanalista Diatkine (Althusser, 1966a/1996) apresenta pontos importantes da crítica que a psicanálise, em seu viés estruturalista, endereça ao desenvolvimentismo psicológico, em especial no que diz respeito ao modo como a noção de causalidade estrutural implica uma noção de temporalidade que não seja cronológica e evolutiva.

A noção althusseriana de causalidade estrutural não é concebida especificamente para pensar sobre os fenômenos psíquicos. Seu interesse é o de pensar os fenômenos sociais e suas relações com as determinações econômicas (Morfino, 2014). É nesse contexto que Althusser estabelece sua aproximação com a psicanálise, importando o conceito freudiano de sobredeterminação como possibilidade de consolidar a diferenciação entre a noção de contradição em Hegel e em Marx (Althusser, 1962/1979). Isso porque a noção de sobredeterminação é considerada por ele como possibilitando pensar as relações entre causas e efeitos de uma maneira não linear.

Contudo, o que Althusser (1964/1985) constata é que aquilo que ele encontra nessa noção freudiana implica justamente a apreensão de uma ruptura radical da psicanálise em relação aos pressupostos da psicologia, assim como da biologia. Ruptura que, no entanto, não é consensual dentro do movimento psicanalítico. É nesse sentido que ele toma partido em defesa do retorno lacaniano a Freud.

Althusser (1966a/1996) parte do reconhecimento do esforço de Diatkine no interior da psicanálise de tomar distância da biologia e da etologia, afirmando a distinção radical entre o que é da ordem do biológico e o que é da ordem do

inconsciente. Contudo, acusa esse último de ignorar o retorno a Freud encabeçado por Lacan – assim como os estudos psicológicos sobre a afetividade que recorrem à psicanálise – e, com isso, permanecer atado aos termos da gênese psicológica em suas considerações acerca do surgimento do inconsciente, ocultando com isso o problema da causa.

Em *Sobre a gênese*, anotação considerada complementar às cartas endereçadas a Diatkine, Althusser define a causalidade estrutural dizendo que nela, “para compreender a produção do efeito B, não basta considerar a causa A (imediatamente precedente, ou visivelmente em relação com o efeito B) isoladamente, mas a causa A enquanto elemento de uma estrutura específica na qual ela toma lugar, então, enquanto submetida às relações estruturais específicas que definem a estrutura em questão” (1966b/2015, p. 159). Assim, a concepção estruturalista de causalidade tem como pressuposto o caráter constitutivo das relações, refutando a ideia da existência dos elementos por si, implícita na noção de fatores, pois os elementos são pensados como constituídos nas relações e, portanto, entendidos como portadores de lugares e funções estabelecidos por essas relações. Por esse caminho, a noção freudiana de sobredeterminação não se confunde com o multi-fatorialismo, justamente porque os elementos se encontram aí esvaziados de substância.

Partindo da crítica estruturalista ao substancialismo, Althusser pretende delimitar uma lógica explicativa do surgimento do novo que não seja linear, como quer a perspectiva desenvolvimentista, na qual se assenta a ideia de gênese psicológica. Ou seja, não se trata de pensar a gênese como encadeamento de causas e efeitos fruto do desenvolvimento contínuo e linear de algo que já estaria em germe nos próprios elementos. Haveria, segundo ele, no raciocínio de Diatkine, a ideia de que o indivíduo final estaria contido em germe na origem do processo de engendramento, tornando a estrutura necessariamente teleológica.

Para Althusser (1966a/1996), o conceito de gênese estaria tomado por uma “ilusão retrospectiva” segundo a qual se supõe que o processo de conhecimento recobre o processo real. Contudo, o processo de conhecimento da gênese de um fenômeno A parte necessariamente do final. Dado que o fenômeno A já existe, o processo de conhecimento parte do resultado. A “ilusão retrospectiva” consiste em projetar essa ordem própria ao processo de conhecimento no processo real, supondo que o término já está contido no início deste. Ou seja, toma a ordem do processo de conhecimento pela

ordem do processo real. A fim de enfrentar o problema da causalidade, seria preciso não cair na tentação de localizar uma origem temporal do inconsciente no desenvolvimento da criança, pois a cronologia seria ininteligível por si mesma.

4.6. Causalidade estrutural: a experiência freudiana entre a expectativa de verificação e a escuta dos efeitos de subjetivação

Pode-se afirmar que aquilo que Althusser (1966a/1996) denomina “ilusão retrospectiva” está presente nos estudos psicológicos que visam verificar empiricamente a realidade do desenvolvimento da unidade psicológica do sujeito em seus diferentes aspectos. Trata-se de um tipo de finalismo que orienta a verificação empírica do desenvolvimento psíquico gradual em direção a um conhecimento objetivo que é o conhecimento adulto. Desenvolvimento esse que já estaria em germe nas disposições infantis, porém convivendo com falhas e disfunções que devem ser superadas.

Adotando o método de indagar a criança a responder a certos desafios e tomando essas respostas como dados empíricos passíveis de serem classificados em uma escala evolutiva, oculta-se a presença do observador nos resultados que recolhe de suas situações experimentais. Contudo, destacar a importância da presença do outro, enquanto observador, naquilo que ele observa na criança não conduz, na perspectiva aqui adotada, aos aspectos sociais e culturais particulares que esse contexto de relação com o outro necessariamente impõe à experiência. Ainda aí, estaríamos presos à dimensão imaginária do problema, bem como à dicotomia entre o interno e o externo que se busca problematizar a partir de uma concepção de sujeito como efeito da alienação ao Outro da linguagem.

Por um lado, a problematização dos estudos voltados à verificação de um processo psicogenético destaca como o finalismo se constrói a partir de uma expectativa prévia. Contudo, se atentarmos para o modo como Lacan, em sua concepção do estágio do espelho, subverte a perspectiva psicológica em favor da causalidade, veremos como não se trata de localizar aí somente uma expectativa prévia definindo o finalismo que orienta a observação, mas como essa expectativa está contaminada pelo desejo do Outro, noção esvaziada de toda intencionalidade ao afirmar-se em sua natureza radicalmente inconsciente.

Enquanto, por um lado, pode-se apontar para a presença de uma intencionalidade no modo como Wallon aborda o estágio do espelho – intencionalidade essa que diria

respeito à expectativa de gênese da noção de corpo próprio orientando a própria apreensão desse processo de gênese na experiência da criança; por outro lado, para Lacan, o que o espelho reflete e que capta o interesse é o lugar em que o sujeito é esperado no desejo do Outro. É por esse caminho que se pode sustentar que o pensamento é afetado não exatamente pelos “problemas colocados pelo meio” – mesmo incluindo na noção de meio o interlocutor que desafia a criança com a montagem de uma situação experimental –, mas por aquilo que nos objetos suscita a questão acerca do lugar do sujeito no desejo do Outro.

Dessa forma, se recoloca o que estaria em causa nessa tomada de posição do sujeito no campo do saber que Freud localiza na teorização da criança em torno das questões sexuais. Essa deixa de ser a manifestação da transposição de um modo a outro de pensamento, para se apresentar como efeitos da movimentação discursiva do *fala-ser* no campo do Outro.

Ao ignorar o ensino lacaniano, os estudos psicológicos apresentados deixam de fora de sua apreensão da psicanálise justamente seu potencial para considerar a partir da perspectiva estrutural os efeitos singulares manifestados nos discursos concretos. Ao recolher essa distância entre expectativa teórica e conduta particular, a psicanálise lacaniana erige uma concepção estrutural atrelada a uma teoria do sujeito, por onde a dimensão da palavra se apresenta como aquela que dá à estrutura determinante da vida psíquica seu caráter paradoxal possibilitando a emergência de um efeito-sujeito.

A concepção lacaniana de estrutura significante possibilita ressignificar o lugar daquilo que no paradigma piagetiano toma a forma do princípio normativo da equilíbrio como operador da emergência de novidades epistêmicas numa direção contrária à sua transformação em um princípio evolutivo na medida em que articula uma concepção de causalidade estrutural. Isso implica, contudo, a efetiva passagem do campo da psicologia genética ao campo da psicanálise, abandonando os termos psicológicos do problema para enfrentar a questão das produções epistêmicas como efeitos discursivos do percurso do significante tomado na dialética intersubjetiva da demanda e do desejo.

Lacan está comprometido com a experiência freudiana como aquela que dá ao inconsciente – outro nome para o infantil – um lugar estrutural na vida psíquica. Desdobra isso no sentido da tese de que o inconsciente está estruturado como uma linguagem, na medida em que a realidade humana é uma realidade simbólica. Com isso,

a realidade psíquica se apresenta como uma realidade discursiva e é por esse caminho que o desejo do Outro não pode se reduzir a uma expectativa.

Retomando o caminho que vai da verificação de um processo de gênese à problemática da causalidade, apontou-se a importância de, em primeiro lugar, fazer frente ao que Ogilvie (1991) denomina “hiperobjetivismo”, apontando justamente como as categorias empíricas da psicologia separam a manifestação psíquica de seu contexto e, portanto, de uma relação de sentido à qual pertence, em favor de uma coisificação de fenômenos que aparentam ser independentes.

Nesse sentido, se as chamadas teorias sexuais infantis, postuladas enquanto tais por Freud em decorrência principalmente das observações de Hans, têm como característica fundamental a resistência em relação aos esclarecimentos, o acompanhamento do caso em sua riqueza dá a dimensão de como essas formulações têm relação com o lugar discursivo que a criança ocupa face aos outros que a cercam. Salta aos olhos a dinâmica que se estabelece entre as formulações do pai, geralmente voltadas à tentativa de elucidação do que se passa com Hans e ao esclarecimento, e os posicionamentos assumidos pelo menino. O pai, interessado pela psicanálise e orientado por Freud, ocupa, nos diálogos, uma posição ambígua. De um lado, dá abertura às formulações de Hans, buscando elementos que orientem a investigação acerca dos determinantes da fobia; por outro lado, responde com algo da ordem do esclarecimento, tentando impor uma suposta realidade dos fatos.

A partir do esforço lacaniano de estabelecer uma ordem de determinação do psiquismo que permita recolher aquilo que se apresenta sob a forma da negação dessa determinação, a problematização da suposta autonomia que o pensamento da criança manifestaria em suas formulações sobre os problemas sexuais se dá a ver no texto freudiano em um sentido preciso: as resistências de Hans ao esclarecimento sobre as questões sexuais manifestam uma impossibilidade de reduzir sua construção sintomática à dimensão imaginária do problema, indicando que se trata de uma questão acerca de sua existência como ser sexuado, ou seja, como sujeito no interior da ordem simbólica. É essa dimensão subjetiva em jogo nas formulações infantis que Freud recolhe para além da verificação de suas teses sobre a sexualidade infantil.

Chama a atenção que Freud, na introdução à apresentação do caso do pequeno Hans utilize, para se referir ao seu interesse pelas observações das crianças, o termo “desejo” (*Wunsch*, no alemão). Afirma ele: “Mas até mesmo um psicanalista pode

confessar seu desejo de ter uma prova mais direta, e menos vaga, desses teoremas fundamentais” (Freud, 1909/1996, p. 16). Isso nos leva a indagar o que estaria em jogo nesse “desejo” de verificar suas teorias sustentado por Freud e como isso estaria em causa no impulso à investigação manifestado na criança.

Em seu interesse pelas manifestações da sexualidade na criança está presente a tensão entre uma tomada do empírico como realista e, portanto, capaz de corroborar a teoria e a abertura em escutar a presença do sujeito como desvio da norma. Essa tensão é própria ao desenvolvimento teórico freudiano e é nela que Lacan localiza os princípios fundamentais da psicanálise, bem como seu lugar no campo da ciência.

Ao se debruçar sobre o sujeito da ciência, sujeito cartesiano, Lacan afirma que no “penso, logo existo”, o pensamento se apresentaria como algo externo ao conjunto funcionando como garantia da possibilidade de unir verdade e saber. Ao recusar a solução metalinguística, ele substitui o cogito cartesiano pela fórmula “penso: ‘logo existo’” por onde “lê-se que o pensamento só funda o ser ao se vincular à fala, onde toda operação toca na essência da linguagem” (Lacan, 1966c/1998, p. 879). Assim, a existência fundada no pensamento fica subordinada à fala. Com isso, a ciência se vê perpassada pelo paradoxo próprio à inexistência de uma linguagem que possa dizer o verdadeiro sobre o verdadeiro. Isso implica que a tentativa de unir verdade e saber equivale à tentativa de fazer a ausência se tornar presente na estrutura numa operação que Lacan chama de sutura.

Segundo Miller (1967, p. 220), a sutura seria o resultado da “atração” da ausência para dentro da estrutura na forma de um “lugar-tenente”. Com isso, ela é aquilo que está em jogo no registro narcísico e aponta para a tentativa de dar consistência ao campo do Outro. Sendo esse o campo da palavra e da linguagem presidido pela lógica paradoxal do significante, essa tentativa não pode senão fracassar. Nessa operação de sutura algo se produz como resto e é recolhido na experiência psicanalítica na medida em que essa dá ao sintoma um caráter significante, enfrentando-o não nos termos do “problema clássico do erro”, mas enquanto “retorno da verdade como tal na falha de um saber” (Lacan, 1966c/1998, p. 234). É nesse sentido que Lacan afirma que a psicanálise reintroduz no campo científico a questão da relação do sujeito com o verdadeiro (Lacan, 1960/1998) ao passo que aponta para a retomada da problemática lógica pela explicitação daquilo que as soluções normativas deixam de fora.

Dada a divisão estrutural entre saber e verdade, Lacan afirma que o sujeito da psicanálise é o mesmo sujeito da ciência, enquanto resto de sua própria objetivação. A ciência se apresenta como atravessada pelo mesmo jogo de forças próprio à lógica paradoxal do significante operando, por um lado, no sentido do fechamento da estrutura pela sutura da falta de saber; por outro lado, no sentido da abertura, manifestada no reconhecimento daquilo que escapa a essa tentativa apontando para a impossibilidade de completude.

Ao tomar a experiência freudiana como aquela da descoberta do inconsciente como cadeia de significantes que se repete e insiste segundo as leis da metáfora e da metonímia e que como tal interfere “na cogitação a que [o discurso efetivo] dá forma” (Lacan, 1960/1998, p. 813), Lacan sustenta que Freud reabre a junção entre verdade e saber, na medida em que ensina as linhas mestras desse modo de investigação pautado pela escuta das formações do inconsciente presentes em todo discurso. Assim, no momento em que Freud se volta à observação das crianças visando justamente encontrar a verificação da universalidade de suas teses, opera no registro da demanda visando a objetivação do sujeito. Contudo, recolhe como efeito desse “desejo” de objetivação algo a mais: a angústia de Hans, que tomará a forma de angústia de castração. Isso porque abre espaço para que da demanda possa emergir o desejo – no sentido que lhe atribui Lacan – e sua lógica de deslocamento.

4.7. A transmissão da castração nas entrelinhas da demanda

Conforme apresentado no capítulo anterior, a castração se desenha dentro do caminho teórico freudo-lacaniano como uma construção capaz de fazer frente à angústia da emergência do real na cena imaginária, efeito da radicalização da demanda no sentido de uma totalização da simbolização, isto é, de uma objetivação sem resto. Assim, ao recolher os efeitos subjetivos de seu próprio esforço científico de objetivação, Freud apontaria, na interpretação de Lacan, para o avesso de todo finalismo, bem como para uma apreensão peculiar acerca do conhecimento desvinculada da ideia de progresso e de adaptação à realidade.

Sendo a única estrutura em jogo no funcionamento psíquico aquela do significante, dada a inexistência de metalinguagem, isso implica sustentar o pensamento como subordinado à sua lógica paradoxal. Assim, a ideia de um pensamento movido pela pulsão não diz respeito a algo passageiro e passível de ser superado, mas de uma contradição inerente à atividade de pensar. Ao recusar as chamadas “soluções meta-

sistêmicas” e, portanto, a hierarquia de estruturas em favor da sustentação, no que diz respeito à realidade humana, de uma única estrutura, que Lacan chama de campo da fala e da linguagem marcado pela presença fundamental de um significante da falta, recusa também a ideia de superação ou de reestruturação de um sistema em outro de ordem superior.

É isso que está em jogo quando Lacan (1960/1998, p. 812) estabelece como limite da retomada que faz da fenomenologia hegeliana a crença de Hegel no saber absoluto. Longe de querer desdobrar esse debate de Lacan com a teoria hegeliana, o importante aqui é frisar que ele considera que o psicólogo se impregna disso que se apresentaria em Hegel como uma dialética convergente na direção do saber absoluto e que ele traduz, em seus termos, como a “conjunção do simbólico com um real do qual nada mais há a esperar” (Lacan, 1960/1998, p. 812).

Com isso, seu uso da fenomenologia de Hegel se dá, segundo ele, sem “nenhuma fidelidade ao sistema”, mas aproximando-a da denegação freudiana visando “destacar, em lugar e vez dos saltos de um progresso ideal, os avatares de uma falta” (Lacan, posição do ics, p. 851). Dessa forma, enquanto a psicologia se esforça por verificar através da observação os signos de uma história positiva feita de etapas de uma aquisição contínua orientada por algum tipo de finalismo, Lacan faria do espelho, segundo Ogilvie (1991, p. 118), o “cenário geral de uma história negativa”.

Lajonquière (1994) retoma também a problemática do sujeito da ciência, afirmando que o ser do sujeito cartesiano seria esvaziado pela dúvida hiperbólica, porém ao recorrer a Deus como “garantia epistêmica”, Descartes deixaria aberto o caminho que desembocaria na noção de sujeito como substância psicológica existente em si para além das cogitações. De outro lado se posicionaria Lacan, apontando para a dessubstancialização do discurso da ciência na medida em que Deus não passaria de uma ideia de sustentação.

Ao argumentar pela inexistência de um “Outro do Outro”, ou seja, de um elemento externo funcionando como garantia do sistema, Lacan irá colocar como sustentação da cogitação justamente a falta. É por isso que Ogilvie (1991, p. 118) caracteriza o que chama de “história negativa” afirmando que “tudo começa com uma perda e prossegue, ironicamente, num desenvolvimento que procura tampar por uma fuga para adiante (através da série de identificações secundárias e da proliferação da linguagem) essa ‘falta’ que é, na realidade, a sua causa”. Ou seja, aquilo que o discurso efetivo produz e

que damos o nome de conhecimento e que se nos aparece como encadeado em uma história de progressos convergentes é considerado aqui como uma coleção de efeitos tendo a verdade – precisamente aquela da incompletude da estrutura – como causa.

Para que a falta opere como causa do desejo lançando o sujeito nessa “história negativa”, é preciso que ela se inscreva psiquicamente. Aqui reencontramos a questão da transmissão da castração. Transmissão de uma perda simbólica que, por dizer respeito à linguagem, só pode se dar através da fala. Contudo, não se trata de algo que possa ser comunicado. Segundo Lo Bianco e Silva (2009, p. 227), pode-se distinguir uma “tradição comunicada”, formada por “conteúdos logicamente encadeados a serem transmitidos a cada sujeito por uma via consciente”, e a “tradição herdada” que diz respeito àquilo “que não pode ser apreendido por um saber”, um ponto de impossibilidade “onde a incidência traumática da castração opera inaugurando a descompletude na qual um sujeito poderá advir, tomando seu lugar como herdeiro da tradição que o corte inaugura” (Lo Bianco; Silva, 2009, p. 228).

Mesmo sendo inapreensível no saber, a verdade só pode emergir na fala e, portanto, nas entrelinhas desse saber enganoso que, por seu lado, visando o fechamento do sentido, procura captura-la na armadilha do enunciado. Assim, ao mesmo tempo em que emerge, a verdade se perde “por somente aparecer sob a máscara do sujeito do enunciado, onde ela não tem outra saída, para se fazer ouvir, senão se meio dizer” (Dor, 1989, p. 118). Dado que a linguagem ao mesmo tempo em que, ao se desenrolar no discurso, trai a verdade na forma do conhecimento e manifesta “essa verdade como intenção” (Lacan, 1946/1998, p. 167), a transmissão se origina da própria antinomia que Lacan reconhece na denegação freudiana onde “o que é negado é de algum modo reconhecido” (Lacan, 1946/1998, p. 166).

É nesse sentido que Aulagnier (1990) afirma a importância da demanda como via indispensável para a circulação do discurso por onde o desejo se veicula. Isso porque, como vimos, é através da demanda que o sujeito tem acesso ao gozo, ainda que sob a forma de uma experiência alucinatória, mas que segue sendo a fonte de energia pulsional que pode ser dirigida a objetos que vêm a compor a realidade psíquica. Por mais que não se trate de comunicação, é da mensagem endereçada ao sujeito que surge a “perturbação” que o lança a perseguir esse enigma que anima aquele que lhe fala

(Lajonquière, 2011) e que impulsiona o *vir-a-ser* sujeito a falar, assim como a conhecer¹³.

Afirma Lacan que a radicalidade da falta está em ela ser irreduzível, porém ao mesmo tempo insustentável, levando à tentativa incessante de contorna-la, num “vício estrutural” (Lacan, 1962-63/2005, p. 150). É nesse contexto que a experiência edípica se apresenta como aquela que possibilita que do “vício estrutural” emergja o novo enquanto diferença não das leis da estrutura, mas no nível dos efeitos. Essa passagem que o Édipo possibilita não diz respeito à superação do impasse, mas à sua reescrita de tal modo que se pode dizer que o campo da realidade psíquica se amplia ao mesmo tempo em que se reitera que todo conhecimento de si e do mundo nunca é sem resto. A passagem em questão é, então, aquela que vai do impasse à impossibilidade.

A insistência de Lacan em dizer que, para além dos elementos contingentes da realidade, o que aparece como estruturalmente necessário no atravessamento do complexo de Édipo é a presença do pai real ganha um sentido mais preciso como operador que faz a passagem do impasse ao impossível. Por mais que Lacan (1957-58/1999) insista em que a carência do pai na família não é a mesma coisa que a carência do pai no complexo e que, portanto, não se pode reduzi-la à dimensão realista, fenomenológica, ainda assim afirma que “o pequeno Hans não passou pelo complexo de castração, mas por uma outra via” (1956-57/1995, p. 420) através da construção de uma suplência dada a recusa do pai em cumprir sua função imaginária e assumir-se como personagem castrador. Segundo Faria (2008), haveria nessa formulação a ideia de um complexo de Édipo ideal capaz de por fim à relação narcísica com a mãe. Contudo, essa hipótese seria relativizada a partir do “reposicionamento de Lacan em relação ao lugar do complexo de Édipo, a partir da invenção do objeto *a*” (Faria, 2008, p. 2). Nesse caso, a própria função paterna passaria a assumir a forma de uma suplência.

No entanto, a própria invenção do objeto *a* recoloca a importância da presença do pai real, o que não quer justamente dizer o pai da realidade, mas como “personagem real” que possa sustentar um lugar de enunciação de onde endereça a palavra. Ao instituir o Nome-do-Pai como significante da falta no Outro, Lacan afirma que qualquer “enunciado de autoridade não tem nele outra garantia senão sua própria enunciação” (1960/1998, p. 827). Com isso, o pai, não sendo o Outro do Outro, se apresenta

¹³ Lajonquière (2011) aproxima a aquisição da linguagem da aquisição de conhecimento, afirmando que no segundo caso trata-se da aquisição de uma “língua epistêmica”.

justamente como sujeito do desejo que, como tal, não é causa de si mesmo ou de seu próprio desejo, mas aquele que “foi longe o bastante na realização de seu desejo para reintegrá-lo em sua causa” (Lacan, 1962-63/2005, pp. 365-6).

É através dessa “fala particular”, que Lajonquière (2011, p. 858) destaca como sendo aquela que um mestre endereça a seus alunos e que aproximamos aqui também daquilo que está em jogo na situação experimental dado que o pesquisador coloca também em signos o desafio cognitivo proposto ao sujeito da pesquisa, que se presentifica aquilo que está para além do que se comunica. É nesse sentido também que se pode dizer que o que faz com que Freud, em sua observação, vá além do que vê na direção de uma escuta das dissonâncias é sua própria implicação como sujeito da enunciação, evocando a castração.

4.8. Do desenvolvimento do sujeito ao percurso do significante

Aulagnier (1990) atrela a importância da demanda a que ela não tenha fim. Assim, afirma que a demanda de saber produz um saber verossímil e não propriamente verdadeiro. Trata-se de uma máscara que sustenta essa ilusão de que o saber possa vir a suturar o real e que por ser fonte de um “mais-saber” orienta o princípio de realidade. A possibilidade de que o saber da demanda assuma essa forma do verossímil se dá justamente através da castração, dado que ela, ao instalar a diferença entre ser e ter, fornece um lugar específico para esse saber enganoso próprio à lógica da demanda. Com a inscrição da metáfora paterna que equivale à passagem do registro do ser para o do ter, o falo alcança essa positividade como objeto que circula, que desliza. Segundo Lajonquière (1992/2010, p. 284), essa passagem implica que é possível ter sem ser, inaugurando o campo do parecer como campo da “diferença entre o que se obtém e o que se deseja”. É a dimensão do significante que se apresenta como avesso da dimensão sígnica.

A falta se transmite, portanto, na forma daquilo que na enunciação não se reduz ao enunciado. Por isso não se trata de uma “tradição comunicada” mas de uma “tradição herdada” (Lo Bianco; Silva, 2009). E justamente por não ser algo que possa ser transferido pela via consciente, a experiência edípica precisa ser refeita a cada vez. A transmissão simbólica da castração por onde o objeto se institui como perdido se dá, portanto, através de um percurso significante.

Ao contrapor à perspectiva de um “progresso ideal”, aquela de uma “história negativa” feita de uma coleção de efeitos, aquilo que Lacan (1946/1998) afirma acerca

da escansão da “história do desenvolvimento psíquico” que o Édipo possibilita diz respeito a uma operação de deslocamento não propriamente do sujeito – dado que esse está esvaziado de substância – mas do significante. Na passagem da verificação de um processo de gênese de uma nova estrutura de pensamento à causalidade estrutural¹⁴, localiza-se um modo particular de considerar as formulações infantis como testemunho de um processo de articulações significantes no contexto do embate próprio à emergência do sujeito no campo da palavra e da linguagem.

Pode-se dizer que a noção de percurso vem substituir aquela de desenvolvimento na medida em que as fantasias de Hans e as teorias sexuais que lhes são subjacentes se apresentam como sucessivas cristalizações de uma configuração na qual “o jogo do significante se apossa do sujeito, tomando-o muito para além daquilo que o sujeito possa intelectualizar, mas que continua sendo o jogo do significante com suas leis próprias” (Lacan, 1956-57/1995, pp. 296-7). Com isso, a distância entre as teorizações de Hans e os esclarecimentos de ordem racional aponta para as leis que presidem o percurso significante, o qual exige um número de circuitos que façam com que se percorra certo número de termos. Portanto, quando o pai de Hans insiste em sentenças do tipo “o medo é uma bobagem”, “os cavalos não mordem” ou “não há motivos para que você tenha medo de mim”, Hans parece recusá-las na medida em que se reafirma a articulação significante que orienta as suas formulações, nas quais o que está fundamentalmente em pauta é a castração. A resistência ao esclarecimento do adulto se articula, assim, às leis que presidem os processos de pensamento, porém essa lei não é aquela da equilíbrio majorante. Antes, são as leis da articulação significante conforme um percurso mítico. Através dessa aproximação com os mitos, Lacan reencontra a questão da determinação estrutural que não se reduz à racionalização ou intelectualização da experiência, mas opera por um jogo próprio e autônomo dos significantes que determinam o sujeito como efeito.

De acordo com o que foi apresentado no capítulo anterior, o estágio do espelho pode ser entendido como uma pesquisa de si que se desdobra em uma pesquisa sobre o desejo fazendo a criança se deparar com um impasse, diante do qual o Édipo viria dar um encaminhamento possível. Em suas considerações sobre o caso do pequeno Hans,

¹⁴ Passagem essa que pode ser acompanhada no capítulo precedente pela retomada do percurso de Freud e do modo como Lacan desdobra os impasses freudianos no sentido da causalidade estrutural na constituição psíquica.

Lacan (1956-57/1995) aborda as teorias sexuais infantis em seu aspecto dinâmico. Segundo ele, trata-se de um jogo de articulações significantes, expressão fundamental desse impasse a que a criança é levada em sua constituição subjetiva. É visando dar conta dessa “série de elucubrações do pequeno Hans [...] que dão a impressão de uma proliferação, de um luxo” que Lacan (1956-57/1995, p. 258) aproxima essas formulações infantis da estrutura mítica. Segundo ele, a atividade de pesquisa da criança em torno da realidade sexual se inscreve num tipo de ação irreduzível a fins utilitários, aproximando-a de atividades cerimoniais. E completa: “Em suma, para centrar o valor exato daquilo a que se chamam as teorias infantis da sexualidade, e de toda a ordem de atividades que são, na criança, estruturadas em torno destas, devemos nos referir à noção de mitos” (Lacan, 1956-57/1995, p. 257).

Garcia-Roza (2009) distingue o Édipo como complexo e como estrutura a fim de marcar como a ordem simbólica é atemporal, enquanto a sujeição de cada novo falante às suas leis se dá pela construção de uma narrativa, que seria propriamente a do complexo. O complexo de Édipo se apresenta como uma construção mítica capaz de acomodar o impasse estrutural da subjetividade. Mesmo constatando que o corte próprio à castração já comparece na própria vivência de satisfação, na medida em que nela o outro dá testemunho de um gozo perdido, sua operatividade como estruturador fundamental da subjetividade exige um tempo que é o de um certo percurso do significante. O complexo de Édipo sintetiza esse percurso, que é aquele da construção mítica retroativa segundo a qual “a satisfação plena, narcísica, *teria existido* [...] mas que a presença do pai (ou de um substituto, como o cavalo de Hans) o *teria impedido* de realiza-la” (Faria, 2008, p. 4). Essa construção teria o poder de uma ordenação simbólica da experiência imaginária e de fazer do resto produzido por essa ordenação, objeto causa do desejo.

No caso de Hans, a fobia é o que fornece os significantes que servirão a essas construções míticas que respondem à necessidade estrutural dos impasses próprios à constituição subjetiva. Depois de um período onde Hans pôde teorizar o falo a partir dessa posição imaginária que ele assumia, via jogo de enganação, frente ao desejo da mãe, a emergência angustiante do real leva à desestabilização de sua posição subjetiva e dá início a um período de dúvidas e de articulações significantes. Dada a resistência do pai em assumir seu papel imaginário, o objeto fóbico assume, ainda que de modo precário, o papel metafórico como suplência imaginária a uma carência paterna. O

cavalo cumprirá essa função de ser um suporte significativo em torno do qual se darão as construções míticas de Hans. Sua escolha equivale à de um sinal que permite a definição de limites dentro dos quais se instaura uma ordem simbólica que faz face ao real angustiante. O cavalo corresponde, portanto, à escolha de uma figura que estabilize a angústia, apresentando-se como agente da castração.

Na utilização que Lacan faz da noção de mito, esse se apresenta como um tipo de ficção na qual está em jogo uma relação singular com uma mensagem subjacente. Ele aparece fundamentalmente como uma estrutura, um molde para a verdade dessa mensagem. Ao falar desse elemento dinâmico em jogo na fomentação mítica do pequeno Hans, Lacan retoma aquilo que formula em *Mito individual do neurótico* (1953c/2008) acerca do desenvolvimento mítico de um sistema significativo sintomático, o qual parte de um impasse, caminha em desencaixes sucessivos por uma série de mediações e reencontra na chegada, “ao fim do deslocamento operatório do sistema significativo” (Lacan, 1956-57/1995, p. 307), o impasse do qual partiu, só que de outra forma. Segundo ele, está em jogo aí uma característica comum entre o mito individual e a mitologia: o enfrentamento de uma situação impossível através da articulação de todas as formas de impossibilidade de solução.

É nisso que a criação mítica responde a uma questão. Percorre o ciclo completo do que se apresenta ao mesmo tempo como abertura possível e como abertura impossível de se tomar. Fechado o circuito, algo se realizou, significando que o sujeito foi posto no nível da questão (Lacan, 1956-57/1995, p. 338).

Isso definiria tanto o percurso do mito quanto um percurso neurótico.

A organização do imaginário em mito implicaria, portanto, uma ordenação simbólica, porém de tal forma que “subsista um resíduo irreduzível [...] no que se lê o que chamaria de signo de uma espécie de impossibilidade da total resolução do problema do mito” (Lacan, 1953c/2008, p. 90). Com isso, “o mito aí estaria para nos mostrar o equacionamento, sob uma forma significativa, de uma problemática que tem por si só de deixar necessariamente algo em aberto” fazendo com que ele tenha como função fornecer “o significativo do impossível” (Lacan, 1953c/2008, p. 90).

Isso depende de um desenrolar temporal como atravessamento de um certo percurso que possibilita a queda do objeto por onde ele pode vir a ocupar o lugar de causa do desejo. Pela intervenção da figura paterna, a angústia pode tomar a forma

específica de angústia de castração instituindo o corte que transforma o vazio em falta simbólica. O encontro com a certeza assustadora convoca a dúvida e a construção de uma realidade psíquica que sirva de proteção, para além da forma especular, contra o tormento da presença do real.

A passagem que o atravessamento do complexo de Édipo – entendido como percurso significante – possibilita é então aquele da inversão da posição de a e isso tem como efeito o reconhecimento da impossibilidade de que o conhecimento venha a se fechar numa totalidade sem resto e, ainda, que esse resto seja efetivamente o que impulsiona o sujeito ao desejo de saber. Se acompanharmos os matemas que Lacan (1960/1998) utiliza para designar a pulsão ($\$ \diamond D$) e a fantasia ($\$ \diamond a$), veremos que o que faz a passagem da pulsão ou demanda de saber ao desejo de saber é a substituição de D por a . A lógica da demanda, lógica sígnica, insiste em tentar dar consistência ao sujeito fixando-o como objeto na fantasia e fazendo da demanda de saber essa tentativa incessante de nomear o objeto causa do desejo. Nesse impasse, a metáfora paterna institui a possibilidade da passagem do signo ao significante através da qual é possível inverter o jogo da relação entre o sujeito e o objeto causa de desejo por onde a demanda de saber pode se realizar como desejo. Em contraposição à insistência em fazer surgir no lugar de a uma significação definitiva, a metáfora paterna possibilita a emergência da lógica da fantasia na qual a posição do sujeito frente ao objeto implica o deslizamento significante, possibilitando a nomeação de inúmeras maneiras, sempre parciais, daquilo que vem substituir o que é causa de desejo, objetos substitutivos àquele que não pode ser nomeado.

A falta de saber estrutural pode então assumir a forma de um “saber sempre mais” (Aulagnier, 1990). A emergência de novidades pode se apresentar na forma de conhecimentos que, atrelados ao campo do “parecer”, configuram uma das formas possíveis desse “pouco de realidade” de gozo. Por outro lado, a atividade de investigação se torna a marca de que esse gozo é sempre parcial e evanescente, reativando o desejo de saber. O a assume, então, a forma do que não pode ser conhecido mas apenas reconhecido por seus efeitos, isto é, por ser causa.

Considerações finais

O percurso percorrido nessa tese talvez tenha algo daquilo que, ao final dela, pudemos nomear como percurso do significante. De certa forma, há algo em jogo que é da ordem da reescrita sobre o já escrito, da recomposição de trajetórias teóricas que vão se entrecruzando e dessa forma, quiçá, se produza algo (nem sempre tão claro) de novo. O “de novo” comparecendo aqui em seu duplo sentido: de repetição e de novidade.

Esse trabalho se construiu em torno da questão de como a psicanálise possibilitaria atrelar a emergência de novidades epistêmicas ao que haveria de singular nos processos ditos cognitivos mas que, a partir do referencial adotado, passam a estar incluídos na denominação de processos de pensamento.

Dentro da perspectiva estrutural piagetiana, as condutas são consideradas como determinadas por uma lei de coerência interna. Na medida em que haja a emergência de novidades, essas devem estar atreladas ao próprio funcionamento da estrutura. A fim de conciliar estrutura e gênese, Piaget formula o princípio de equilíbrio como lei interna de transformação. No entanto, recusa que essa lei esteja contida na materialidade orgânica, o que leva à indagação acerca do que faz com que ela opere. Há algo dessa indagação que a teoria piagetiana não abarca e que se formulou nessa investigação da seguinte forma: o que faz com que os conflitos cognitivos se tornem perturbações, ou seja, que afetem o pensamento a ponto de mobilizá-lo à descoberta de novidades?

Alguns estudos psicológicos apontam um caminho para tratar dessa questão, vinculando-a às diferenças nas “condutas individuais” em relação ao princípio normativo na medida em que tais diferenças são atribuídas a um “sujeito psicológico” dotado de valores, interesses, motivações. Com isso, visando resgatar uma problemática excluída das investigações piagetianas para ampliar seu paradigma, terminam por sair do domínio dos estudos estruturalistas. A diferença não se integra à perspectiva estrutural, sendo atribuída a falhas e disfunções. Isso tem consequências no modo de conceber o sujeito.

No interior da psicologia do desenvolvimento, vê-se surgir uma linha de investigação que, inspirada nessa problemática levantada pelos estudos de psicologia genética, tem como objetivo estabelecer a interdependência entre a dimensão cognitiva e a afetiva consideradas como fatores complementares que comporiam o sujeito entendido como unidade psicológica. Dentre esses, os que assumem a tarefa de expandir

o paradigma piagetiano lançam-se à integração de diferentes correntes teóricas à matriz original piagetiana, com destaque para a incorporação da psicanálise, entendida como teoria da afetividade. Essa é apresentada como substância responsável por impulsionar o sujeito em direção aos objetos, na medida em que define os interesses do sujeito. Substância que passa a estar submetida às mesmas leis de regulação que Piaget havia determinado para os processos cognitivos. Nessa delimitação da afetividade, vê-se operar a anulação da problemática inicial. Supondo que a afetividade, dada sua interdependência em relação à cognição, está submetida a um princípio que passa a ser entendido como evolutivo, os estudos em questão tomam como tarefa verificar empiricamente essa premissa.

Nesse contexto, a incorporação da psicanálise só pode ocorrer pela submissão dessa aos pressupostos psicológicos, implicando uma leitura desenvolvimentista da teoria freudiana. É isso o que faz Garbarino (2012) ao entender as resistências próprias às formulações infantis como deformações do percebido de acordo com um modo de pensamento próprio à infância, o que se aplicaria tanto às determinações cognitivas (segundo a teoria piagetiana) quanto às determinações ditas pulsionais (o que a autora extrai da teoria freudiana). Essa interpretação do que estaria em jogo nas formulações infantis está assentada numa visão evolutiva do pensamento e do conhecimento. As novidades passam a ser efeito de uma adequação progressiva do pensamento e da ação à dita “realidade”.

O recurso à psicanálise como teoria da afetividade implica uma anexação dessa aos pressupostos psicológicos, deixando de lado aquilo que é o cerne da invenção freudiana: o inconsciente. Nesse sentido, a apropriação que fazem da psicanálise tanto impossibilita abordar numa perspectiva estrutural aquilo que é da ordem da diferença, quanto deixa em aberto a questão acerca de um elemento causal impulsionando o pensamento à criação de novidades. É nesse ponto que esta tese se dedicou a explorar de outra forma aquilo que a psicanálise possibilita articular acerca dessa problemática em sua vertente estruturalista (contraposta à leitura desenvolvimentista da teoria freudiana) ao se afirmar no campo da ciência como avesso da psicologia por focar justamente na insistência do desvio para extrair daí outra ordem de determinação estrutural; ordem não somente inconsciente, como de linguagem.

Considerando, com Lajonquière (1992/2010), que aquilo que fica de fora do paradigma piagetiano não é exatamente a afetividade, mas a palavra, passou-se a

investigar o que significaria sustentar uma concepção de estrutura que não negligenciasse a palavra. Isso porque se considera que aquilo que Lacan denomina “campo da palavra e da linguagem” diz respeito a uma estrutura significante presidida por uma ordem de determinação paradoxal, a qual possibilita considerar a causalidade dos processos de pensamento como decorrente desse próprio paradoxo. Lacan persegue em sua teorização uma concepção de estrutura que não anule o sujeito, entendido como diferença ou, em outros termos, como resposta desviante em relação à sua determinação por uma instância que o ultrapassa. Também rejeita as soluções sustentadas pela dicotomia interno (organismo) e externo (meio), dado que considera que todos os elementos para os quais se estabelece um modo de relação são, na verdade, constituídos pelas relações e não o contrário. É com esse espírito que ressignifica o que estaria em jogo naquilo que a psicologia denomina o estágio do espelho. Ressignificação essa que inaugura, ainda que não de forma explícita, essa (contra)posição da psicanálise perante a psicologia. Além de colocá-lo na direção de uma investigação sobre a causalidade, visto que sustenta a formação do *eu* como efeito da captação da criança numa imagem, fazendo com que o interno e o externo se transfigurem em uma divisão subjetiva fundamental.

Explicitamente, a (contra)posição da psicanálise em relação à psicologia se consagra com a inscrição da experiência psicanalítica no campo da palavra e da linguagem de acordo com a elaboração de uma teoria do significante no qual a estrutura normativa passa do campo do social ao da linguagem, de tal modo que o sujeito é aquele que emerge na fala como efeito discordante e que se realiza na forma de desejo. A dimensão da palavra se desenha, então, percorrido esse caminho teórico, como aquela em que pode emergir o sujeito enquanto diferença em relação à determinação normativa.

É afirmando o sujeito como efeito que Lacan entende se orientar pela máxima freudiana de que o sujeito não é senhor em sua própria casa, afastando a causalidade dos processos psíquicos de todo tipo de intencionalidade. Nesse deslocamento do sujeito do lugar de quem comanda a experiência, é o significante que assume o primeiro plano como aquele que justamente faz emergir o sujeito. A dimensão da palavra sendo justamente aquela que o estruturalismo linguístico saussuriano, que Lacan toma como ponto de partida de sua teoria do significante, deixa de fora. Lacan opera uma desmontagem da unidade sígnica em favor da primazia do significante, sustentando que

todo efeito de sentido decorre não da reunião entre significante e significado, mas do encadeamento de significantes na linearidade da fala. Com isso, a reunião do significante com o significado não é somente arbitrária, mas, principalmente, instável. Isso significa que a subversão na fala da intenção comunicativa não é da ordem do contingente, mas de uma determinação estrutural inconsciente segundo as leis de articulação significante.

Feito esse percurso, foi possível compreender que a dupla legalidade que preside os processos de pensamento e que Lajonquière apresenta como sendo as do conhecimento e do saber equivalem à distinção entre uma lógica sígnica e uma lógica do significante. O desvio à intencionalidade comunicativa está remetida não a uma desordem, mas a uma outra ordem de determinação, pois o significante possui leis que regulam sua articulação em cadeia. Essa dupla legalidade diz respeito à divisão constitutiva do sujeito, o que não significa que se possa reparti-lo em fatores, pois sua divisão se dá entre uma ilusão de unidade (*fala-ser*) e uma *falta-a-ser*.

Enquanto os estudos de psicologia do desenvolvimento que recorrem à psicanálise como teoria da afetividade leem a temática freudiana das teorias sexuais infantis como parte de uma assim chamada teoria do desenvolvimento psicosexual, o estruturalismo lacaniano encaminha tal leitura em outra direção. O que se desvela no texto freudiano para além da descrição de uma sequência de processos identificados como de desenvolvimento é uma investigação em torno da causalidade.

Freud dá o nome de pulsão de saber à ideia de que o pensamento é movido pela pulsão a querer saber sobre a sexualidade e, conseqüentemente, sobre o desejo em causa na almejada existência de um sujeito. Porém, ao contrário do que faz a anexação psicológica da psicanálise, não se trata de substancializar a pulsão, tomando-a como sinônimo de afetividade. Nem tampouco se trata de considerar que ela poderia se desenvolver e tornar-se “domesticada” pelo princípio de realidade a partir de um processo de adaptação às exigências externas. Procurou-se mostrar como Freud se debate com tais questões por não fechar os olhos (ou melhor, os ouvidos) ao enigma que a angústia de Hans suscita. No entanto, é com a leitura estruturalista de Lacan que os impasses de Freud quanto à questão da causa – na forma de impasses quanto à origem da ameaça de castração – se encaminham no sentido da formalização de um objeto causa do desejo, ou simplesmente objeto *a*.

A releitura lacaniana do caso Hans articula o funcionamento paradoxal da estrutura significante nos termos de uma dialética intersubjetiva da demanda e do

desejo, por onde se sustenta a noção de objeto como perdido. Esse se materializa no falo, significante por excelência e que já comporta um duplo: ele é o resultado de uma operação onde se supõe que havia algo que, no entanto, já não há e, portanto, falta. Isso que se supõe que deveria estar, mas não está, faz falta e desencadeia uma busca, porém fadada a fracassar. Eis o que está em jogo nas teorias sexuais infantis. Mas esse “fracasso” tem efeitos que justamente fazem com que o que Freud nomeia como recalque da pulsão de saber não equivalha à superação de um modo de investigação próprio à infância. O infantil é indestrutível. Mais ainda, ele é o que garante o funcionamento da estrutura significante de tal modo que o “de novo” (no sentido da repetição) produza o novo (ou seja, a novidade).

Se o infantil é não só indestrutível como ainda remete justamente a essa falta estrutural que renova incessantemente a busca por um significante último capaz de completar a cadeia e articular a verdade sobre o desejo – nesse sentido, pulsão de saber é, no vocabulário laciano, um demanda de saber – a ordem do inconsciente, ordem significante, é imune a qualquer princípio de desenvolvimento, o que não quer dizer que esses efeitos de sentido que podem tomar a forma de novidades epistêmicas não se ordenem conforme um desdobrar temporal próprio às narrativas. O encadeamento do significante implica uma temporalidade que se optou por designar como percurso do significante.

Tal percurso que Lacan aproxima daquilo que Levi-Strauss (1955/2012) considerou a respeito dos mitos tem a função de uma passagem daquilo que se apresenta como impasse não na direção de uma superação, mas para o que com Freud aprendeu-se a nomear como impossibilidade. Essa é precisamente a passagem que o Édipo – não nos esqueçamos que se trata justamente de um mito –, ou aquilo que Lacan veio a chamar metáfora paterna, possibilita: que a falta se desloque do lugar do que é visado por uma demanda de saber ao lugar de causa do desejo de saber, cujos efeitos podem tomar a forma de novidades epistêmicas.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. Contradição e sobredeterminação – notas para uma pesquisa. In: _____ . **A favor de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962/1979.
- ALTHUSSER, Louis. **Freud e Lacan. Marx e Freud**: introdução crítica-histórica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1964/1985.
- ALTHUSSER, L. Cartas a D. In: _____. **Escritos sobre psicanálisis**. Freud y Lacan. Madrid: Siglo XXI, 1966a/1996.
- ALTHUSSER, L. Sobre a gênese. **Cadernos Cemarx**, São Paulo, n. 8, pp. 155-160, 1966b/2015.
- ARANTES, V. A. A afetividade no cenário da educação. In: M. K. de OLIVEIRA, T. C. REGO, & D. T. R. SOUZA (orgs.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002, pp. 159-174.
- ARANTES, V. A. O psiquismo humano e a teoria dos modelos organizadores do pensamento. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 5, n. 9, pp. 51 – 66, jul./dez. 2013.
- ARRIVÉ, M.. **Linguagem e psicanálise. Linguística e inconsciente**. Freud, Saussure, Pichon, Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- AULAGNIER, P. O “desejo de saber” em suas relações com a transgressão In: _____. **Um intérprete em busca de sentido – I**. São Paulo: Escuta, 1990.
- BEARISON, D. J.; ZIMILES, H. **Thought and Emotion. Developmental perspective**. New York: Psychology Press, 1986/2014.
- BERGÈS, J.; BALBO, G. **A atualidade das teorias sexuais infantis**. Porto Alegre: CMC Editora, 2001.
- CARDOSO, M. D'E. (2010). Lacan, Russell, Koyré e os paradoxos da autorreferência. **II Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología**. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. Disponível em: <https://www.academica.org/000-031/724>. Acesso em: 01 nov. 2018.
- COLL, C.; GILLIERÒN, C. Jean Piaget: o desenvolvimento da inteligência e a construção do pensamento racional. In: L. BANKS-LEITE (org.). **Piaget e a Escola de Genebra**. São Paulo: Cortez, pp. 13-50, 1995.
- COSTA-MOURA, F; COSTA-MOURA, R. Objeto *a*: ética e estrutura. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, pp. 225-242, jul-dez/2011.
- COUTINHO JORGE, M. A. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan**: a clínica da fantasia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- DANTAS, H. A afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon. In: In: Y. de La Taille; M. K. de Oliveira; H. Dantas. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo, Summus, pp. 85-98, 1992.

- DELVAL, J. **Introdução à prática do método clínico: descobrindo o pensamento das crianças.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.
- DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como uma linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- DOR, J. **O pai e sua função em psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- DOMAHIDY-DAMI, C.; BANKS-LEITE, L. As provas operatórias no exame das funções cognitivas. In: L. Banks-Leite (org). **Piaget e a Escola de Genebra.** São Paulo: Cortês, 1995.
- DOUMIT, E. Lógica. In: P. Kaufmann (ed.). **Dicionário enciclopédico de psicanálise. O legado de Freud e Lacan.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., pp. 297-325, 1996.
- ESTEVÃO, I. R. **A realidade, entre Freud e Lacan.** 2009. (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- FARIA, M. R. Complexo de Édipo, narcisismo e angústia: o simbólico, o imaginário e o real no tratamento psicanalítico do pequeno Hans. **Fort-Da – Psicoanálisis con niños**, n. 10, nov./2008. Disponível em: <http://www.fort-da.org/fort-da10/faria.htm>. Acesso: 1 nov. 2018
- FARIA, M. R. o que é um pai para uma criança? Considerações sobre o caso Hans. **Estilos da clínica**, São Paulo, v.10, n.19, dez. 2005.
- FINK, B. **O sujeito lacaniano entre a linguagem e o gozo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- FREUD, S.; BREUER, J. Estudos sobre a histeria. **Obras completas.** São Paulo: Cia. das Letras, 1893-1895/2016, volume 2.
- FREUD, S. As neuropsicoses de defesa. **Obras psicológicas completas: edição standard brasileira**, Rio de Janeiro: Imago, 1894/1996, volume III, pp. 53-66.
- FREUD, S. Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada “neurose de angústia”. **Obras psicológicas completas: edição standard brasileira** Rio de Janeiro: Imago, 1895a/1996, volume III, pp. 93-114.
- FREUD, S. **Projeto de uma psicologia.** Rio de Janeiro: Imago, 1895b/1995.
- FREUD, S. A interpretação dos sonhos. **Obras psicológicas completas: edição standard brasileira.** Rio de Janeiro: Imago, 1900/1972, volumes III e IV.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. **Obras psicológicas completas: edição standard brasileira** Rio de Janeiro: Imago, 1905/1996, volume VII, pp. 119-234.
- FREUD, S. O esclarecimento sexual das crianças. **Obras psicológicas completas: edição standard brasileira.** Rio de Janeiro: Imago, 1907/1976, volume IX, pp. 137-144.

- FREUD, S. Sobre as teorias sexuais das crianças. **Obras psicológicas completas: edição standard brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1908/1976, volume IX, pp. 211-228.
- FREUD, S. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. **Obras psicológicas completas: edição standard brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1909/1996, volume X, pp. 15-135.
- FREUD, S. Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância. **Obras psicológicas completas: edição standard brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1910/1970, volume XI, pp. 55-124.
- FREUD, S. Introdução ao narcisismo. **Obras completas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1914a/2010, volume 12, pp. 13-50.
- FREUD, S. Contribuição à história do movimento psicanalítico. **Obras completas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1914b/2012, volume 11, pp. 245-327.
- FREUD, S. A repressão. **Obras completas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1915a/2010, volume 12, pp. 82-98.
- FREUD, S. O inconsciente. **Obras completas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1915b/2010, volume 12, pp. 99-150.
- FREUD, S. Os instintos e seus destinos. **Obras completas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1915c/2010, volume 12, pp. 51-81.
- FREUD, S. Conferências introdutórias à psicanálise. **Obras completas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1916-1917/2014, volume 13.
- FREUD, S. Sobre transformações dos instintos, em particular no erotismo. **Obras completas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1917/2010, volume 14, pp. 252-262.
- FREUD, S. História de uma neurose infantil. **Obras completas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1918/2010, volume 14, pp. 13-160.
- FREUD, S. Além do princípio do prazer. **Obras psicológicas completas: edição standard brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1920/1976, volume XVIII, pp. 17-87.
- FREUD, S. O eu e o id. **Obras completas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1923a/2011, volume 16, pp. 13-74.
- FREUD, S. A organização genital infantil. **Obras completas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1923b/2011, volume 16, pp. 168-175.
- FREUD, S. A negação. **Obras completas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1925/2011, volume 16, pp. 275-282.
- FREUD, S. Inibições, Sintomas e Ansiedade. **Obras psicológicas completas: edição standard brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1926/1976, volume XX, pp. 107-198.
- GARBARINO, M. I. **Crenças sobre a origem dos bebês em crianças de 4 a 9 anos: uma abordagem a partir da psicogênese piagetiana e da psicanálise freudiana**. 2012. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

- GARCIA-ROZA, L. A. **Introdução à metapsicologia freudiana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Volume 3, 2000.
- GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- GOUIN-DÉCARIE, T. **Intelligence et affectivité chez le jeune enfant**. Neuchâtel: Delachaux et Niestlè, 1968.
- INHELDER, B. **O desenrolar das descobertas da criança**: um estudo sobre as microgêneses cognitivas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992/1996.
- JAPIASSU, H. **Psicanálise**. Ciência ou contraciência? Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- KUPFER, M. C. M. **Desejo de saber**. 1990. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- KUPFER, M. C. M. Afetividade e cognição: uma dicotomia em discussão. In: V. A. ARANTES (org.). **Afetividade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 2003, pp. 35-52.
- LACAN, J. **Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade**. Rio de Janeiro: Forense, 1932/2011.
- LACAN, J. Os complexos familiares na formação do indivíduo. In: _____. **Outros escritos**. Rio de Janeiro Zahar, 1938/2003, pp. 29-90.
- LACAN, J. Formulações sobre a causalidade psíquica. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1946/1998, pp. 152-194.
- LACAN, J. A agressividade em psicanálise. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1948/1998, pp. 104-126.
- LACAN, J. O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1949/1998, pp. 96-103.
- LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1953a/1998pp. 238-324.
- LACAN, J. O simbólico, o imaginário e o real. In: _____. **Nomes-do-pai**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1953b/2005, pp. 9-53.
- LACAN, J. **O mito individual do neurótico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1953c/2008.
- LACAN, J. **O seminário, livro 1**: os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1953-54/2009.
- LACAN, J. **O seminário, livro 2**: o eu na teoria de Freud e na técnica psicanalítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1954-55/1985.
- LACAN, J. **O seminário sobre "A carta roubada"**. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1955/1998, pp. 13-66.

- LACAN, J. **O seminário, livro 4**: a relação de objeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1956-57/1995.
- LACAN, J. A instância da letra ou a razão desde Freud. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1957/1998, pp. 496-533.
- LACAN, J. **O seminário, livro 5**: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1957-58/1999.
- LACAN, J. A significação do falo. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1958/1998, pp. 692-703.
- LACAN, J. **O seminário, livro 6**: o desejo e sua interpretação. Rio de Janeiro: Zahar, 1958-59/2016.
- LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1960/1998, pp. 807-842.
- LACAN, J. **O seminário, livro 10**: a angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1962-63/2005.
- LACAN, J. **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1964/2008.
- LACAN, J. Posição do inconsciente. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1966a/1998, pp. 843-864.
- LACAN, J. Do sujeito enfim em questão. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1966b/1998, pp. 229-237.
- LACAN, J. Ciência e Verdade. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1966c/1998, pp. 869-892.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 20**: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor., 1972-73/1985.
- LAJONQUIÈRE, L. **De Piaget a Freud** – para uma clínica do aprender. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992/2010.
- LAJONQUIÈRE, L. Epistemologia e psicanálise. **Percursos**, v 13, n. 2, pp. 57-63, 1994.
- LAJONQUIÈRE, L. **Infância e ilusão (psico)pedagógica**. Escritos de psicanálise e educação. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LAJONQUIÈRE, L. **Figuras do infantil**. A psicanálise na vida cotidiana com as crianças. Petrópolis, Vozes, 2010.
- LAJONQUIÈRE, L. de. A mestria da palavra e a formação de professores. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, pp. 849-865, set/dez 2011.
- LAJONQUIÈRE, L. Do interesse epistemológico dos estudos psicanalíticos na educação. In: M. R. Pereira (org.). **Os sintomas na educação de hoje**: que fazemos com “isso”? Belo Horizonte: Scriptum, pp. 32-38, 2017.

- LAPLANCHE, J. **Nuevos fundamentos para el psicoanálisis**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1989.
- LAPLANCHE, J. **Problemáticas I: a angústia**. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. **Vocabulário da psicanálise**. Tradução: Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LA TAILLE, Yves de. Desenvolvimento do juízo moral e afetividade na teoria de Jean Piaget. In: Y. de La Taille; M. K. de Oliveira; H. Dantas. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo, Summus, pp. 47-74, 1992a.
- LA TAILLE, Yves de. O lugar da interação social na concepção de Jean Piaget. In: Y. de La Taille; M. K. de Oliveira; H. Dantas. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo, Summus, pp. 11-21, 1992b.
- LA TAILLE, Yves de. Cognição, afeto e moralidade. In: Oliveira, M. K. de; Rego, T. C.; Souza, D. T. R. (orgs.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, pp. 135-158, 2002.
- LA TAILLE, Yves de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- LEITE, S. A. da S. Afetividade e práticas pedagógicas. In: **Afetividade e práticas pedagógicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 15-45, 2006.
- LEVI-STRAUSS, C. A estrutura dos mitos. In:_____. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 1955/2012, pp. 293-331.
- LIU, E. P. **O conceito de sobredeterminação em Louis Althusser: análise crítica de uma abordagem sobre a questão do método no marxismo**. 2016. Dissertação de mestrado. Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.
- LO BIANCO, A. C.; SILVA, A. T. O *Moisés* de Freud: saber e transmissão na psicanálise. **Estilos da Clínica**, São Paulo, vol. XIV, n. 26, pp. 216-235, 2009.
- LO BIANCO, A. C.; COSTA-MOURA, F. Inovação na ciência, inovação na psicanálise. **Ágora**, Rio de Janeiro, vol. XX, n. 2, pp. 491-508, mai/ago, 2017.
- LUSTOZA, R. Z. **O problema da causalidade psíquica na psicanálise**. 2006. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MARTINELLI, S. C. Os aspectos afetivos das dificuldades de aprendizagem. In: S. C. MARTINELLI et. all. (org.). **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. Petrópolis: Vozes, 2001, pp. 99-121.
- MILLER, J-A. A sutura. In: **Estruturalismo**. Antologia de textos teóricos. São Paulo: Martins Fontes, 1967.
- MILNER, J-C. O que é psicologia? In: **Estruturalismo**. Antologia de textos teóricos. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

- MORFINO, V. A causalidade estrutural em Althusser. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.18 n.33, p.102-116, jul./dez 2014.
- NANCY, J.-L.; LACOUÉ-LABARTE, P. **O título da letra**. São Paulo: Escuta, 1991.
- OGILVIE, B. **Lacan**: a formação do conceito de sujeito (1932-1949). RJ: Jorge Zahar Editor, 1991.
- PARGA, M. O enlace desejo - inteligência na aprendizagem In. **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. Petrópolis: Vozes, pp. 148-164, 2001.
- PIAGET, J. **A representação do mundo na criança**. São Paulo: Ideias & Letras, 1947/2005.
- PIAGET, J. Les relations entre affectivité et intelligence dans le développement mental de l'enfant. **Bulletin de Psychologie**, Cours de Sorbonne, Paris, 1953-54.
- PIAGET, J. **O estruturalismo**. São Paulo: Difel, 1968/1979.
- PIAGET, Jean. **Problemas de psicologia genética** São Paulo: Abril Cultural, 1972 (Coleção Os Pensadores, v. 51, pp. 339-422).
- PIAGET, J. **A Equilibração das Estruturas Cognitivas**. Problema central do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1976.
- PISKE, F. H. R.; STOLTZ, T. O Desenvolvimento Afetivo de Alunos Superdotados: Uma Contribuição a partir de Piaget. **Schème** – Revista Eletrônica de Epistemologia e Psicologia genéticas. Volume 4, número 1, pp. 149-166, jan-jul 2012.
- POE, E. A. **A carta roubada e outras histórias de crime & mistério**. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- SAFOUAN, M. **Estruturalismo e psicanálise**. São Paulo: Cultrix, 1970.
- SCHIMITH, P.; QUEIROZ, S. S.; MURTA, A. Os afetos e a mobilização da conduta: a motivação para o tratamento da dependência química. **Schème** – Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genética, 9 (2), pp. 138-164, ago-dez/2017.
- SISTO, F. F. A integridade do ego e o desempenho na escrita..In: **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. Petrópolis: Vozes, pp. 122-147, 2001.
- SOUZA, M. T. C. C. Aspectos afetivos e cognitivos em reconstituições de um conto de fadas. In: F. F. Sisto (org.). **O cognitivo, o social e o afetivo no cotidiano escolar**. Campinas, SP: Papirus, pp. 197 – 218, 1999.
- SOUZA, M. T. C. C. Cultura, cognição e afetividade: inter-relações em diferentes perspectivas. A interação social e os objetos “afetivos” na perspectiva piagetiana de construção de conhecimento. In: A. da S. Leite (org.). **Cultura, cognição e**

- afetividade: a sociedade em movimento.** São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 27-38, 2002.
- SOUZA, M. T. C. C. O desenvolvimento afetivo segundo Piaget. In: V. A. ARANTES (org.). **Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 2003, pp. 53-70.
- SOUZA, M. T. C. C. Alteridade na construção do “si mesmo”. In: L. M. Simão; A. M. Matínez (orgs.). **O outro no desenvolvimento humano:** diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, pp. 61-75, 2004.
- SOUZA, M. T. C. C. Valorizações afetivas e virtudes nas representações de contos de fadas: um olhar piagetiano. **Boletim de Psicologia,** São Paulo, v. IV, n. 123, pp. 205-232, 2005.
- SOUZA, M. T. C. C. de. Relações entre afetividade e inteligência: causalidade ou complementaridade? Considerações a partir da teoria de J. Piaget. In: M. T. C. C. de SOUZA, & V. S. R. BUSSAD (orgs.). **Razão e emoção:** diálogos em construção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, pp. 53-71.
- SOUZA, M. T. C. C. de. Interpretações de histórias: inteligência e afetividade em ação. 2007. Tese de Livre-Docência. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SOUZA, M. T. C. C. de. As relações entre afetividade e inteligência no desenvolvimento psicológico. **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** v. 27, n. 2, pp. 249-254, abril-junho 2011.
- SOUZA, M. T. C. C. de. Construção de Conhecimento e Psicologia do Desenvolvimento: Contribuições da Teoria de Piaget. **Schème:** revista eletrônica de psicologia e epistemologia genéticas, v. 6, número especial, pp. 129-140, nov. 2014.
- SOUZA, M. T. C. C. ; FOLQUITTO, C. T. ; OLIVEIRA, M. P. de ; NATALO, S. P. Relações entre aspectos afetivos e cognitivos em representações de contos de fadas. **Boletim de Psicologia,** v. LVIII, p. 227-242, 2008.
- SOUZA, P. C. **As palavras de Freud:** o vocabulário freudiano e suas versões. São Paulo: Ática, 1999.
- TORTELLA, J. C. B.; ASSIS, O. Z. M. de. A escola e as relações amistosas: relações entre afetividade e cognição. **Schème – Revista Eletrônica de Epistemologia e Psicologia genéticas.** Volume 9, número 2, pp. 58-88, ago-dez 2017.
- ULLER, W. ; ROSSO, A. J. A interação da afetividade com a cognição no ensino médio. **Schème – Revista Eletrônica de Epistemologia e Psicologia genéticas.** Volume 2, número 3, pp. 195-220, jan. –jul. 2009.
- VOLTOLINI, R. Pensar é desejar. **Segmento.** Revista Educação - Especial: Biblioteca do Professor Freud, São Paulo, v. 1, pp. 36-45, 2006a.
- VOLTOLINI, R. O saber enganoso e a angústia. In: N. V. de A. LEITE (org.). **Corpolinguagem:** angústia: o afeto que não engana. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006b, pp. 285-298.